

**Centro de  
Ciências Humanas**

**Humanitas - v. 9, n. 1, jan./jun., 2006**

# HUMANITAS

**Editora/Editor**

Profª. Dra. Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa

**Editor associado/Associate Editor**

Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro

**Revisor de normalização/Normalization Revisions**

Profª. Dra. Ivone Cecília D'Ávila Gallo e Batalha

**Conselho Editorial/Editorial Board Scientific**

Prof. Dr. Agenor José Teixeira Pinto Farias - FCS-PUC-Campinas

Profª. Dra. Beatriz R. Solveira - Centro de Estudios Históricos Córdoba - Argentina

Profª. Dra. Doraci Alves Lopes FCS - PUC-Campinas

Profª. Dra. Elisete Zanlorenzi FCS - PUC-Campinas

Prof. Dr. Kabengele Munanga FFLCH - USP

Prof. Dr. José Carlos Bruni UNESP - Marília

Prof. Dr. José Jorge de Carvalho FCS - UnB

Profª. Dra. Lília Inês Zanotti de Medrano F. HIST. - PUC-Campinas

Profª. Dra. Maria da Graça Druck de Faria FFCH - UFBA

Prof. Dr. João Miguel Teixeira de Godoy - FH - PUC-Campinas

Profª. Dra. Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues - FCS - PUC-Campinas

**Equipe técnica/Technical Group**

Profª. Rosa Maria B. Oliveira (SBI/PUC-Campinas)  
normalização/normatization

Profª. Nair Leme Fobe - revisão do idioma inglês/English revision  
Hellen Taivona dos Santos - Editoração da Revista do Centro de Ciências Humanas

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

The Board of Editors does not assume responsibility for concepts emitted in sign articles.

**Copyright©Humanitas**

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte. A reprodução total depende da autorização da Revista.

Humanitas é a continuação do título Revista Humanitas do CCH da PUC-Campinas, fundada em 1997. É publicada semestralmente e é de responsabilidade das Faculdades de Ciências Sociais e História da PUC-Campinas. Publica trabalhos da área de Ciências Humanas realizados na Universidade, bem como os colaboradores externos.

Humanitas is former Revista Humanitas do CCH, PUC-Campinas, founded in 1997. It is published every bi-annually and is of responsibility of the Faculdade de Ciências Sociais e História, PUC-Campinas. It publishes works carried out in the University in the field of Humans Science, as well as external contributors works.

**Colaborações/Contributions**

Os manuscritos devem ser encaminhados à Revista Humanitas, CCH-PUC-Campinas e Editoração das Revistas CCH conforme as "Instruções aos Autores", publicadas no final de cada fascículo.

All manuscripts should be sent to the Revista Humanitas, CCH - PUC-Campinas e Editoração das Revistas CCH and should comply with the "Instructions for Authors", published in the end of each issue.

**Assinaturas/Subscriptions**

Pedidos de assinatura (Anual: R\$20,00) ou permuta devem ser encaminhados à Revista Humanitas, Editoração das Revistas do CCH.

Subscription (Anual: US\$7.00) or exchange orders should be addressed to the Revista Humanitas, Editoração das Revistas do CCH.

**Correspondência/Correspondence**

Toda a correspondência deve ser enviada à Revista Humanitas no endereço abaixo:

All correspondence should be sent to Revista Humanitas at the address below:

Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de História no Centro de Ciências Humanas PUC-Campinas.

Rod. D. Pedro I, km 136  
CEP 13086-900 - Prédio Administrativo I  
Campus I - Sala 22  
Tel.: (19) 3756-7298  
Parque das Universidades - Campinas - SP  
Caixa Postal 317 - CEP 13012-970  
E-mail: edicch@puc-campinas.br

Editoração: TOQUE FINAL - Editoração Eletrônica  
R. Mário Mazzottini, 411 - J. Estoril - Campinas - SP - Tel.: (19) 3276-0298  
n.marcola@terra.com.br  
Impressão: Gráfica e Editora Flamboyant Ltda.  
R. Dr. João Quirino Nascimento, 493 - Campinas, SP - Tel. (19) 3242-6835  
flamboyant@dginet.com.br

3 Apresentação

ARTIGOS

- 5 Trajetórias do Jaguarý – Períodos Históricos e Educação Ambiental. Alterações Ambientais na Região Bragantina– São Paulo  
*Trajectories of the Jaguarý – Historical Cycles and Environmental Education. Environmental Changes in the Bragantina Region, São Paulo, Brazil*  
João Luiz Hoeffel; Almerinda A. B. Fadini; Fábio Bueno de Lima e Micheli Kowalczuk Machado.
- 15 O Império Marítimo Lusitano e o Movimento de Embarcações na Rota do Brasil no Século XVI e XVII  
*The Maritime Portuguese Empire and the Movement of Boats in the Brazil Route in the XVI and XVII Centuries*  
Fábio Pestana Ramos
- 31 Subjetividade e Complexidade social: contribuições à pesquisa social  
*Subjectivity and social Complexity: contributions to social research*  
Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa
- 41 O Milagre do Escrete: futebol e identidade nacional nas crônicas esportivas de Nelson Rodrigues (1969 – 1970).  
*The Miracle of the Excrete: soccer and national identity in the sport chronicles of Nelson Rodrigues (1969 - 1970)*  
Alex Degan
- 57 A cidade para o movimento *hip hop*: Jovens afro-descendentes como sujeitos políticos  
*The city and the hip hop movement: Afro–descendent youth as political subjects*  
Christian Carlos Rodrigues Ribeiro
- 73 Condições sociais, ambientais e de saúde: uma contribuição ao estudo do ambiente amazônico.  
*Social, environmental and health conditions: a contribution to the study of the Amazonian environment*  
Elen Jane de Abreu Ferreira e Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa



## APRESENTAÇÃO

No mais recente volume da revista *Humanitas* estão presentes artigos representativos de uma variedade de temáticas e linhas de pesquisa, continuando o esforço da revista em ampliar o debate, a partir da PUC-Campinas, a respeito da importância de estudos das Ciências Humanas. Desde o Brasil Colônia até o Hip Hop em Campinas, os artigos desse número demonstram a vitalidade da pesquisa humanística em tratar problemas de relevância para a realidade social brasileira.

Em destaque nesse número estão artigos que tratam, em termos amplos, da questão urbana a partir de diferentes ângulos. As relações entre a urbanização e o meio ambiente é o tema do artigo de João Hoeffel, Almerinda Fadini, Fabio de Lima e Micheli Machado. Os autores analisam como práticas pedagógicas de educação ambiental envolvendo comunidades locais e estudantes universitários têm se mostrado promissoras na busca de soluções para problemas comuns da Região Bragantina, Nordeste do Estado de São Paulo. Sônia Barbosa oferece um olhar metodológico sobre questões referentes à complexidade social, num artigo que busca criar pontes entre questões tidas como subjetivas e processos sociológicos mais gerais. Ao ligar a depressão a processos sociais e históricos importantes, o artigo da autora oferece uma visão teórica que torna menos simplista a nossa compreensão de sintomas bastante prevalentes e tidos como endêmicos do ponto de vista da saúde pública.

Na mesma linha de análise Elen Ferreira analisa uma comunidade amazônica buscando identificar processos semelhantes de morbidade social, atentando para os preconceitos relativos à complexidade social. Ao analisar

temáticas referentes à complexidade social numa comunidade relativamente isolada, a autora busca também tratar de forma complexa o meio ambiente e a urbanidade num contexto específico.

A música e a identidade do hip hop também são aspectos que ajudam a ampliar nossa visão sobre a questão urbana. Ao analisar como estilos musicais e artísticos que unem dança (break), música (hip hop) e artes gráficas (grafiti) constituem sujeitos sociais e políticos, Christian Ribeiro amplia nossa compreensão das problemáticas relações entre a juventude afro-descendente e o espaço urbano.

Finalmente, temos dois artigos que representam questionamentos acerca da história brasileira, em períodos bastante distintos. No artigo de Fabio Ramos, temos um levantamento do movimento de embarcações que circularam entre Brasil e Portugal, no período entre 1500 e 1700. Essa análise permite traçar um panorama das relações entre a colônia e a metrópole, ampliando nosso saber sobre a economia açucareira do período colonial. Alex Degan, por sua vez, através da análise das crônicas de Nelson Rodrigues entre 1969-1970, faz um debate sobre como a campanha da seleção nacional de futebol de 1970 foi usada como pano de fundo para reflexões sobre a identidade nacional e a nação brasileira.

Por fim desejamos a todos uma excelente leitura.

**Marko Monteiro**  
**Conselho Editorial**

**TRAJETÓRIAS DO JAGUARY – PERÍODOS HISTÓRICOS E  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
ALTERAÇÕES AMBIENTAIS NA REGIÃO BRAGANTINA – SÃO PAULO**

**TRAJECTORIES OF THE JAGUARY – HISTORICAL CYCLES AND  
ENVIRONMENTAL EDUCATION  
ENVIRONMENTAL CHANGES IN THE BRAGANTINA REGION,  
SÃO PAULO, BRAZIL**

**João Luiz HOEFFEL<sup>1</sup>  
Almerinda A. B. FADINI<sup>2</sup>  
Fábio Bueno de LIMA<sup>3</sup>  
Micheli Kowalczyk MACHADO<sup>4</sup>**

**RESUMO**

*A Região Bragantina, localizada na porção nordeste do Estado de São Paulo, tem passado por períodos históricos de atividades econômicas que vêm gradativamente transformando sua paisagem. Estes ciclos determinaram e ainda geram diversas alterações ambientais e mudanças regionais, que vêm provocando o surgimento de uma nova configuração urbana e rural. O histórico ambiental da Região Bragantina tem contribuído para o desenvolvimento de práticas de educação ambiental com a população local e alunos universitários e de escolas rurais, que utilizam exemplos de impactos regionais como material pedagógico para reflexões sobre questões ambientais. Estas práticas têm possibilitado a elaboração de propostas para solução de problemas detectados, a indicação de alternativas econômicas ambientalmente adequadas que buscam envolver as comunidades locais e o resgate de características culturais e naturais da região.*

*Palavras Chave: Educação Ambiental, História Ambiental, Bacia Hidrográfica do Rio Jaguary, Unidades de Conservação, Região Bragantina.*

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais IFCH/UNICAMP/Campinas/SP. Professor e Pesquisador da Universidade São Francisco/Bragança Paulista/SP. Coordenador do Centro de Estudos Ambientais Sociedades e Naturezas/USF/Bragança Paulista. E-mail: joaoluiz@saofrancisco.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em Geografia/UNESP/Rio Claro/SP. Professora e Pesquisadora da Universidade São Francisco – Bragança Paulista/SP. E-mail: alme.idt@terra.com.br

<sup>3</sup> Bacharel em Biologia - Universidade São Francisco - Campus Bragança Paulista – SP.

<sup>4</sup> Bacharel em Turismo - Universidade São Francisco - Campus Bragança Paulista – SP. Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade de Saúde Pública/USP.

## ABSTRACT

*Bragantina Region, located in the northeast of São Paulo State, has historically suffered periods of economic activities, which gradually are transforming its landscape. These cycles caused and are still generating various environmental impacts and profound regional changes which transformed the natural and cultural environment, provoking the rise of a new urban and rural configuration. The environmental history of the Bragantina Region has been an element in the development of environmental education practices with the local population, graduate students and students of rural schools, who use examples of regional impacts as pedagogic material to incite reflection on environmental questions. With these practices, it has also been possible to elaborate proposals to solve detected problems, recommending environmentally viable economic alternatives that involve local communities and restore the region's cultural and natural characteristics.*

*Key Words: Environmental Education; Environmental History; Hydrographical Basin of the Jaguarí River; Conservation Area; Bragantina Region.*

## 1. Educação Ambiental para Leituras da Natureza

Apesar das amplas discussões sobre questões ambientais serem recentes, as civilizações humanas vêm historicamente transformando o ambiente em que vivem de acordo com suas necessidades e desejos. Estas alterações têm possibilitado prosperidade e avanço para algumas sociedades, mas ao mesmo tempo geram sérias desigualdades sociais e problemas ambientais (GUHA, 2000; LIMA et al., 2003).

Estas constatações têm promovido o reconhecimento da dimensão global da crise ambiental e estimulado estudos que aprofundem o conhecimento sobre as relações ser humano <> natureza, na busca por soluções para diversos aspectos já identificados da problemática do meio ambiente.

Entretanto, à medida que estes estudos são desenvolvidos, torna-se cada vez mais evidente, conforme expresso por Evernden (1992) e Worster (1996), que a fonte da crise ambiental não está na natureza biofísica que alguns cientistas estudam, mas na natureza humana e especialmente na cultura humana. Para estes autores, enfrentamos uma crise global, não em função de alterações no funcionamento natural de ecossistemas, mas em função de nossos sistemas éticos e culturais.

Worster (1996) aponta que sair desta crise requer uma compreensão de como transformar e utilizar eficientemente a natureza, mas mais do que isso requer uma compreensão dos sistemas éticos que direcionaram estas mudanças ambientais. Idéias semelhantes são expressas por Carvalho (1998), ao constatar que os

problemas ambientais são o testemunho vivo de uma racionalidade. Para a autora, os enormes riscos ambientais, mais do que efeitos colaterais são a essência de um modelo de desenvolvimento social e econômico.

Desta forma a crise ambiental questiona os valores da sociedade contemporânea e aponta para a necessidade de uma profunda reorientação nos modos socialmente construídos de conhecer e se relacionar com a natureza. Fica evidente assim, a estreita conexão entre os processos históricos de degradação ambiental e os modos sociais de uso dos recursos naturais, que vem exigindo mudanças significativas nas relações existentes entre a sociedade e a natureza.

Esta situação tem estimulado a busca e implantação de diferentes estratégias que auxiliem na resolução dos problemas já detectados, e dentre elas, podemos destacar as práticas de educação ambiental.

Neste contexto, a educação ambiental insere-se como um instrumento de mudança de paradigmas sociais, econômicos, culturais e ambientais, estimulando permanentemente a revisão e a transformação de valores, saberes e atitudes, buscando por meio de formas democráticas, uma melhor qualidade de vida para todos.

O sujeito, nesta perspectiva educacional, inserido num meio ideológico e social, deve ser capaz de construir seu saber pessoal através de um pensamento crítico. Desta forma, o processo educacional auxilia na formação de novos atores sociais, capazes de conduzir a transição para um futuro sustentável (LEFF, 2002).

Os pressupostos da educação ambiental devem se basear numa visão crítica da realidade e na compreensão, conhecimento e respeito das inter-relações existentes entre

todos os seres vivos, o que para Paulo Freire (1987), significa que viver é conviver e se relacionar, já que somos seres de relação, incompletos e inacabados, pois sem o outro não existimos. Para o autor não há sentido em pensar 'eu e o mundo' e sim 'eu como um pedaço do mundo'.

Estas inter-relações devem ocorrer dentro de uma perspectiva cidadã, sendo que para Jacobi (1998) e Leff (2002), a formação e o exercício da cidadania fundamentam-se em uma nova forma de encarar a relação dos seres humanos com a natureza, traduzida em uma ética que pressupõe outros valores morais e culturais, que proporciona uma forma diferente de ver o mundo e as relações entre os seres humanos.

A educação ambiental, através de sua atuação local, busca esta racionalidade ético-cidadã e ambiental, identificando e despertando a percepção dos processos sociais e naturais a partir dos lugares onde estes são produzidos. Isto exige a interpretação e valorização da história do lugar, bem como a caracterização das alterações sócio-culturais e ambientais no decorrer do tempo (CARVALHO, 2003).

Na visão de Novo (2002), um dos grandes erros da tecnociência tem sido o estabelecimento de regras e projetos gerais que ignoram, na maioria dos casos, as peculiaridades específicas dos contextos geográficos e culturais contribuindo, assim, para a devastação da diversidade ambiental. A fragilidade e vulnerabilidade de cada ecossistema só podem ser definidas corretamente se forem consideradas suas especificidades ecológicas, seus desenvolvimentos históricos e suas características sócio-culturais.

Para Carvalho (1998) e Cronon (1996), é necessário aprender a ler o meio ambiente. Isto implica em apreender um conjunto de relações sociais e de processos naturais, captando as dinâmicas de interação entre as dimensões culturais, sociais, históricas e naturais, na configuração de uma dada realidade. Para Curthoys & Cuthbertson (2002), isto envolve muito mais do que apenas ler sobre questões ambientais, mas requer também a habilidade de interpretar as histórias da natureza e da paisagem.

Entretanto deve-se ressaltar a diversidade de interpretações atribuídas ao sentido de natureza. Diversos autores (CRONON, 1996; HANNIGAN, 2000; CARVALHO, 2003) enfatizam tanto a perspectiva de uma natureza ameaçadora, que corresponde ao selvagem e esteticamente desagradável, que deve ser domada pela cultura, quanto a natureza restauradora, compreendida como *reserva* do bom e do belo, onde o selvagem e o rústico são valorizados como reservas de integridade biológica, estética e moral.

Carvalho (2003), afirma que estas duas "naturezas" da natureza, mesmo estando em suas origens associadas a contextos históricos específicos, os transcendem, atualizando-se em outras estruturas históricas com efeitos de longa duração. Para a autora, "*ambas as interpretações ainda se conservam, expressando-se hoje em luta de forças que demarca o terreno em que surge o debate ecológico atual... e parecem demarcar as variações do diálogo da modernidade com seu entorno ambiental*" (CARVALHO, p. 114, 2003).

Uma atividade utilizada para evidenciar esta teia de relações, que envolve processos históricos de interpretação e transformação do meio natural, e possibilitar uma ação educativa é a realização de diagnósticos sócio-ambientais. Esta metodologia possibilita identificar e avaliar alterações ocorridas em diversas áreas, permitindo o reconhecimento de características ecossistêmicas, de racionalidades diferenciadas para o conceito de natureza e os efeitos das atividades humanas no meio ambiente. Como instrumento pedagógico, o diagnóstico sócio-ambiental apresenta um caráter sistêmico que estimula uma percepção integrada das características naturais e antrópicas das áreas em estudo, podendo gerar reflexões e ações ambientalmente sustentáveis.

O diagnóstico sócio-ambiental contempla a análise de Dovers (2000), que enfatiza que a busca por sociedades sustentáveis necessita responder, entre outras questões, **o que havia antes? onde estamos agora? para onde estamos indo?** As respostas para estas indagações estão relacionadas com as condições biofísicas e ecológicas e com as atividades humanas presentes em um dado momento e em um dado lugar.

A educação ambiental num processo interdisciplinar tem procurado apontar caminhos que possibilitem uma revisão e transformação dos valores que regem a ação humana e uma maior compreensão das dinâmicas históricas e sócio-ambientais. Dentre as medidas que vêm sendo adotadas para alcançar esta proposição, destaca-se a releitura dos processos históricos e sua incorporação em estratégias de ação.

Para Leff (2004), estudos de história ambiental possibilitam a análise de padrões de uso dos recursos e de formas de apropriação da natureza, enfatizando as inter-relações entre estruturas econômicas, políticas e sócio-culturais que podem ou não estabelecer condições de sustentabilidade em um determinado território.

Neste trabalho serão apresentadas práticas de educação ambiental que utilizam aspectos do histórico da Região Bragantina localizada no Estado de São Paulo, Brasil, como material pedagógico para reflexões sobre

questões do meio ambiente e como diferentes interpretações da natureza se refletem em formas de uso e transformação do espaço.

## 2. Transformações Histórico-Ambientais e Interpretação da Natureza na Região Bragantina

Dentro de uma perspectiva histórica está sendo elaborada uma caracterização das principais

transformações sócio-econômicas, culturais e naturais ocorridas na Região Bragantina, determinadas por diferentes éticas e interpretações ambientais, que vêm gradativamente provocando o surgimento de novas paisagens e configurações urbano-rurais. A construção deste cenário possibilita reflexões, estudos e práticas de educação ambiental.

Serão apresentadas a seguir as características de cada período histórico identificando os principais impactos e interpretações conferidas ao sentido da natureza.



**Figura 1:** Localização geográfica da Região Bragantina no Estado de São Paulo

### Cana de Açúcar e Agricultura de Subsistência

A ocupação e posterior povoamento da Região Bragantina<sup>5</sup> originou-se com os movimentos em busca de riquezas, ainda no século XVI, tanto nos municípios do

Estado de São Paulo quanto nos do Estado de Minas Gerais (IBITU, 1998). Neste momento as alterações ambientais ocorriam de forma reduzida, limitadas pela baixa densidade populacional, a dificuldade de acesso e ausência de tecnologias mais sofisticadas para exploração agrícola.

O povoamento mais efetivo ocorreu em função da expansão da agricultura de subsistência, da cultura da cana-

<sup>5</sup> A Região Bragantina envolve 10 municípios no Estado de São Paulo - *Atibaia, Bragança Paulista, Bom Jesus dos Perdões, Joanópolis, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaiá, Tuiuti, Vargem* e 5 municípios no Estado de Minas Gerais - *Extrema, Itapava, Camanducaia, Toledo e Munhoz*.

de-açúcar e da pecuária que possibilitaram a formação de novos núcleos urbanos e o aumento da população regional. Gradativamente formou-se uma estratificação social, representada por brancos, proprietários de terras, escravos negros e numerosa população indígena que auxiliava na atividade agrícola (CERQUEIRA LEITE, 1974). A Região Bragantina passa a compor, seguindo a concepção de Ribeiro (1998), um quadro tipicamente brasileiro, com a presença e miscigenação do branco, negro e índio em seu processo de formação de um povo e de povoamento territorial.

Neste período intensificam-se as alterações ambientais, em especial a remoção da cobertura vegetal, em função do incremento populacional, assim como pelo aumento das áreas agrícolas para produção de cana-de-açúcar, gêneros alimentícios e pecuária.

Predomina neste momento uma compreensão da natureza, em especial do ecossistema local – a Mata Atlântica, e de outras etnias – negros e índios, como elementos a serem conquistados, explorados e dominados.

### **Economia Cafeeira**

No princípio do século XIX inicia-se, através da lavoura cafeeira, uma nova fase econômica na Região Bragantina e embora sua produção tenha sido bastante significativa, sua expansão enfrentou sérios problemas. A baixa disponibilidade de mão-de-obra (solucionada com imigrantes europeus), de transportes (superada com a construção da ferrovia) e o relevo montanhoso (ocupado indevidamente), impunham acentuada limitação à cultura do café (CÂMARA DE BRAGANÇA, 1997; SEBRAE, 2000).

O período da economia cafeeira é acompanhado de um expressivo aumento populacional e acentuam-se na região diversos impactos sócio-ambientais, como consequência da exploração de mão de obra, de um manejo inadequado dos recursos naturais e de um desrespeito à topografia acidentada, aliados à devastação extensiva da cobertura vegetal primária que promoveram o empobrecimento dos solos (AB'SABER & BERNARDES, 1958).

Este intenso desenvolvimento agrícola esteve intimamente associado a uma idéia de expansão territorial e subordinação da mão-de-obra, gerando profundos impactos culturais e sócio-ambientais.

### **Industrialização e Reflorestamento com Eucalipto**

Com a decadência cafeeira na Região Bragantina, acentuada pela crise mundial de 1929, a produção de alimentos para o mercado interno e o investimento em setores industrializados de baixa capitalização, como olarias e materiais para construção, assumem um papel econômico relevante (CÂMARA DE BRAGANÇA, 1997).

Neste momento a demanda por lenha e carvão vegetal, imposta por diversos setores, entre eles as olarias regionais, estimula a introdução de uma espécie exótica – o eucalipto, que se torna um elemento marcante da paisagem na Região Bragantina.

O eucalipto vem ocupando e substituindo áreas de pasto, de matas em regeneração e antigas áreas de produção agrícola já desgastadas. Apesar de seu papel como uma atividade econômica geradora de empregos e renda, ressalta-se as preocupações sobre os possíveis efeitos desta cultura sobre o solo e os recursos hídricos conforme apontado por Shiva & Bandyopadhyay (1991).

A partir de 1960, as políticas públicas de descentralização industrial, a melhoria das condições de infra-estrutura, a construção e posterior duplicação das rodovias regionais<sup>6</sup>, a organização de distritos industriais e os incentivos locais estimularam o desenvolvimento de novas atividades industriais (SEBRAE, 2000).

Neste contexto consolida-se na região uma racionalidade desenvolvimentista não sustentável que vem provocando impactos sócio-ambientais diversos entre os quais o êxodo rural com conseqüente expansão das áreas urbanas, o comprometimento dos recursos hídricos, desmatamentos, desemprego, pobreza, violência e descaracterização cultural.

### **Construção do Sistema Cantareira de Abastecimento de Água**

A abundância de recursos hídricos, provenientes das Bacias Hidrográficas dos Rios Atibaia e Jaguary,

<sup>6</sup> Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo com Minas Gerais, e Rodovia Dom Pedro I, que liga as regiões mais desenvolvidas do interior do Estado de São Paulo com o Rio de Janeiro.

determinou a construção, entre 1969 e 1983, do **Sistema Cantareira de Abastecimento de Água**, composto por quatro reservatórios de água integrados, destinados ao abastecimento das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, os principais centros industriais e urbanos do Brasil.

A construção dos reservatórios, ocorrida em um contexto político autoritário, ocorreu sem o envolvimento da população local no processo decisório e impôs mudanças que afetaram o espaço físico de suas atividades produtivas, o modo de vida, a esfera afetiva e relações culturais mantidas por gerações sucessivas (HOEFFEL, VIANA & BRAZ, 1993).

A presença dos reservatórios, contudo, confere uma beleza cênica à paisagem regional que vem alterando e valorizando o mercado de terras e estimulando a implantação de vários empreendimentos imobiliários e diversas atividades turísticas.

É nesta perspectiva de domínio da natureza que surge na região uma nova racionalidade ambiental que a interpreta como restauradora. A natureza passa a ser valorizada como reserva de integridade biológica, estética e moral e que precisa ser preservada e conservada.

### **Criação de Unidades de Conservação e Desenvolvimento Turístico**

A necessidade de preservar os recursos hídricos regionais determinou a criação de três Áreas de Proteção Ambiental (APA), a APA Piracicaba e a APA Cantareira, no Estado de São Paulo e a APA Fernão Dias no Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1997; SÃO PAULO, 2000). Cabe ressaltar que estas APAs ainda não foram regulamentadas, o que vem determinando uma série de impactos ambientais negativos.

Apesar da criação destas unidades ser justificável do ponto de vista da conservação, estas vem determinando novas restrições econômicas em relação ao uso da terra e de práticas agrícolas para as comunidades locais, o que tem provocado a venda das propriedades rurais para especuladores imobiliários e turistas de fim-de-semana, acentuando danos ambientais (HOEFFEL, MACHADO & FADINI, 2005; HOEFFEL et al. 2006 a, 2006b; RODRIGUES, 1999).

A expansão do setor imobiliário e o uso intensivo das rodovias regionais, associados às atividades turísticas,

têm alterado e interferido significativamente na paisagem e na dinâmica social, comprometendo a qualidade ambiental das unidades de conservação.

Dentro deste contexto histórico, mais uma vez a paisagem na Região Bragantina vai sendo recriada, sem uma participação efetiva da comunidade regional, em função de interesses econômicos e políticas direcionadas para a utilização de recursos naturais.

Verifica-se neste momento o surgimento de um discurso preservacionista que vem promovendo o meio ambiente como espaço lúdico e restaurador, mas que não contempla propostas sustentáveis que incluam as populações regionais, continuando a predominar uma prática utilitarista de domínio da natureza.

### **3. História Ambiental como Instrumento Pedagógico**

Práticas pedagógicas que utilizam a história ambiental como um elemento de reflexão vêm sendo adotadas como instrumento para a educação ambiental. Segundo Carvalho (1998), *recuperar a história natural e social do lugar onde atua o educador e onde vivem os educandos, escutar histórias dos problemas ambientais do local, pesquisar os modos de vida que convivem (em paz ou em conflito) na região, observar as alterações ambientais, econômicas, sociais e culturais que afetaram a vida naquele lugar, tudo isso é praticar uma educação ambiental atenta à complexidade das relações entre a sociedade e o meio ambiente* (CARVALHO, 1998, p. 25).

É dentro desta abordagem que o Centro de Estudos Ambientais - *Sociedades e Naturezas* e os cursos de graduação em Turismo, Biologia, Pedagogia, Hotelaria e Administração da Universidade São Francisco – *Campus Bragança Paulista*, desenvolvem práticas e projetos de educação ambiental, de caráter teórico-prático e interdisciplinar, e que utilizam a história ambiental da Região Bragantina como parte de um processo de ensino-aprendizagem.

Os procedimentos metodológicos adotados envolvem aulas teóricas, trabalhos de campo, exercícios de observação, leitura e interpretação da paisagem, bem como a elaboração de relatórios e diagnósticos sócio-ambientais que promovam uma compreensão da complexidade dos problemas histórico-ambientais (FADINI & HOEFFEL, 2001).

Esta prática corresponde à apresentada por Nicol (2002) que utiliza quatro momentos metodológicos<sup>7</sup> para atividades de educação ambiental, objetivando aprofundar a compreensão das relações ser humano < > natureza, e que podem ser expressos como:

- *conhecimento através da experiência* que envolve o contato direto com o mundo natural, utilizando como instrumentos os estudos do meio e leituras da natureza;

- *conhecimento através da representação* que envolve diferentes formas de expressar a experiência vivida por meio de depoimentos, da elaboração de textos e do uso de imagens;

- *conhecimento teórico-científico* que envolve o estudo de conceitos, propostas e teorias incluindo, entre outros elementos, a compreensão e organização de ecossistemas e análises de impactos sócio-econômicos e culturais dentro de uma perspectiva histórica, e

- *conhecimento prático* que envolve a elaboração de um plano de ação concreto a partir do processo de aprendizagem e que aponte soluções para os problemas detectados.

Uma das práticas de Educação Ambiental que vem sendo realizada é o diagnóstico sócio-ambiental “*Trajetórias do Jaguar*” que utiliza como elemento de educação, reflexão e análise ambiental a Bacia Hidrográfica do Rio Jaguar e seus aspectos históricos, naturais e sócio-culturais, desde suas nascentes no Estado de Minas Gerais até seus usos urbanos, rurais e industriais na Região Bragantina e nas metrópoles de Campinas e São Paulo.

Dentre os resultados obtidos verifica-se que esta prática de educação ambiental tem possibilitado aos alunos e participantes a percepção e caracterização do espaço, suas transformações históricas e importância como manancial, a promoção de leituras e interpretação de diferentes visões da natureza, reflexões e discussões sobre questões ambientais e a elaboração de relatórios e propostas de usos sustentáveis, visando à construção de um conhecimento interdisciplinar.

Estas práticas refletem a visão de Carvalho (1998), ao afirmar que, (...) *não basta observar passivamente em volta. É preciso participar de forma ativa perguntando, buscando os diferentes pontos de vista, formulando respostas, hipóteses, ou seja, significa agir como um*

*observador que sabe “ler” as relações naturais e sociais que constituem os fatos ambientais* (CARVALHO, 1998, p. 25).

Esta associação da teoria com a prática vem possibilitando discussões sobre um pensar e agir não compartimentado, que estimule uma visão sistêmica de conhecimento e atuação (HOEFFEL, FADINI & SUAREZ, 2002).

Outra atividade que utiliza a evolução histórica da problemática ambiental como instrumento pedagógico é o Projeto *Caminhos do Moinho*. Este projeto de educação ambiental que vem sendo desenvolvido na Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Moinho, Nazaré Paulista/SP, envolve a leitura sistêmica de aspectos históricos, culturais e sócio-ambientais através de uma caminhada interpretativa. Os resultados obtidos indicam que este trabalho tem contribuído para a construção de um diagnóstico sócio-ambiental da região, que vem auxiliando na recuperação de sua história e promovido uma reflexão sobre cidadania, questões culturais e ambientais (LIMA et al., 2003).

Esta metodologia também vem sendo utilizada no Projeto de Educação Ambiental *Moinho D'Água*, implantado em escolas rurais do município de Nazaré Paulista/SP, que através de atividades teórico-práticas e lúdicas busca estimular nos alunos e na população local, vivências e leituras da natureza e o reconhecimento de aspectos sócio-ambientais e culturais do espaço onde estão inseridos, objetivando a formação de agentes ambientais (HOEFFEL et al. 2004).

Espera-se com a realização destes diferentes projetos contribuir na identificação dos problemas ambientais regionais, propor medidas de prevenção e minimização de danos ao meio ambiente e criar um campo de discussões, reflexões, ações e práticas educativas norteadas pela idéia de sustentabilidade.

#### 4. Refletindo com as Trajetórias do Jaguar

Nos últimos anos estudos históricos sobre as relações entre os seres humanos e o mundo natural têm possibilitado uma maior compreensão da interdependência

<sup>7</sup> Nicol (2002) denomina estes quatro momentos metodológicos como: *experiential knowing, presentational knowing, propositional knowing e practical knowing*.

existente entre as sociedades humanas e os ecossistemas naturais. Segundo Hughes “*a idéia de ambiente como algo separado dos seres humanos e que serve apenas como pano de fundo para a história humana é uma visão enganosa. Qualquer coisa que os seres humanos façam para a comunidade ecossistêmica os afeta inevitavelmente. A humanidade nunca existiu isolada do resto da vida, e não poderia existir sozinha, pois ela depende das associações complexas e íntimas que tornam a vida possível*” (HUGHES, p. 6, 2001).

Diversos estudos (PONTING, 1991; GUHA, 2000; HUGHES, 2001) têm sido realizados no mundo inteiro de forma a avaliar os efeitos positivos e negativos das ações humanas sobre o ambiente natural bem como as diversas maneiras através das quais os sistemas bióticos e abióticos da Terra têm influenciado a vida humana.

Da mesma forma que observado em uma análise histórica mais ampla percebe-se que os processos de alterações ambientais na Região Bragantina, em especial na Bacia Hidrográfica do Rio Jaguar, têm determinado mudanças efetivas e contínuas nas suas características ecossistêmicas e culturais sendo possível constatar que, apesar de ocorrerem em momentos históricos diferentes, estas alterações ainda estão presentes na região redesenhando sua paisagem sócio-ambiental.

Verifica-se também que não houve efetiva preocupação com os recursos naturais e com a população da região e sim com processos econômicos insustentáveis que não contemplam planejamentos participativos. Esta postura ambientalmente inadequada mantém-se até os dias atuais, refletindo-se no comprometimento dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos, e na qualidade de vida regional.

Estas alterações ambientais e a exclusão da população local dos processos de decisão demonstram uma racionalidade de exploração e domínio em busca de um desenvolvimento que não atende aos princípios de sustentabilidade. Mesmo a idéia de uma natureza restauradora segue uma racionalidade preservacionista não adequada às características regionais impondo padrões de uso e de comportamento urbanos, transgressores da conservação dos recursos naturais e que não agregam valor e respeito à população local.

O reconhecimento desta realidade e da necessidade de repensar as relações ser humano < > natureza tem estimulado a busca e adoção de estratégias ambientalmente sustentáveis, entre elas a utilização dos aspectos históricos

como instrumento para educação ambiental. Este recurso pedagógico possibilita uma maior compreensão da dinâmica e dimensão das transformações e a importância de se adotar ações conservacionistas que mantenham e recuperem os patrimônios ambientais e culturais.

Assim a prática pedagógica de diagnósticos e análises sócio-ambientais que vem sendo utilizada pelo Centro de Estudos Ambientais – Sociedade e Naturezas da Universidade São Francisco tem contribuído para o reconhecimento das fragilidades e características da região e estimulado uma reflexão sobre ética, cidadania, meio ambiente e cultura, com o envolvimento de professores, alunos, visitantes e moradores locais.

Através desta prática procura-se informar e aprofundar o conhecimento dos alunos e comunidades locais sobre questões ambientais e culturais da região, auxiliando na recuperação e manutenção do seu passado e de sua história.

Outro elemento a destacar dentro da proposta educacional apresentada neste trabalho é a construção contínua de um processo integrado e participativo criado em vários momentos. Esta prática envolve diferentes atividades pedagógicas como diagnósticos sócio-ambientais, exercícios de leitura da natureza, compreensão do histórico ambiental e formulação de planos de atuação que no seu conjunto promovem ações de educação ambiental, fundamentadas num pensamento crítico e numa postura cidadã.

Espera-se que estas estratégias educacionais possibilitem reflexões sobre atitudes e valores da sociedade contemporânea e que estimulem novas racionalidades e relações entre os seres humanos e destes com o mundo natural.

## 5. Bibliografia

AB’SABER, Aziz N. & BERNARDES, Nilo. *Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. *Trajetórias e Identidades – 1797/1997*. Bragança Paulista: Câmara Municipal, 1997.

CARVALHO, I. C. de M. *Em Direção ao Mundo da Vida: interdisciplinaridade e Educação Ambiental*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

- CARVALHO, I.C. de M. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: LEFF, E. *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CERQUEIRA LEITE, Beatriz Westin. *Região Bragantina - Estudo Econômico Social (1653-1836)*. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1974.
- CRONON, W. *Uncommon Ground*. New York: Norton, 1996.
- CURTHOYS, L. P. & CUTHBERTSON, B. Listening to the landscape. *Canadian Journal of Environmental Education*, v.7, n.2, p. 224 - 240, 2002.
- DOVERS, Stephen R. “On the contribution of environmental history to current debate and policy”. *Environmental and History*, v. 6, n. 2, p. 131-150, 2000.
- EVERNDEN, N. *The Social Creation of Nature*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1992.
- FADINI, A. & HOEFFEL, J.L. “Qualidade da água e turismo – reflexões a respeito do tema”. *Anais do I Simpósio e Exposição Internacional sobre Turismo e Desenvolvimento Sustentável dos Países da Bacia Amazônica*, Manaus, Brasil, p. 147-9, 2001.
- FREIRE, P. *A Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GUHA, R. *Environmentalism. A Global History*. New York: Longman, 2000.
- HANNIGAN, J.A. *Environmental Sociology*. London: Routledge, 2000.
- HOEFFEL, J.L.; VIANA, R.M. & BRAZ, M. “Ação educativa na Pesquisa Ambiental: a proposta do projeto APA-VIVA”. *Lecta – USF*, v. 11, n. 1, p. 107-120, 1993.
- HOEFFEL, J.L. FADINI, A.A.B.; SUAREZ, C.F.S. Environment, sustainable tourism and academic responsibility. In: LEAL, Walter Filho. *Environmental Education, Communication and Sustainability*. Frankfurt: Peter Lang, p. 415-28, 2002.
- HOEFFEL, J. L. ; MACHADO, M. K. ; FADINI, A. . Múltiplos Olhares, Usos Conflitantes Concepções Ambientais e Turismo na APA do Sistema Cantareira. *Olam*, Rio Claro, v. 7, n. 1, p. 119-145, 2005.
- HOEFFEL, J.L. et al. Moinho D’Água: Rural Community and Environment. Environmental Education Activities in Environmental Protected Area. In: LEAL, Walter Filho & Littledyke, Mike. *International Perspectives on Environmental Education*. Frankfurt: Peter Lang, p. 247-258, 2004.
- HOEFFEL, J.L., et al. Percepção Ambiental e Conflitos de Uso dos Recursos Naturais - Um Estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo, Brasil. In: III Encontro da ANPPAS, Brasília/DF. Anais do III Encontro da ANPPAS. Campinas: ANPPAS, v.1, p.1 – 15, 2006 a.
- HOEFFEL, J.L. et al. Ideas of Nature and Land use conflicts in Conservation areas - A study in the Cantareira Environmental Protected Area, São Paulo, Brazil In: Abstracts XVI World Congress of Sociology. Durban: ISA, v.1, p.109, 2006 b.
- HUGHES, J. Donald. *An Environmental History of the World*. London: Routledge, 2001.
- IBITU CONSULTORIA AMBIENTAL/DER-MG. *APA Fernão Dias – Plano de Gestão Ambiental*. Minas Gerais: IBITU/DER-MG, 1998, v. 1, 225p.
- JACOBI, P. Educação ambiental e o problema da poluição do ar. In: CASCINO, F. et al. *Educação Ambiental, Meio Ambiente e Cidadania*. São Paulo: SMA, 1998.
- LEFF, Enrique. *Saber Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LIMA, Fábio Bueno et al. “Caminhos do Moinho – Processos históricos e Educação Ambiental – Um estudo no Bairro do Moinho, Nazaré Paulista – SP”. *Anais da 55ª Reunião Anual da SBPC*. Recife-PE: SBPC, 2003.
- LIMA, Fábio Bueno; MACHADO, Micheli K.; HOEFFEL, João Luiz & FADINI, Almerinda A. B. Caminhada Interpretativa na Natureza como Instrumento para Educação Ambiental. *II EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas*. (CD-ROM). São Carlos: UFSCar, 27 a 30 de Julho de 2003 (Anais/Textos Completos).
- MINAS GERAIS. *Diário do Executivo*. Decreto 38925, de 17 de Julho de 1997 - APA Fernão Dias, 1997.
- NICOL, Robbie. Outdoor Environmental Education in the United Kingdom. *Canadian Journal of Environmental Education*, v.7, n.2, p. 207-223, 2002.
- NOVO, Maria. Higher environmental education in the XXI Century: towards a new interpretative paradigm. In: LEAL, Walter Filho. *Teaching sustainability at universities*. Bern: Peter Lang, p. 429-458, 2002.
- PONTING, Clive. *A Green History of the World*. London: Penguin Books, 1991.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RODRIGUES, Cintya M. C. *Águas aos olhos de Santa Luzia*. Campinas: UNICAMP, 1999.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo*. São Paulo: SMA, 2000.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo. *Diagnóstico sócio-econômico*

– *Tendências e potencialidades de municípios do entorno Paulista da Rodovia Fernão Dias*. São Paulo: SEBRAE, 2000.

SHIVA, Vandana & BANDYOPADHYAY, J. *Inventário Ecológico sobre o cultivo do Eucalipto*. Belo Horizonte: Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, 1991.

WORSTER, Donald. “The two cultures revisited: environmental history and the environmental sciences”. *Environmental and History*, v. 2, n. 1, p. 3-14, 1996.

# O IMPÉRIO MARÍTIMO LUSITANO E O MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES NA ROTA DO BRASIL NO SÉCULO XVI E XVII.

## *THE MARITIME PORTUGUESE EMPIRE AND MOVEMENT OF BOATS IN THE BRAZIL ROUTE IN THE XVI AND XVII CENTURIES*

Fábio Pestana RAMOS<sup>1</sup>

### RESUMO

*O artigo pretende reconstituir a movimentação de embarcações na Carreira do Brasil entre 1500 e 1700, visando fornecer dados sobre o número de navios que circularam entre o Brasil e Portugal, quantificando os naufrágios e discorrendo acerca da formação e extinção da Companhia Geral do Comércio do Brasil, responsável pelo controle da rota do açúcar brasileiro entre 1649 e 1720.*

*Palavras-chave: Carreira do Brasil, Naufrágios, Açúcar.*

### ABSTRACT

*The article intend reconstitute the movement the ship at the Career of the Brazil among 1500 and 1700, to aim at provide fond about the number at the ship that run among the Brazil and Portugal, in this manner quantitative the shipwrecked there checking and discourse about the formation and extinction of the Companhia Geral do Comércio do Brasil, responsible for control the route of the sugar brasileiro among 1649 and 1720.*

*Keywords: Career of the Brazil, Shipwrecked, Sugar.*

### **As fontes para a reconstituição do movimento de embarcações**

Embora a documentação seja farta, até o presente momento, a historiografia, brasileira e portuguesa não se

atreveu a ousar tentar obter dados sobre o número de navios que circularam entre o Brasil e Portugal no século XVI e XVII. O que é perfeitamente compreensivo, tendo em vista o fato de toda a documentação, além de demasiadamente numerosa, encontrar-se dispersa pelos arquivos portugueses - a saber Arquivo Histórico

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social – FFLCH/USP. Professor da Faculdade de História, CCH-PUC-Campinas. [fabiopestana1@terra.com.br](mailto:fabiopestana1@terra.com.br)

Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Biblioteca Central da Marinha Portuguesa - não estando organizada em separado, ou seja, inserida em meio a documentos catalogados sob as mais diversas designações.

Cabe ressaltar que ao contrário da Carreira da Índia, não existem códices que abordem ordenadamente o movimento de embarcações na rota do Brasil. Estes dados só podem ser obtidos por meio do rastreamento de cada um dos navios que partiu de Portugal e, quando possível, principalmente depois da formação da Companhia Geral do Comércio do Brasil, de cada armada que, carregada com açúcar e pau-brasil, realizou o caminho inverso.

O destino de cada embarcação encontra-se inserido em documentos que abordam os mais diversos assuntos, oculto em pareceres do Conselho Ultramarino sobre questões como o preço do açúcar, pedidos de mercê de oficiais e tripulantes, devassas, apelos a Coroa para permitir a utilização de estrangeiros como tripulantes, entre outros assuntos os mais variados.

Assim, não seria infundada uma eventual crítica a validade dos números obtidos por nós, a serem conhecidos adiante, uma vez que podem ter escapado ao rastreamento algumas embarcações cujo registro não tenhamos nos deparado, ou melhor, não tenhamos tido a sorte de encontrar em meio a documentos abordando temas díspares. Igualmente, o número de naufrágios pode ter sido um pouco maior do que o quantificado.

Entretanto, lembramos que o conhecimento histórico está em permanente construção. Não temos a pretensão de alcançar números exatos e inquestionáveis, mas sim, a exemplo da doutrina cartesiana, tão somente iniciar alicerces sólidos sobre os quais outros possam construir um edifício sólido.

Devemos concordar com a célebre afirmação, do professor doutor, da Universidade de Lisboa, António Marquês de Almeida: “a estatística mostra o caminho ao cego, mas não restitui a visão”.

### **As viagens de exploração da costa brasileira, a extração de pau-brasil e o movimento de embarcações**

Depois do pseudo descobrimento do Brasil em 1500 - segundo historiadores, COUTO (1998), o Brasil teria sido

descoberto alguns anos antes por Duarte Pereira Pacheco - até 1530, o movimento de embarcações entre Lisboa e a Terra de Santa Cruz, como é de conhecimento geral, foi extremamente baixo.

Durante este período não houve interesse por parte da Coroa portuguesa em explorar as potencialidades do território brasileiro, como testemunha a celebre carta de Pero Vaz de Caminha, onde se por um lado à qualidade do solo foi exaltada, por outro, os lusos enxergaram no Brasil não mais que uma “pousada para a navegação de calecut”.

O que se explica facilmente pelo fato de não haver na América nada estabelecido, suas terras, como assinalou Caminha, eram de uma fertilidade tal que “querendo a aproveitar nela tudo se dá”, porém, com a Índia ao alcance das naus de Portugal, onde era suficiente controlar alguns pontos estratégicos para ter o domínio sobre um comércio já estabelecido e sustentado por uma produção que não dependia da força de trabalho portuguesa, tentar cultivar às novas terras na América parecia muito dispendioso.

Era mais fácil, no século XVI, quando os lusos ainda eram senhores do Atlântico e do Índico, obter lucro através da intermediação comercial de especiarias Orientais do que produzi-las e ao mesmo tempo comercializá-las.

Neste sentido, o Brasil encaixava-se perfeitamente como ponto ideal de escala das embarcações da Carreira da Índia; em primeiro lugar, devido a uma característica técnica que obrigava, em virtude da direção das correntes marítimas e dos ventos, os navios saídos de Portugal a rumarem, a ida, em direção à costa do Brasil para, depois, retomarem o rumo do Oriente, realizando um percurso em arco de Lisboa até o Cabo da Boa Esperança, tendo como vértice, a meio caminho entre Portugal e a Índia, a cidade de Salvador. O procedimento era conhecido como *Volta pelo Largo*.

Segundo o *Esmeraldo de Situ Orbis*, texto do século XVI, a passagem pelo Brasil, ou ao menos pelas proximidades da costa brasileira, dado sobretudo a “maravilhosa força de vento”, exigindo “grande aviso e vigia dia e noite” PEREIRA (1988), era inevitável. Este fato somado, justamente, a riqueza do solo e recursos hídricos brasileiros, segundo a ótica da Coroa portuguesa, tornava a utilização do Brasil, como ponto de apoio logístico às Armadas da Índia. uma saída viável a inevitável necessidade de reabastecimento dos navios que se dirigiam ao Oriente longínquo.

Por este motivo, a presença portuguesa na América, nas três primeiras décadas do século XVI; para além do

patrulhamento contra os piratas franceses que infestavam o litoral em busca do cobiçado pau-brasil; tencionava mapear a costa, através das viagens de exploração, em uma tentativa de garantir a segurança das embarcações da Carreira da Índia, principalmente, quando necessitassem se aproximar do litoral, visando o reabastecimento de água e mantimentos; bem como identificar pontos que pudessem servir a instalação de entrepostos de troca com os nativos e, futuramente, ao estabelecimento de estaleiros que dessem conta de reparar os navios que necessitassem de auxílio.

Enquanto circularam na Carreira da Índia, entre 1500 e 1530, 325 embarcações RAMOS (1997), na rota do Brasil - se é que se pode chamar de rota o percurso entre Lisboa e o Brasil durante este período, uma vez que a navegação rumo a Terra de Santa Cruz ainda não estava regularizada, sendo inconstante e esporádica, e exatamente por este motivo chamada à época, nos roteiros de navegação, simplesmente como “caminho...para o Brasil...pela derrota da ilha da Madeira” FIGUEIREDO (1614) - circularam apenas 67 navios, embora a grande maioria das embarcações da Carreira da Índia tenha feito escala, sobretudo a ida, no Brasil LAPA (1985).

Durante este período, enquanto naufragaram 43 navios na Carreira da Índia, no caminho marítimo do Brasil se perderam 12 embarcações, o equivalente a um índice de naufrágios da ordem de 13,23% para a primeira e 17,91% para a segunda.

O que constitui um enorme abismo, em vista da rota da Índia, não obstante o alto número de naufrágios, oferecer um lucro elevadíssimo e garantido; enquanto no caminho marítimo do Brasil a lucratividade era quase inexistente, já que, como comprovado por farta documentação pertencente ao acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, os navios que circularam durante o período entre Portugal e o Brasil objetivaram tão somente mapear a costa e guardá-la da cobiça alheia.

Segundo o Padre José Figueiredo, “...durante o reinado d’ El Rei D. Manuel, as expedições ao Brasil, não tiveram outro objetivo se não indagações, verificações, e tentativas; o governo português não mandou à sua nova possessão, se não forçados, e mulheres prostitutas, os navios que executavam estas qualidades de desteros quando voltavam a Europa vinham carregados unicamente de papagaios, macacos, e paus para tinturarias...ainda que esta qualidade de madeira fosse um dos primeiros objetos do comércio do Brasil, os europeus estavam bem longe de achar então nas produções desta imensa colônia o atrativo

que as riquezas da Índia ofereciam sem censura à sua cobiça” ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO ANTT. (Manuscritos do Brasil N.º 45, f.44v).

Entretanto, visando fixar povoações que pudessem auxiliar os navios da Carreira da Índia, a partir de 1530, com a missão colonizadora de Martim Afonso de Sousa e o incentivo à colonização do território, por meio da instauração do regime de Capitania Donatárias, iniciou-se um movimento que, pouco a pouco, iria terminar por alterar o eixo econômico do Oriente para o Ocidente.

### **O açúcar de Pernambuco e a intensificação do movimento de embarcações**

Apesar do marasmo verificado nas três primeiras décadas do século XVI, a partir de 1530, o movimento de embarcações rumo ao Brasil começou a ganhar uma certa frequência e periodicidade, apesar de não ser estabelecida uma Carreira propriamente dita, entendendo-se por Carreira, obviamente, uma rota de tráfego regular de navios controlada e organizada pela Coroa portuguesa.

Em 1531, um galeão e uma nau trouxeram mantimentos, armas e munições aos colonos recém instalados na Capitania de São Vicente; depois de dois anos de abandono, em 1534, João de Barros, Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade, organizam uma expedição coletiva composta por 10 embarcações e cerca de 900 homens, iniciando a colonização das Capitania do Rio Grande, Pará e Piauí; no mesmo ano, seguiram Pêro Lopes de Sousa e Duarte Coelho, à frente cada qual de 3 navios, com o objetivo de ocupar a Capitania, respectivamente, de Itamaracá e Pernambuco ANTT. (Manuscritos do Brasil N.º 48 e 50).

A real função das Capitania Donatárias era garantir a posse do território que melhor se adequava à escala das embarcações da Carreira da Índia, todavia, enquanto a grande maioria dos Capitães Donatários fracassam em meio à hostilidade dos nativos, a falta de recursos financeiros, e sobretudo a falta de apoio por parte do poder régio, os engenhos de açúcar instalados na Capitania de Pernambuco começam a prosperar e a despertar o interesse da Coroa portuguesa SERRÃO & MARQUES (1992).

Em 1535, partiu de Lisboa uma caravela destinada a explorar o rio Amazonas e inquirir os nativos sobre a existência de ouro, mas também com o objetivo de abastecer Pernambuco e recolher os proveitos obtidos com o cultivo da cana-de-açúcar.

No decorrer dos anos, outras embarcações chegaram ao Brasil com colonos obstinados em fundar novas Capitânicas, retornando ao Reino carregadas com o açúcar pernambucano.

Ao todo, partiram na década de 30, do século XVI, um total de 36 embarcações com destino ao Brasil, contrapondo-se aos 83 navios partidos com destino à Índia, durante o mesmo período RAMOS (1997).

Não obstante ao crescente número de embarcações, foi somente depois de 1540 que se iniciou um ensaio do que se tornaria a Carreira do Brasil no século XVII, sendo estabelecida, embora por poucos anos, uma rota ao invés de um simples *caminho*.

Neste ano partiram de Pernambuco nada menos que 40 embarcações carregadas de açúcar com destino ao Reino, apesar da grande maioria destes navios não passassem de pequenas embarcações, em geral caravelas, com uma capacidade de transporte de carga muito menor do que as célebres naus da Índia.

Durante toda década de 1540, para além das armadas de patrulhamento, segundo o *Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil, e descrições de muitos de seus lugares*, redigido em 1587, chegaram ao Reino, vindas da Capitania de Pernambuco, arrendada por 10 anos a Duarte Coelho, a “cada ano...40 e 50 naus carregadas de açúcar e pau-brasil”, tendo sido a Capitania arrendada, dado os “proveitos” obtidos em favor do “Reino”, por mais 10 anos ao seu Capitão Donatário, período no qual continuaram a ser enviadas o mesmo número de naus anualmente “com pouca despesa e menos trabalho” ANTT. (Manuscritos do Brasil N.º 50, f.12v).

Assim, transitaram na rota do Brasil, entre 1540 e 1559, 611 embarcações, com um índice de naufrágios que não chegou a 1%, mais precisamente 0,82%; em oposição às 112 naus que circularam na Carreira da Índia, no mesmo período, e a um índice de perdas da ordem de 16,96% RAMOS (1997).

Espantosamente, a partir de 1554, o que parecia uma Carreira mantida e organizada por particulares - fato que a descaracterizaria como uma Carreira propriamente dita, constituindo mais uma rota – entrou em declínio. O fluxo contínuo de navios foi reduzido a apenas um galeão e no máximo 4 naus por ano, transportando órfãs ao Brasil, destinadas ao casamento com colonos de posição, além de degredados, retornando ao Reino carregadas de pau-brasil e açúcar, denotando uma nítida queda na produção açucareira de Pernambuco.

O motivo desta enorme queda no movimento de embarcações, segundo texto da época, teria sido a resistência dos nativos à penetração portuguesa. Segundo um cronista do final do século XVI, apesar da prosperidade alcançada pela Capitania de Pernambuco, os “Caites”, por serem “muito belicosos e guerreiros, mas também muito traiçoeiros, e sem nenhuma fé, nem verdade”, fizeram grande “dano...a gente da Capitania de Duarte Coelho e a muitos navios e caravelas que se perderão nesta costa dos quais não escapou pessoa nenhuma que não matassem, e comessem” ANTT (Manuscritos do Brasil N.º 50, fs.14v-15f.), impondo pesadas perdas aos particulares e desarticulando o nascente comércio de açúcar produzido no Brasil.

## O Brasil dentro do contexto da União Ibérica

Depois da queda do que parecia ser o primeiro passo para a formação da Carreira do Brasil, o movimento de embarcações entre Portugal e a Terra de Santa Cruz foi drasticamente reduzido na década de 1560; partiram de Lisboa apenas 14 navios, na década seguinte somente 16.

Em outras palavras, fizeram a ligação entre a Metrópole e o Brasil pouco mais que uma nau ou galeão por ano. A ligação de Portugal com seus colonos no Brasil foi centralizada em Salvador e no Rio de Janeiro. Todo o açúcar produzido, até mesmo por Pernambuco, além do pau-brasil extraído de todas as Capitânicas, passou a ser transportado em pequenas embarcações, em geral, até a Bahia, onde a mercadoria era acumulada enquanto aguardava a chegada do navio anual trazendo do Reino mais colonos, armas, munições e produtos manufaturados, retornando a Portugal com produtos da Terra.

A atenção da Coroa portuguesa, nas mãos do Rei Dom Sebastião, estava então concentrada na retomada da expansão da fé no norte da África; enquanto a nobreza cobiçava tão somente continuar a explorar o comércio de pimenta importada da Índia.

Não obstante, com a morte de D. Sebastião, em 1578, sem deixar herdeiros, mais precisamente, depois do falecimento de seu sucessor, seu tio avó, o Cardeal D. Henrique, em 1580, a uma disputa pelo trono que envolveu D. António, o Prior do Crato, Dona Catarina, a Duquesa de Bragança, e Felipe II, Rei da Espanha, culminou com a união da Coroa a espanhola.

Contando com a proteção da poderosa armada espanhola, os comerciantes e nobres ligados a Carreira da Índia apoiaram a União Ibérica e, por sua vez, os homens envolvidos na colonização do Brasil aceitaram o julgo espanhol, sobretudo, esperando que os navios que faziam a ligação entre a Espanha e suas colônias, na América, passassem a garantir uma regularidade maior no movimento de embarcações no caminho marítimo para o Brasil, incrementando a penetração lusitana no território.

Após a aclamação de Felipe II como Rei de Portugal - coroado Felipe I, em abril de 1581, pelas Cortes reunidas em Tomar, tornando-se Rei da Espanha e de Portugal - como esperado, ao menos o caminho marítimo para o Brasil passou a contar com a proteção dos galeões de Espanha, tornando-se efetivamente uma rota.

Em 1582, chegou ao Brasil uma armada, composta por 16 naus espanholas, comandada pelo General Diogo Flores; seguida, em 1584, por uma nau e 2 embarcações menores, comandadas por Francisco Castrejón, transportando 110 soldados espanhóis.

Mas o destino ludibriou a cobiça portuguesa, com a derrota da invencível armada espanhola, em 1588, a intensificação do movimento de embarcações na primeira década do domínio espanhol tendeu a cair vertiginosamente. Na última década do século XVI, fizeram a ligação entre Portugal e o Brasil somente 9 embarcações, na década seguinte apenas 6 navios.

Com o poderio naval espanhol desmantelado pela Inglaterra, enfrentando a luta da Holanda por sua independência - à época também unida a Espanha, a exemplo de Portugal, por meio da centralização da Coroa espanhola e holandesa nas mãos de Felipe II - somado ao inevitável assédio dos corsários, ingleses e holandeses, aos navios vindos da América, em geral carregados de ouro; tornou-se inviável para a Espanha realizar a cobertura de suas Carreiras em conjunto com a proteção das rotas portuguesas.

O feitiço virou contra o feiticeiro, além de não contar com a proteção das embarcações espanholas, depois de perder grande número de navios integrados a Invencível Armada, os lusos passaram a ser atacados tanto por holandeses como por ingleses. Estes atos de pirataria terminaram por desarticular o Império Marítimo português no Oriente RAMOS (2000), ao que a situação teria sido agravada, segundo um cronista do século XVIII, pelos ataques franceses ao Maranhão, os quais apoderaram-se da Capitania, em “1612, para serem expulsos três anos depois” RAYNAL (1998; 105).

Apesar do alto índice de assaltos piratas a costa brasileira, a consequência inevitável da diminuição do poderio lusitano no Oriente foi o incremento da rota do Brasil, e, portanto, da produção de açúcar.

Na década de 1610, ligaram Portugal ao Brasil 76 navios, não obstante a um índice de naufrágios da ordem de 38,16%, perdas em sua quase totalidade causadas pelo ataque de piratas holandeses; na década seguinte, o fluxo subiu para 491 embarcações, com um índice de naufrágios um pouco menor, 35,64%.

Embora o número de navios a circularem entre o Reino e o Brasil tenha iniciado um sensível crescimento entre 1610 e 1629, ataques de piratas holandeses anunciariam um duro golpe à produção de açúcar e, portanto, ao incremento do movimento de embarcações na rota do Brasil.

Os holandeses atacaram a cidade de Salvador, em 8 de maio de 1624, com uma frota composta por 26 navios, tripulados por 3.300 homens à frente de 509 canhões; atacando a cidade novamente, no mesmo ano, liderados pelo pirata Pieter Heyn, à frente de outra esquadra da Companhia das Índias Ocidentais, quando, apesar de ter sido afetada apenas a região portuária de Salvador, foram roubadas toneladas de açúcar, algodão, fumo e couro; em ambas as tentativas a ocupação não durou muito, mas devastou a economia açucareira.

Depois que os holandeses invadiram Pernambuco, em 1630, o número de navios portugueses, partidos com destino ao Brasil, caiu para apenas 150 embarcações, dentre as quais: em 1633, 27 compuseram uma frota de guerra enviada pela Coroa em socorro do Brasil, tendo sido 21 destes afundados pelos holandeses no Cabo de Santo Agostinho GUERREIRO (1997: 167); e 2 eram naus artilhadas e tripuladas por estrangeiros ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO AHU (LF N.º 503 e 557).

Estando ainda integradas as 150 embarcações da década de 1630: uma nau que transportou soldados portugueses até a Bahia, em 1634 AHU (LF N.º 844); 9 navios enviados ao Brasil, em 1635, artilhados às pressas e tripulados ou comandados por estrangeiros, em sua maioria franceses e ingleses AHU (LF N.º 535, 557, 566, 568, 569, 595 e 614); 4 embarcações, artilhadas, enviadas em socorro de Pernambuco e do Rio de Janeiro, em 1637, entre as quais a nau “Jesus Maria da Ajuda”, comandada por “Bartolomeu Fernandes”, em conjunto com a nau “Nossa Senhora dos Prazeres Maior”, comandada por “Jesus Ferreira”, trouxeram ao Brasil 2.000 soldados

destinados a combater os holandeses AHU (LF N.º 724, 743 e 777).

Além de fazerem parte desta contagem: 3 navios, tripulados por estrangeiros, artilhados e enviados ao Brasil, em 1638 AHU. (LF N.º 788, 849 e 875); 38 embarcações que compunham uma armada luso-espanhola, despachada, no mesmo ano, contra os holandeses fixados em Pernambuco GUERREIRO (1997: 167); 5 embarcações, tripuladas por artilheiros ingleses, franceses e hamburgueses, partidas de Lisboa em 1639, sendo 4 destinadas à Bahia e uma ao Rio de Janeiro AHU. (LF N.º 849, 884, 885, 887 e 891 & CA/RJN.º 181).

O que perfaz, na década de 1630, um total de 86 embarcações de guerra ou navios artilhados com esta função, enviados ao Brasil contra os holandeses, em oposição a apenas 64 navios mercantes.

É interessante notar que, apesar das dificuldades enfrentadas na Carreira da Índia terem sido redobradas com a União Ibérica, a atenção do grosso da nobreza e pessoas de posição em Portugal, ainda estava voltada ao comércio Oriental. Em pleno ano de 1638, todas as naus mercantes enviadas ao Brasil só partiram em socorro de Pernambuco, depois da promessa, por escrito, de que no retorno ao Reino todos os “mestres, pilotos, contramestres, e mais oficiais de mar dos galeões da armada” seriam “premiados com mercê”, e com provisões “de torna viagem nas naus da Índia cada um no lugar que merecessem ocupar na armada” AHU (LF N.º 843).

Somente a restauração da independência portuguesa, em 1640, alteraria este panorama. A partir da subida ao trono da dinastia de Bragança, libertando Portugal do jugo espanhol, a Coroa portuguesa intensificaria o movimento de embarcações na rota do Brasil, em detrimento da Carreira da Índia, terminado por expulsar os holandeses de Pernambuco, assumindo a organização do fluxo naval; criando, primeiro, as chamadas frotas do Brasil, e, poucos anos depois, a Companhia Geral do Comércio do Brasil.

## **A formação das frotas e o início da Carreira do Brasil**

Depois de restaurar a monarquia portuguesa, em 1640, decidido a reconquistar o território brasileiro ocupado pelos holandeses, D. João IV criou, em 1642, o Conselho Ultramarino, cuja função seria informar o Rei acerca dos

assuntos do Brasil e demais possessões, emitindo pareceres que serviriam de guia para o soberano português.

Na prática, o Conselho Ultramarino terminou se tornando um verdadeiro ministério, superintendendo quatro outros Conselhos: o da Consciência - para os assuntos eclesiásticos; o da Fazenda - responsável pelo controle financeiro; o de Guerra - criado em 11 de dezembro de 1640; e o de Estado - criado em 1645, para cuidar dos negócios gerais.

Como demonstra a criação do Conselho Ultramarino, apesar de não faltar vontade política em retomar o movimento de embarcações na rota do Brasil, bem como intensificar a produção de açúcar, o período em que Portugal esteve atrelado à Espanha acabou por, não só, desarticular o Império lusitano no Oriente, como também, sucatear os poucos navios que sobreviveram ao assédio dos corsários ingleses e holandeses.

Para tentar contornar a situação por meio de provisão régia, datada em 21 de janeiro de 1641, a Coroa portuguesa concedeu “licença para que todas e quaisquer pessoas, de qualquer nação, estado, profissão e condição que seja, [pudessem] livremente vir” a Portugal “com suas naus, embarcações, mercadorias e empregos, de todas as sortes, gêneros e fábricas que forem, ou mandá-las debaixo de seus nomes próprios ou de outros terceiros e comissários” as colônias lusitanas FREITAS (1951: 11).

D. João IV, pretendia obter o apoio de navios que dessem conta do transporte do açúcar produzido no Brasil, mediante pagamento de frete, atraindo aventureiros dispostos a combaterem os holandeses, em troca do curso que pudessem obter.

Embarcações de todas as nacionalidades, principalmente navegando sob bandeira inglesa, francesa, hamburguesa e de várias cidades italianas, resolveram atender ao pedido de auxílio do Rei em nome do lucro.

Em 1643, por exemplo, chegou ao Rio de Janeiro a “polaca francesa de que era capitão Luis Brum”, pedindo autorização ao Governador do Brasil, Antônio Teles da Silva, para permanecer na costa brasileira, mediante concessão de “passaporte”, a fim de poder “andar a curso contra os inimigos” de Portugal, entregando a “fazenda” que trazia carregada, no caso “drogas”, como “fiança” AHU (LF N.º 1013).

Em 3 de setembro do mesmo ano, o Governador do Brasil pediu autorização para conceder passaporte ao

Capitão Brum, a resposta não tardou, em Provisão régia, datada em 30 de janeiro do ano seguinte, o navio francês foi autorizado a “andar a corso nos mares” da “Coroa” AHU (LF N.º 1014).

Apesar do reforço obtido no estrangeiro mostrar-se extremamente benéfico aos interesses do Estado, as queixas foram freqüentes por parte dos súditos da Coroa, contra o perigo constante de ataques piratas aos navios, bem como contra o emprego de navios estrangeiros na rota do Brasil, como comprovado pela “Consulta do Conselho Ultramarino sobre o prejuízo que se segue de se concederem licenças a navios estrangeiros para irem ao Brasil” AHU (LF N.º 2282).

A despeito das queixas, a verdade é que os poucos particulares que mantinham embarcações na rota do Brasil, devido à falta de mão de obra qualificada, eram obrigados a utilizarem marinheiros e artilheiros estrangeiros, quando não crianças RAMOS (1999).

Diante da situação, só restava ao poder régio autorizar os seus súditos a utilizarem estrangeiros como tripulantes, desde que não fossem hereges, ou seja, protestantes, embora esta proibição tenha no inicialmente se estendido aos “ingleses” e “franceses” AHU (LF N.º 912), na verdade procurava tão somente impedir que holandeses viessem a tripular as naus lusitanas.

Em meio às queixas de seus súditos quanto à insegurança enfrentada no trajeto entre Portugal e o Brasil, atendendo uma indicação do Conselho Ultramarino, em 22 de janeiro de 1644, a Coroa ordenou “passar escolta aos navios” mercantes da “navegação da rota do Brasil”, nomeando o General “Salvador Correa de Sá e Benavides...por Almirante”, com poderes para julgar “todas as causas Civis e Crimes das pessoas que andarem embarcadas nestas frotas”, passando os navios de escolta a serem “armados por conta dos fretes...dos açúcares” AHU (LF N.º 1035).

A partir de então, a saída de embarcações mercantes do Brasil passou a ser condicionada a formação de comboios com “não menos de porte de duzentas caravelas das com dez peças de artilharia” e capacidade para o transporte de pelo “menos duzentas toneladas” de açúcar, ou o equivalente a “quinhentas” ou “setecentas caixas ao menos”, estando as embarcações “que forem de menos porte” proibidas de transportarem “açucarias”, sendo esta frota escoltada por pelo menos “dois Galeões” AHU (LF N.º 1035).

Todos os navios mercantes, dado as embarcações empregadas na rota do Brasil, ao contrário da Carreira da Índia, serem de pequeno porte, “de doze pessoas ate dezoito” passaram a ser “obrigadas a trazer de setenta ate oitenta pessoas de mar e guerra, e de vinte e quatro pessoas para a riba de noventa até cento que se estes todos forem marinheiros, e artilheiros”, estando os “donos dos Navios” obrigados ainda a cumprirem esta exigência continuando “a pagar aos marinheiros como até agora faziam” AHU (LF N.º 1035), portanto, sem reduzirem os salários a fim de cumprir o decreto real.

Pela “navegação do Rio de Janeiro” ser “mais cumprida e dilatada e por esta causa custar mais aos navios a virem àquela Capitania”, as embarcações deviam ser agrupadas na “Bahia”, devendo, igualmente, os navios que partiam do Reino para o “Rio de Janeiro...demandar a Bahia”, estando os donos dos navios atracados em Salvador, na torna viagem, obrigados a providenciar o concerto das “avalias” enquanto ali aguardassem a formação da frota, pagando por tais concertos os “navios de duzentas toneladas a três unidades do dito tostão e dos de trezentas toneladas acima meio tostão” AHU (LF N.º 1035), sendo expressamente proibido a partida de navios danificados.

As embarcações mercantes que compusessem a frota passariam a receber um frete da Coroa em troca dos serviços prestados; por meio de decreto complementar, assinado em 25 de janeiro de 1644, o pagamento do frete foi fixado em “dois mil réis por tonelada” de açúcar transportado AHU (LF N.º 1035), o equivalente, segundo o valor da época, a 135,4Kg de prata fina por tonelada.

Nascia a Carreira do Brasil, o Estado português estabelecia uma rota regular entre o Salvador e Lisboa, visando escoar a crescente produção açucareira brasileira, sem correr o risco de perdê-la para os holandeses em meio ao transporte para o Reino, garantindo tanto a segurança da mercadoria como de seus súditos e das embarcações dos particulares, estimulando o incremento da nova Carreira.

Todo o movimento de embarcações na Carreira do Brasil foi centralizado em Salvador, na verdade, o decreto régio nada mais fez que oficializar uma pratica já há muito adotada.

O “Regimento dos Provedores das Capitánias do Brasil”, promulgado “a dezessete de Dezembro de Mil quinhentos quarenta e oito”, determinava “que todas as Naus, e Navios, que de Meus Reinos, e Senhorio, ou fora

deles forem para as ditas terras do Brasil vão diretamente a cada uma das Capitânicas onde houver Alfândega, e Casa da arrecadação de meus direitos para ali serem vistos, e descarregarem na dita Alfândega quaisquer mercadorias”, devendo “pagar dizima, e ainda que as ditas Naus, ou Navios não possuam mercadorias, todavia, irão diretamente a qualquer parte onde houver a dita Casa da Alfândega, para se saber que Navios são, em que vão, e serem levados, se levam mercadorias algumas despesas, e provando-se, que qualquer Nau, ou Navio tomou primeiro nas ditas terras do Brasil algum porto outro, em que não haja Alfândega, e que alguma gente dele descarregou alguma mercadoria do Navio em terra, ou a carregou nele, posto da tal terra seja de paz” ANTT (MB N.º 28, f.136f), recebendo os oficiais da embarcação punição através da cobrança de uma multa.

Mas na prática, estando as Alfândegas restritas a Bahia e ao Rio de Janeiro, em geral, as embarcações, a ida, se dirigiam a uma destas duas Capitânicas, para depois rumarem ao seu destino em outros pontos do território, realizando a volta o caminho inverso, excetuando, obviamente, os casos de contrabando e tentativas de fuga do fisco.

Levando em conta que Salvador se localizava em um ponto estratégico, a meio caminho entre Lisboa e a Índia, no centro entre a Capitania brasileira mais ao norte e a mais ao sul, possuindo excelentes condições geográficas, com um excelente ancoradouro natural, parece óbvio os motivos que conduziram a Coroa a optar por Salvador ao invés do Rio de Janeiro, outra importante cidade portuária à época.

Além destes fatores, Salvador encontrava-se muito mais próxima dos centros produtores de açúcar do que o Rio de Janeiro; estando ainda, convenientemente, sediada em Salvador, desde o final do século XVI, a chamada Armada da Costa, composta por: “oitocentas embarcações, de quarenta e cinco para setenta palmos de quilha”, muitas das quais equipadas com “dois falcões por proa e dois berços por banda”, provavelmente com apenas uma coberta, além do convés; “duzentas embarcações”, com “quarenta e quatro palmos de quilha ate trinta e cinco”, equipadas com “pelo menos um berço por proa”; “trezentos barcos de 34 palmos de quilha para baixo, e duzentas Canoas, e todas muito bem remadas” ANTT (MB N.º 50, f.69f).

Centralizado o movimento de embarcações na cidade de Salvador, onde deveriam descarregar os gêneros transportados, aguardando a chegada de mercadorias para serem conduzidas a Portugal; enquanto 1000 embarcações,

armadas, serviam a guarda e patrulhamento da costa; faziam a ligação com as diversas povoações lusitanas espalhadas pelo litoral brasileiro, trezentas embarcações menores, juntamente com duzentas canoas, encarregando-se da navegação de cabotagem, bem como da fiscalização e recolhimento de impostos.

Assinado o decreto de 22 de janeiro de 1644, em 25 de maio do mesmo ano, já estava já sediada na Bahia, não os “dois Galeões” requeridos como o mínimo para garantir a segurança da Carreira do Brasil, mas sim, “dezesseis” navios “do porte de seiscentas toneladas bem artilhados, com Cem infantes, cada um e...com seu Capitão de Mar e Guerra”, e “com seu Alferes e sargento”, prontos para escoltar as “Carracas dos Açúcares”, passando a ser pago, a partir deste ano, somente a “metade” do frete “para os donos dos Navios”, indo “a outra metade para o sustento da dita frota” AHU (LF N.º 1056).

A primeira frota, comandada pelo Almirante General Salvador Correia de Sá e Benavides, partiu de Salvador em 1645, composta por 208 embarcações, incluindo os navios que serviam de escolta, bem como 178 navios chegados da África, com escravos, entre 1644 e 1645, obrigados, compulsoriamente, a aguardar em Salvador até que a frota se formasse a fim de transportar açúcar ao Reino AHU (LF N.º 1121, 1184, 1185 e 1186).

Ao contrário da Carreira da Índia, onde as gigantescas e super lotadas naus de propriedade da Coroa, tripuladas por homens vinculados ao poder régio, deveriam estar preparadas para se auto defenderem, caso fosse necessário; a grande maioria das embarcações que fizeram a ligação entre Portugal e o Brasil foram navios mercantes de pequeno porte, como se tornaria praxe, muitos dos quais totalmente desarmados, tripulados por um pequeno número de indivíduos, na maior parte das vezes, comandados por um mestre que acumulava as funções de Capitão e Piloto, sem, no entanto, receber qualquer tipo de soldo por isso ou deter o título de tais cargos.

O mestre era quase sempre proprietário da embarcação, ou quando muito contratado pelo proprietário, recebendo somente o valor do frete, previamente combinado, pago pela Coroa pelo transporte de determinada mercadoria. O navio, em geral, a ida transportava tecido, vinho e produtos manufaturados; à volta, açúcar ou pau-brasil. Guardando estas mercadorias, o mestre deveria responder pessoalmente pelo gasto com a viagem, a manutenção da embarcação e o pagamento do pessoal, bem como pelos preparativos para a próxima viagem.

Os custos com as embarcações da rota do Brasil eram relativamente menores do que com a Carreira da Índia, pois estava entregue ao que modernamente chamaríamos de iniciativa privada. Como o comprova a “Consulta do Concelho Ultramarino sobre o fundamento que teve o Conselho, para mandar antes pagar maiores fretes do saldo que passar patentes de capitão de mar e guerra, com soldo, aos mestres...”, datado em “3 de Julho de 1644”, era muito mais econômico pagar “fretes tanto em prejuízo da...fazenda” do que passar “Patentes de Capitão” AHU (LF N.º 1059) àqueles que a requeressem, pois implicaria em pagar-lhes um soldo que seria maior do que o pagamento do frete.

Também ao contrário da Carreira da Índia, cuja rota comercial era quase sempre de mão única, com os produtos chegando do Oriente e dificilmente partindo do Reino, desequilibrando a balança comercial, não obstante ao alto lucro gerado pela revenda de especiarias na Europa; a Carreira do Brasil proporcionava, além da obtenção de produtos destinados ao trespasse na Europa, um amplo mercado consumidor de gêneros manufaturados, o que daria origem ao chamado Pacto Colonial.

Entretanto, depois da partida da primeira frota do Brasil, somente 5 anos depois, em 1650, a Coroa conseguiu reunir embarcações suficientes para a formação de uma segunda frota, então entregue a administração da Companhia Geral do Comércio do Brasil.

Entre a partida da primeira e da segunda frota; em 1647, 26 navios mercantes partiram da Bahia com destino ao Reino fora da frota do Brasil: 1 do Maranhão, 4 de Pernambuco e 7 do Rio de Janeiro, perfazendo um total de 38 navios, entre os quais 36 naufragaram devido ao ataque de piratas holandeses.

Igualmente, em 1648, partiram com destino a Portugal: 40 navios mercantes da Bahia, 14 de Pernambuco, 5 do Rio de Janeiro, 5 do Cabo de Santo Agostinho, 3 do Espírito Santo, 2 do Maranhão, e 3 de pontos do litoral brasileiro não identificados, perfazendo um total de 72 embarcações, tendo todas elas naufragado às mãos dos holandeses.

O que, por si, demonstra a fragilidade dos navios que faziam a ligação entre a Metrópole e o Brasil sem a proteção da escolta da frota do Brasil. Enquanto a formação de frotas garantia a segurança das embarcações mercantes, com um índice praticamente zero de naufrágios; por outro lado, a espera pela formação da frota levava muitos a optarem por pedir autorização régia para partir fora do comboio.

A espera pela junção do número mínimo de navios requerido para custear a escolta da frota, implicava em enormes gastos para os particulares com pessoal, manutenção da embarcação e direito de estadia no porto.

Para contornar este problema, em muitos casos, os proprietários de navios utilizavam o artifício de rumarem carregados com açúcar para a África para depois se dirigirem a Portugal, com resultados como os verificados em 1647 e 1648, quando praticamente 100% dos navios partidos do Brasil foram afundados pelos holandeses.

Agravando a situação, como demonstra a “Consulta do Conselho Ultramarino sobre se será conveniente ou não, irem naus inglesas ou hamburguesas ao Brasil para darem comboio às frotas que vierem daquele estado”, datada em 17 de março de 1647, mal havia sido instituída a obrigatoriedade da formação de comboios, poucos anos depois, devido à falta de recursos financeiros, a Coroa viu-se impossibilitada de cumprir o seu próprio decreto.

Portugal foi obrigado a recorrer aos serviços de corsários, no caso “oito navios ingleses, de trezentas e cinquenta toneladas, pouco mais ou menos, e vinte e seis peças de artilharia e cinquenta e cinco homens para virem cada ano ao Brazil, quatro a Bahia e quatro ao Rio de Janeiro; os quais” deveriam partir de “Lisboa em frota”; além de se ter cogitado o fretamento de “dez poderosas naus de guerra hamburguesas de quatrocentas, ate 500 toneladas cada uma, com vinte e cinco, ou trinta peças de artilharia...trazendo açúcares e comboiando os navios” da frota do Brasil AHU (LF N.º 1253).

### **A formação da Companhia Geral do Comércio do Brasil: o apogeu e declínio do ciclo do açúcar**

Embora o decreto de 1644, obrigando a formação de frotas na rota do Brasil, tenha estimulado o incremento desta Carreira, como demonstra os 716 navios que circularam nesta rota ente 1640 e 1649, os investimentos haviam se mostrado insuficientes, já que boa parte destas embarcações eram na realidade navios ingleses BOXER (1951: 197-230), muitos dos quais burlaram os direitos alfandegários lusitanos, enganando os fiscais da Coroa quanto a real tonelagem transportada.

Em 1649, inspirado em uma sugestão do Padre Antônio Vieira, em consulta ao Rei, datada em “6 de

fevereiro”, o “Santo Ofício” propôs a Coroa que ao invés de perseguir a “gente da dita nação (hebréia) de todos” os “reinos e senhorios assim naturais como estrangeiros”, e de prender ou condenar os mesmos “pelo Santo Ofício, pelos...crimes de heresia, apostasia ou judaísmo”, permitisse que “os mesmos homens de negócio” fizessem “uma Companhia em que eles e os mais vassallos...entrassem com cabedais e fazendas que lhes fosse possível, por conta da qual, sem outro gasto” para a fazenda real, “andassem no mar 36 galeões de guerra, que fossem e que viessem às ditas conquistas, dando guarda às embarcações e fazendas que forem e vierem delas e as recolham seguras dos inimigos, com evidente utilidade do reino e vassallos dele e direitos de...alfândegas” FREITAS (1951).

O Rei optou por aceitar a sugestão do Santo Ofício, aprovando os Estatutos da Companhia Geral do Comércio do Brasil em 8 de março de 1649, passando a responsabilidade da formação das frotas do Brasil a esta Companhia, estando a mesma obrigada ainda a fornecer os navios de escolta e repassar o pagamento dos fretes. A manutenção de um movimento regular de embarcações na rota do Brasil foi definitivamente garantida.

Em 1650, partiu de Salvador a segunda frota do Brasil, comandada pelo almirante Pedro Jaques de Magalhães, composta por 275 embarcações, entre as quais 45 navios de guerra a escoltarem a frota BOXER (s.d.). No entanto o comboio foi obrigado a arribar a Bahia, por fazerem água alguns navios AHU (LF N.º 1350, 1351, 1383, 1384, 1378, 1380, 1381 e 1408)

Segundo “Consulta do Conselho Ultramarino”, redigida em Lisboa, datada em 26 de janeiro de 1651, a arribada da frota do Brasil, depois de apenas “treze dias de viagem”, não obstante o fato de ter o “Almirante Pedro Jaques de Magalhães” grande zelo, optando por retornar a Salvador, não só, pela ausência de ventos e por estarem muitas embarcações avariadas, mas também, por “não” estar a frota suprida com a quantidade “necessária” e suficiente de víveres para a viagem, foi uma decisão acertada, mas implicou em uma “grande despesa” AHU (LF N.º 1385), muito pesada para os cofres públicos, constituindo talvez o maior arribamento de embarcações de toda a história das navegações.

Na arribada a nau mercante capitania recebeu uma grande avaria por tocar um baixo, sendo reparada em Salvador, junto com as outras embarcações avariadas; partindo novamente a frota somente em 1651, depois de inúmeros contratempos, entre os quais o adoecimento do Almirante.

Percebe-se que, mesmo depois que a Companhia Geral do Comércio do Brasil assumiu o controle sobre o movimento de embarcações na Carreira, injetado o capital de ricos comerciantes hebreus, certos problemas continuaram persistindo.

Segundo “Consulta do Conselho Ultramarino”, datada em 13 de janeiro de 1651, apesar da formação de uma gigantesca frota, escoltada por navios de guerra, garantir a segurança da Carreira do Brasil, a partida da “Armada Real, e da esquadra da junta geral do comércio, e mais navios particulares”, por exigir a concentração de todo potencial militar e humano a fim de cumprir as exigências da Coroa, deixava, por ocasião da partida da frota, “a Bahia de todos os santos, muito desamparada” e, igualmente, o “Rio de Janeiro”, não só, “nas forças do mar”, uma vez que deixava toda costa “sem navios...que possam em alguma maneira acodir a qualquer necessidade”, aflorando no “cometimento de inimigos nos seus portos e Capitánias” AHU (LF N.º 1375), como também, às populações costeiras.

A formação do comboio garantia a segurança das embarcações transportando açúcar, mas deixava completamente entregue a mercê do ataque de piratas os navios responsáveis pela navegação de cabotagem e a população fixada em importantes e estratégicos pontos do litoral brasileiro.

De qualquer modo, em 1652, partiu a terceira frota do Brasil, composta por 212 embarcações AHU (LF N.º 1485); partindo a quarta frota somente em 1654 AHU (LF N.º 1558, 1565, 1566 e 1573); a quinta frota em 1656; e a sexta em 1658 AHU (LF N.º 1661).

O que perfaz, junto aos navios autorizados a partir fora da frota, um total de 1147 embarcações em toda a década de 1650, com um índice de 23,98% de naufrágios, constituindo o ápice da circulação naval entre Portugal e o Brasil durante o ciclo do açúcar brasileiro.

Todavia, cabe ressaltar que, apesar da criação da Companhia ter garantido um fluxo contínuo de embarcações entre Portugal e o Brasil, não garantiu a sustentação de uma periodicidade regular na partida das frotas, isto ao menos do ponto de vista dos produtores de cana de açúcar, porque devido ao tempo que o açúcar ficava estocado até que pudesse ser encaminhado ao Reino, haja vista a obrigatoriedade da formação de gigantescas frotas, muitas vezes o açúcar tinha seu valor diminuído e sua qualidade degradada.

Os súditos da Coroa lembravam, por meio de uma “Representação dos moradores do Brasil”, liderados por Antônio Barbosa Bacelar, em documento não datado cujos indícios apontam para o ano de 1652, que, apesar da promessa de “mandar em cada um ano 36 navios de guerra em duas esquadras repartidas ao Estado do Brasil”, em “cinco anos de duração”, o Estado havia mandado “somente 3 esquadras, das quais a maior não chegou à metade do que prometeu armar em um ano”, queixando-se ainda de que a proteção da esquadra não garantia a segurança contra os “piratas” que agiam na “costa” AHU (LF N.º 1485).

Depois de “6 anos” da criação da Companhia do Brasil e da obrigatoriedade da formação de gigantescas frotas, partiram da Bahia, considerando-se a frota partida em 1652 como incluída em tal afirmação, apenas “três frotas, que vem corresponder cada dois anos uma” AHU (LF N.º 1485), tendo, na verdade a primeira frota para a segunda um intervalo de cinco anos, e a segunda para a terceira um intervalo de 2 anos.

Os particulares, por estas e outras razões, questionavam a utilidade da formação de frotas tão gigantescas, ao que a Coroa terminou por lhes dar ouvidos em 1658, quando reduziu a obrigatoriedade da formação do comboio de 200 navios para 10 embarcações.

Mesmo assim, em 1660, a sétima frota do Brasil partiu de Salvador composta por 212 embarcações AHU (LF N.º 1768, 1781 e 1782); partindo a oitava frota em 1662, composta por 216 navios AHU. (LF N.º 1854, 1869 e 1934). Não obstante, o ciclo do açúcar no Brasil começou a entrar em declínio a partir de então, devido, principalmente, a concorrência holandesa, quando depois de expulsos do Brasil os holandeses se fixaram nas Antilhas, iniciando ali a produção de cana de açúcar.

A partir deste fato o fluxo marítimo tendeu a cair vertiginosamente na rota. Em 1664, a nona frota do Brasil partiu da Bahia composta por apenas 20 embarcações mercantes, escoltadas por 4 navios de guerra AHU. (LF N.º 2001 e 2002); partindo a décima frota, em 1666, com 13 naus mercantes, escoltadas por 3 navios artilhados AHU (LF N.º 2146, 2166 e 2279); partindo a décima primeira frota, em 1667, composta por 64 embarcações; e a décima segunda frota, em 1669, formada por 50 embarcações mercantes e 2 naus vindas da Índia, escoltadas por 3 navios de guerra AHU (LF N.º 2253).

Números que perfazem um total de 423 embarcações partidas em toda década de 1660, representando uma

drástica queda no movimento de embarcações na Carreira do Brasil, embora o índice de naufrágios tenha também sido reduzido a apenas 1,65%, fato facilmente explicado devido ao abandono em definitivo do projeto holandês de construir um Império açucareiro no Brasil, em benefício da produção de açúcar nas Antilhas.

Não bastasse a concorrência holandesa, desde o início da década de 1660, a contínua instalação de novos engenhos de açúcar, terminou por gerar uma produção muito maior do que a demanda do produto na Europa, bem como superior a capacidade de transporte pelas naus da frota do Brasil, fazendo o preço do açúcar brasileiro despencar no mercado internacional.

Ciente da realidade, a Coroa procurou tomar medidas que amenizassem o problema, tentando evitar o agravamento da queda do preço do açúcar, como comprovado por “Carta do provedor-mor da fazenda Antônio Lopes de Ulhôa para S. Magde, com traslado do papel que trata da proibição de se fabricarem engenhos de novo na Bahia” AHU (LF N.º 1894), datada em 2 de outubro de 1662; contudo, o declínio da economia açucareira foi inevitável.

Depois da drástica queda no movimento de embarcações a partir de 1660, na década seguinte, o número de navios na Carreira do Brasil caiu ainda mais, embora nada objete que a capacidade de transporte de cada embarcação, em termos de tonelagem, tenha inversamente aumentado.

Em 1670, partiu de Salvador a décima terceira frota do Brasil, composta por apenas 12 navios - 10 mercantes e 2 de escolta - AHU (LF N.º 2383 e 2413); partindo a décima quarta frota, no ano seguinte, com 13 embarcações AHU (LF N.º 2413, 2426, 2544 e 2554); a décima quinta, em 1672, com 11 navios - 10 mercantes e 1 de escolta - AHU (LF N.º 2488); embora, no mesmo ano, a décima sexta frota tenha partido com 12 navios AHU (LF N.º 2518); partindo a décima sétima, em 1673, também com 12 embarcações AHU (LF N.º 2543 e 2552); sendo esta seguida pela décima oitava e a décima nona frota, respectivamente, em 1674 e 1675, ambas compostas, cada qual, por 12 navios - 10 mercantes e 2 de guerra - AHU (LF N.º 2587, 2598 e 2673).

A partir de 1675 cessaram, ao menos até a próxima década, a formação de frotas, recebendo inúmeros navios autorização para partir fora da frota; perfazendo um total de apenas 98 embarcações partidas entre 1670 e 1679, com um índice de naufrágios de 2,04%.

O número de navios perdidos a cada década se estabilizou em torno de uma média rondando os 2%, índice

que se manteria, com ligeiro aumento na última década, até o final do século XVII.

Simultaneamente, a diminuição no movimento de embarcações na Carreira do Brasil, comparativamente, na década de 1660, foi da ordem de 36,87%, comparativamente aos números registrados na década de 1650, marca do pico do ciclo do açúcar. Assim como a década de 1670 registrou uma queda, no fluxo naval, de 23,16%; e a década de 1680 uma diminuição de 47,95%. Acumulando uma queda total no fluxo marítimo, entre 1650 e 1690, de 95,9%, denotando a crise da produção açucareira.

### **A extinção da Companhia Geral do Comércio do Brasil**

Embora a criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil, não obstante as várias dificuldades enfrentadas e queixas múltiplas sobre suas decisões arbitrárias, tenha inicialmente rendido bons frutos; a partir de 1670, os particulares, apoiados pelo governo local, notadamente do Rio de Janeiro e de Pernambuco, começaram a queixar-se, não da obrigatoriedade da formação das frotas, como seria esperado, mas sim de sua centralização na Bahia

Na realidade, desde alguns anos, a formação das frotas não era mais necessária para garantir a segurança das embarcações da Carreira do Brasil; estimulando a luta pela descentralização da rota, como comprovado por “Consultas do Conselho Ultramarino, sobre uma representação dos moradores do Rio de Janeiro, em que pediam que os navios daquela praça viessem diretamente para o Reino, para evitar os prejuízos que lhes causavam o tocarem na Bahia” AHU (CA/RJ N.º 1293), datado em 19 de dezembro de 1676; assim como pelas “Consultas do Conselho Ultramarino relativa à representação em que os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro se queixavam dos prejuízos que causava àquela praça o virem as frotas para o Reino, pela Bahia” AHU (CA/RJ N.º 1304), datada em 14 de junho de 1677.

As queixas a respeito da centralização das frotas em Salvador, marcam o início da extinção da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Em meio a apenas 47 embarcações partidas entre 1680 e 1689, e aos 130 navios partidos na última década do século XVII; depois de partirem frotas de Salvador em 1681, 1682, 1686, 1691, 1692 e 1695 AHU (LF N.º 3030, 3088, 3356, 3633, 3726, 3735 e 3999 & CA/RJ N.º 2020); em 1696, a Coroa terminou

cedendo as pressões, deixando a frota partir de Pernambuco ao invés da Bahia AHU. (LF N.º 3980, 3982 e 4004).

A partir de então, na prática o fluxo marítimo terminou sendo descentralizado. Em 1697, uma frota partiu da Bahia AHU (LF N.º 4063) e outra de Pernambuco AHU. (Pernambuco. Caixa 9, doc. 448), cada qual, como se tornou habitual, com 12 navios; o que se repetiu em 1697 AHU (LF N.º 4063 & Pernambuco. Caixa 9, doc. 448); sendo a sede da frota, praticamente, transferida para o Rio de Janeiro, em 1698, partindo a frota de lá neste ano e no seguinte AHU (CA/RJ N.º 2118 e 2212).

Por esta altura, no início do século XVIII, cada vez mais, um número maior de embarcações recebeu autorização para partir fora da frota, já que a rota era tida como segura. Fazia pouco sentido manter o esquema de comboio e, portanto, a Companhia Geral do Comércio do Brasil, então com problemas de fluxo de caixa.

A Companhia estava com seus dias contados, depois da “Consulta de 21 de Janeiro de 1713” e de “19 de Maio de 1715” ANTT (MB N.º 28, f.136f/v), recomendando a extinção da Companhia, assim procedeu a Coroa portuguesa.

Em “1720”, por meio de Alvará, “a Junta da Companhia Geral do Brasil foi extinta por dever aos “Oficiais mecânicos” o seu salário, os “soldos do Regimento” que acompanhava os navios de guerra, aos “homens de negocio” o material comprado e “letras” de câmbio, contraídas em forma de empréstimo para pagar todos os citados em ocasiões anteriores ANTT (MB N.º 28, f.136f/v).

No entanto, o esquema de escoltas, embora não a obrigatoriedade de partir em frotas, foi mantido, sendo designadas “duas Naus de guerra para a Frota da Bahia, & outras duas para a do Rio de Janeiro, e uma para Pernambuco, com aquela prontidão, cuidado, e diligência que pede negocio tão importante” ANTT (MB N.º 28, f.136f/v).

Depois do declínio do ciclo do açúcar, poucos anos antes do grande terremoto de 1755, Pombal revitalizaria o movimento de embarcações na Carreira do Brasil, por meio da criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e da Companhia de Pernambuco e Paraíba CARREIRA (1982).

A revitalização do fluxo naval entre Portugal e o Brasil teria que aguardar até a descoberta de pedras e metais preciosos, tornando a partir de então ainda mais difícil

rastrear todos os navios que cruzaram o Atlântico para a antiga Terra de Santa Cruz, uma vez que, para além das frotas das recém criadas Companhias Pombalinas, continuaram a existir as frotas da Bahia e do Rio de Janeiro.

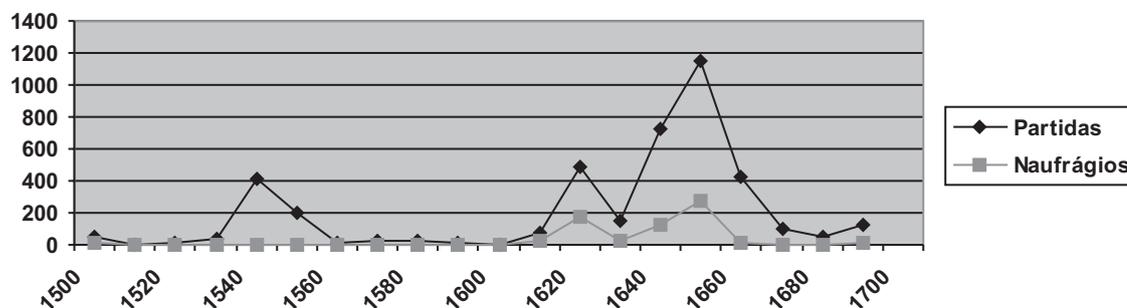
Tornando a tarefa ainda mais complexa o fato de, não sendo mais obrigatória à partida em frotas, diversos navios terem partido dos mais diferentes pontos do litoral brasileiro, mas esta já é outra *história*.

### Movimento de embarcações na rota do Brasil no século XVI e XVII

Período	Partidas	Arribamentos	Naufraágios	% Naufraágios
1500-1509	053	000	011	20,74
1510-1519	003	000	001	33,33
1520-1529	011	000	000	0,00
1530-1539	036	000	006	16,66
1540-1549	417	000	004	0,96
1550-1559	194	000	001	0,51
1560-1569	014	001	001	7,14
1570-1579	019	001	003	15,79
1580-1589	025	000	000	0,00
1590-1599	009	001	000	0,00
1600-1609	006	000	001	16,66
1610-1619	076	000	029	38,16
1620-1629	491	001	175	35,64
1630-1639	150	001	022	14,66
1640-1649	719	001	121	16,83
1650-1659	1147	280	275	23,98
1660-1669	423	003	007	1,65
1670-1679	98	001	002	2,04
1680-1689	47	000	001	2,12
1690-1700	130	000	007	5,38
<b>Total</b>	<b>4068</b>	<b>290</b>	<b>667</b>	<b>16,40</b>

**Fonte:** Documentos pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa/Portugal).

## Embarcações partidas e naufragadas na rota do Brasil no século XVI e XVII



### Fontes

#### I - Manuscritas:

Documentos manuscritos pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Manuscritos do Brasil N.º 44, 48, 49 e 50; Assumptos do Brasil N.º 1104.

Documentos manuscritos pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino: Códice 32; Catalogados pela arquivista Luiza Fonseca, em 1950, referentes à Bahia no século XVII, N.º 13, 15, 32, 42, 43, 49, 55, 213, 308, 309, 310, 360, 391, 429, 457, 503, 509, 535, 537, 546, 547, 557, 561, 565, 566, 566°, 568, 569, 594, 595, 603, 613, 614, 636, 659, 660, 661, 667, 669, 697, 702, 719, 724, 743, 762, 777, 778, 779, 788, 795, 796, 797, 844, 847, 849, 865, 870, 871, 875, 879, 883, 884, 885, 887, 891, 910, 912, 913, 931, 944, 953, 956, 958, 982, 983, 985, 987, 989, 993, 1004, 1016, 1045, 1056, 1059, 1074, 1080, 1099, 1100, 1107, 1121, 1125, 1144, 1145, 1160, 1173, 1184, 1185, 1186, 1195, 1211, 1257, 1266, 1279, 1283, 1284, 1292, 1297, 1309, 1313, 1323, 1329, 1333, 1339, 1344, 1350, 1351, 1353, 1361, 1369, 1370, 1371, 1376, 1378, 1380, 1381, 1383, 1384, 1408, 1463, 1467, 1476, 1482, 1485, 1500, 1512, 1514, 1529, 1530, 1539, 1544, 1558, 1565, 1566, 1573, 1591, 1596, 1599, 1615, 1643, 1661, 1672, 1706, 1717, 1756, 1768, 1775, 1781, 1782, 1825, 1833, 1849, 1854, 1869, 1870, 1875, 1905, 1920, 1922, 1931, 1934, 1949, 1957, 1960, 2001, 2002, 2018, 2025, 2039, 2042, 2052, 2105, 2146, 2166, 2175, 2218, 2226, 2253, 2254, 2279, 2285, 2286, 2287, 2290, 2311, 2315, 2343, 2359, 2360, 2383, 2389, 2391, 2392, 2403, 2406, 2413, 2423, 2426, 2443, 2488, 2499, 2518, 2543, 2544, 2552, 2554, 2558, 2587, 2588, 2613, 2614, 2617, 2621, 2673, 2692, 2725, 2728, 2759, 2760, 2783, 2785, 2791, 2809, 2826, 2893, 2935, 2965, 3029, 3030, 3039, 3040, 3088, 3113, 3157, 3354, 3355, 3356, 3367, 3381, 3499, 3530, 3598, 3605, 3624, 3633, 3658, 3659, 3662, 3696, 3710, 3726, 3735, 3781, 3912, 3980, 3982, 3999,

4004, 4030, 4057, 4063, 4068, 4215, 4237, 4333; Catalogados por Castro e Almeida, em 1917, referentes ao Rio de Janeiro, N.º 181, 183, 196, 219, 242, 265, 497, 498, 499, 500, 671, 674, 693, 717, 718, 724, 725, 727, 730, 766, 788, 850, 1016, 1022, 1202, 1234, 1249, 1330, 1331, 1414, 1415, 1437, 1448, 1449, 1563, 1578, 1656, 1658, 1828, 2020, 2118, 2206, 2207, 2208, 2209, 2211, 2212, 2307, 2308, 2309, 2310; Catalogados pelo Sr. Prof. Dr. José António Gonçalves de Mello Neto, da Universidade do Recife, quando Leitor do Arquivo Histórico Ultramarino, em 1952, referentes a Pernambuco, caixa 3 – doc. 91, caixa 4 – doc. 99 – doc. 206 – doc. 208, caixa 9 – doc. 488 – caixa 10 – doc. 467.

#### II – Impressas:

FIGUEIREDO, Manuel de. “Roteiro de Portugal pera o Brasil, Rio da Prata, Angola, Guiné, Sam Thomè” In: *Hydrographia, exame de pilotos, no qual se contem as regras que todo piloto deve guardar em suas navegações, assi no sol, variação da agulha, como no cartear, com algumas regras da navegação de leste, oeste, com mais áureo numero, etacpas, mares & altura da estrela pollar. Com os roteiros de Portugal para o Brasil, Rio da Prata, Guiné, Sam Tomé, Angola & Índias de Portugal e Castela, composto por Manuel de Figueiredo*. Lisboa: Impresso por Vicente Alvarez, 1614, f.1f (cota F 6005 da Biblioteca Central da Marinha portuguesa).

#### III- Publicadas:

CAMINHA, Pero Vaz de. “Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel, 1.º de março de 1500” In: CINTRA, Assis (org. e compilação). *Nossa primeira história*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Introdução e Anotações de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988.

RAYNAL, Abade Guillaume-Thomas François. *O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil: Livro nono da história filosófica e política das possessões e do comércio dos europeus nas duas Índias*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Editora da Universidade de Brasília, 1998.

## Bibliografia

BOXER. “Blake and the Brazil fleets in 1650” In: *Separata da Biblioteca Central da Marinha Portuguesa*. s.d., p.212-228.

BOXER. “English Shipping in the Brazil trade, 1640-65” In: *The Mariner’s Mirror*, Vol. 37, N.º 3. London: Great Britain, 1951, p.197-230.

CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Presença, 1982.

COATES, Timothy J. *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.

COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

FREITAS, Gustavo. *A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720)*. São Paulo: Coleção da Revista de História, 1951.

GUERREIRO, Luís R. *O Grande livro da Pirataria e do Corso*. Lisboa: Temas e Debates, 1997.

LAPA, José Roberto do Amaral. “Dimensões do comércio colonial entre o Brasil e o Oriente” In: *4.º Seminário Internacional de História Indo Portuguesa*. Lisboa: Separata datilografada pertencente ao acervo da Biblioteca Central da Marinha portuguesa, 1985.

RAMOS, Fábio Pestana. “A História Trágico-Marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI” In: DEL PRIORE, Mary (org.) *A História das Crianças no Brasil*. São Paulo, Contexto: 1999, p.19-54.

RAMOS, Fábio Pestana. “A superação de obstáculos puramente técnicos nas navegações portuguesas da Carreira da Índia” In: *Revista Pós-História*, volume 7. Assis: Publicação do Departamento de História de Assis da Universidade Estadual Paulista (Unesp), 1999, 135-156.

RAMOS, Fábio Pestana. *Naufrações e Obstáculos enfrentados pelas Armadas da Índia portuguesa*. Apresentação de Laura de Mello e Souza e Prefácio de Mary Del Priore. São Paulo: Humanitas, 2000.

RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Fábio Pestana. “Os problemas enfrentados no cotidiano das navegações portuguesas da Carreira da Índia: fator de abandono gradual da rota das especiarias” In: *Revista de História*, número 137. São Paulo: Publicação do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), Segundo Semestre de 1997, p.75-84.

SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira. *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.



# SUBJETIVIDADE E COMPLEXIDADE SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES À PESQUISA SOCIAL<sup>a</sup>

## *SUBJECTIVITY AND SOCIAL COMPLEXITY: CONTRIBUTIONS TO SOCIAL RESEARCH*

Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA<sup>b</sup>

### RESUMO

*O presente artigo procura contribuir para o debate sociológico através de uma reflexão teórico-metodológica sobre a subjetividade e a complexidade social como temas importantes à pesquisa social. Essa reflexão tem ocorrido de longa data através de pesquisas, que tem sido desenvolvidos pela autora, em diferentes cenários sociais e geográficos, onde tem se procurado entender à presença da depressão enquanto uma morbidade que exige um olhar para além da abordagem psiquiátrica, e que procura incorporar outras dimensões teóricas, quer seja a Sociologia e a Psicanálise, visando com isso reconhecer a depressão como uma categoria importante para a análise da sociedade contemporânea.*

*Palavras-chaves: subjetividade, complexidade social, depressão, pesquisa social.*

### ABSTRACT

*The present article looks to contribute to the sociological debate through a theoretical and methodological reflection on subjectivity and social complexity as important themes for social research. This reflection has been present in my research for a long time, having been developed in different social and geographic locations, where it has tried to understand the presence of depression as a pathology that can be seen beyond the psychiatric demands, and that looks to incorporate other theoretical dimensions, involving Sociology and Psychoanalysis, aiming with this to recognize depression as an important category for the analysis of contemporary society.*

*Keywords: subjectivity, social complexity, depression, social research*

---

<sup>a</sup> Parte deste artigo foi apresentado no III Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade - ANPPAS - GT: Saúde e Ambiente, Brasília, 23 a 26 de maio de 2006

<sup>b</sup> Doutora em Ciências Sociais, UNICAMP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) – UNICAMP. Professora da Faculdade de Ciências Sociais, CCH – PUC-Campinas. [srcal@uol.com.br](mailto:srcal@uol.com.br)

## Introdução<sup>1</sup>

O presente artigo procura contribuir para o debate sociológico através de uma reflexão teórico-metodológica sobre a subjetividade e a complexidade social como temas importantes à pesquisa social. Essa reflexão tem ocorrido de longa data através de pesquisas, que tem sido desenvolvidas pela autora, em diferentes cenários sociais e geográficos, onde tem se procurado entender à presença da depressão enquanto uma morbidade que exige um olhar para além da abordagem psiquiátrica, e que procura incorporar outras dimensões teóricas, tais como a Sociologia e a Psicanálise, visando com isso reconhecer a depressão como uma categoria importante para a análise da sociedade contemporânea.

Assim é importante destacar que a depressão esta sendo considerada como a expressão da subjetivação, no indivíduo, das manifestações oriundas de um cotidiano complexo, levando-se em conta todos os aspectos que essa afirmativa pode conter: questões econômicas globais, mudanças na relação com a natureza, violência urbana, condições de empregabilidade, condições de moradia, relações pessoais, impotência frente à realidade social, dentre as mais significativas. Enfim um intenso *mal-estar da civilização*, que tem impedido a busca utópica da felicidade plena, prometida pelo iluminismo e capitalismo contemporâneo.

O problema social intrínseco reside na afirmação que as características desta época tão complexa como a que se vive, têm um peso sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre o indivíduo. Não se pode negar, no entanto, que as sociedades democráticas, sob vários aspectos, possibilitem ganhos políticos e de acesso a inúmeros serviços públicos, mas que a opressão para a maioria dos indivíduos continua a existir em todos as suas dimensões e faz emergir uma totalidade histórico-social interligada, abrangente e desconhecida no seu conjunto. Estrutura diferenciada esta que imprime novas abordagens políticas, espaciais, culturais, sociais e temporais, para os diversos segmentos sociais, podendo alterar as condições subjetivas de existência para os indivíduos.

Essa reflexão tem sido possível não só por conta da constituição de um arcabouço teórico investigativo. Mas

também pelo desenvolvimento de algumas pesquisas que tem permitido suporte empírico que possibilitam reconhecer uma íntima relação entre as transformações socio-ambientais recentes na Sociedade, e a presença de algo que não quer ou não pode ser explicitado pelo discurso dos indivíduos (BARBOSA, 1990, 1996, 2002, 2002 a, 2005 e 2006).

As pesquisas realizadas pela autora aconteceram nos municípios de Paulínia, Campinas, Bragança Paulista, Sumaré, Piracicaba, no estado de São Paulo; Itaipu (RJ) e mais recentemente no litoral norte paulista, especificamente nos municípios de Ilhabela, Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba.

Várias foram às estratégias metodológicas desenvolvidas para a realização das mesmas. Partindo-se do conhecimento prévio das comunidades, através de contatos anteriores e da literatura produzida sobre as mesmas<sup>2</sup>, foram consideradas estratégias metodológicas importantes: 1) observação da realidade cotidiana; 2) observação das instituições dos municípios como prefeituras, secretarias de saúde, unidades básicas de saúde, unidades de saúde mental, sub-prefeituras, e Centros de Apoio Psico-social (CAPS) das localidades; 3) entrevistas com dois grupos de profissionais da saúde – os diretamente envolvidos nas unidades básicas de saúde de referência das comunidades (clínicos, psiquiatras, coordenadores de serviços, dentre alguns), e, outros que tem desenvolvido pesquisas, ou realizam atendimento clínico a pacientes com diagnóstico de depressão e/ou outros tipos de sofrimento psíquico (psicanalistas, psiquiatras, analistas transpessoais, acupunturista, etc). Por último, entrevistas com alguns dos acometidos das comunidades.

A existência de *algo que era dito de forma metafórica*, e que pôde ser percebido na primeira das pesquisas realizadas, ficou evidente durante uma entrevista com um médico do antigo Centro de Saúde Escola de Paulínia. Em seu depoimento, o médico explicitou que havia inúmeros pacientes que se apresentavam ao serviço expressando uma *profunda tristeza, com idas constantes ao serviço ambulatorial por causa de nariz escorrendo, ou, como diagnosticado por ele, com doença da alma, não descrita em nenhum manual de medicina que se conheça* (BARBOSA, 1990: 150).

<sup>1</sup> A pesquisa que origina esse artigo foi realizada com recursos financeiros da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – (processos ns. 03/00175-3 e 04/10685-1), pelo qual agradeço.

<sup>2</sup> Vale destacar: Lima, 1997; Pessanha, 2003; Barbosa, 1990; 1996, 2002, 2003, 2005 e 2006; Begossi, 2003 e 2004. Barbosa e Begossi, 2004, dentre algumas.

Assim, o enfoque metodológico privilegiado nas pesquisas referidas, partiu desse aspecto apontado pelo profissional de saúde. E procurou analisar alguns aspectos sociais mais significativos e a realidade cotidiana de seus moradores, através da expressão difusa de sintomas manifestos no corpo, que se apresentavam pela queixa do *sentir-se doente*, e a incapacidade de evidenciar suas necessidades e sofrimentos, pela expressão verbal das questões fundamentais que enfrentava no cotidiano. (BARBOSA, 1996).

A observação de usuários de serviços básicos de saúde foi privilegiada, na medida em que se priorizaram as trajetórias de exaustiva repetição dos mesmos aos Serviços, com sintomas mórbidos como dores, sensações corpóreas, insônia, além de tristeza e medo, refletindo em seus corpos uma dor do *existir social*. Essa dor pode estar traduzindo a ausência de expressão verbal e política, e a impotência frente à construção de um projeto individual e social de vida. Essa trajetória não foi em nada fácil, pois representou uma *via crucis* aos serviços de saúde, percorrendo várias das especialidades oferecidas nos serviços e sendo, por fim, *acolhida*<sup>3</sup> na área de saúde mental, com todo o significado que isso implica: alta medicalização, internações hospitalares, bem como a perda de referências importantes para o viver.

A abordagem da expressão social da subjetividade vai de encontro à afirmação de Castoriadis (1992), quando ressalta que os indivíduos são fabricados pela sociedade a partir de um material primário, reconhecido como psique. A psique é desta forma especial, porque mesmo podendo ser rígida ou estanque no indivíduo que se manifesta, possui plasticidade em relação à formação social que a subjuga, é capaz de preservar um núcleo orgânico e *uma imaginação radical*, que tanto poderá se expressar como sonho, doença psíquica, transgressão, mas também como expressão especial vinculada a uma capacidade impar de transformação social.

Desta forma, analisar as expressões subjetivas é uma possibilidade que se instaura a partir da singularidade dos achados empíricos, procurando contribuir para repensar de maneira abrangente, a concepção de sociedades complexas e muito dos conceitos como o de qualidade de

vida e de identidade social. Concorrendo para ampliar o debate, porque o esforço que aqui se empreende resulta da perspectiva da constituição de *um novo olhar*, ou conceitualmente de um *olhar multireferencial*. Ressaltando-se que olhar multireferencial é aquele que considera a sociedade atual em suas formas complexas, diversas e plurais, e a partir dessa consideração reconhece a necessidade da multiplicidade de olhares e de linguagens para captar a realidade e a tradução do que de fato está procurando espaço de expressão<sup>4</sup>.

Tentar responder a essas perguntas abre um leque de possibilidades teóricas. E é em Lacan (1998), que se aposta para trazer à tona essa perspectiva. Em uma citação exemplar ele nos diz que:

Freud assumiu a responsabilidade – ao contrário de Hesíodo, para quem as doenças enviadas por Zeus avançavam para os homens em silêncio – de nos mostrar que existem doenças que falam, e de nos fazer ouvir a verdade do que elas dizem, parece que essa verdade, à medida que sua relação com um momento da história e com uma crise das instituições nos aparece mais claramente, inspira um temor crescente nos praticantes que perpetuam sua técnica (Lacan, 1998: 216).

Se existem doenças que falam como Freud afirmou e Lacan reforçou, a pergunta que aflora é o que elas estão querendo dizer. O sofrimento psíquico que se manifesta nesta medida sob a forma da depressão propõe-se a dizer o que sobre os indivíduos e suas condições sociais e ambientais? Esse sofrimento psíquico que em geral mescla uma série de elementos, tais como tristeza, apatia, busca da identidade, narcisismo, imputa imensas dificuldades para a clínica psiquiátrica, já que como ressalta Roudinesco (2000), o indivíduo acometido pela depressão evidencia a descrença nas instituições, nas diferentes formas de organização social, nos sistemas de saúde e por fim, até, nas terapias.

Os indivíduos sentindo-se a margem dos processos sociais e econômicos, e não conseguindo verbalizar suas carências, podem iniciar um processo de somatização (via sintomas difusos pelo corpo), ou de depressão, para

<sup>3</sup> Esse termo tem sido largamente usado nos programas de saúde pública e está centrado na idéia da universalidade e humanização dos serviços de saúde ( <http://portalweb02.saude.gov.br/saude/buscar.cfm>), 29 de janeiro de 2004. Na área de saúde mental, no meu entender, esse termo pode gerar um sentimento de passividade frente à relação médico-paciente e criar uma expectativa falsa em relação ao profissional ou mesmo ao serviço.

<sup>4</sup> Sobre o conceito de multireferencialidade reporto o leitor para Barbosa (1998), especificamente Posfácio (p. 200 – 205).

expressar seus problemas, ao invés de assumi-los, sobretudo como um discurso político - *político* - no sentido de organização, e da possível viabilidade de transformação social -. Esse aspecto é que permite considerar a depressão como categoria teórica metodológica fundamental para entender a complexidade social atual.

## 2. A construção de um outro olhar sobre a depressão

O estudo sobre o sofrimento psíquico, a doença mental e mesmo a depressão são temas ricos e que tem sido objeto das Ciências Humanas. A sociologia contemporânea, a filosofia e a psicanálise já se debruçaram há muito tempo sobre esses temas, sendo que muitas vezes metaforizados como *as dores da alma*. Trabalhos importantes têm sido produzidos com essa abordagem e, nos anos 1960 Bastide, sociólogo francês, escreveu uma obra clássica sobre a doença mental, a partir da abordagem disciplinar exclusiva da sociologia<sup>5</sup>.

No entanto, é possível fazer um grande retorno no tempo, já que o trabalho pioneiro que se tem notícia sobre o sofrimento psíquico data de 1621, na Inglaterra, através da obra *Anatomy of melancholy*, de um vigário e reitor inglês chamado Robert Burton. Esse registro histórico foi importante não pela novidade do tema, já que os gregos tinham se dedicado a estudar a melancolia muito tempo antes de Burton, mas em função da obra ter tornado-se um *best-seller*, esgotado várias edições e ter enriquecido seu editor, o que para sua época é um fato bastante significativo (BURTON, 2001 e SCLiar, 2003).

Em 1917 Freud, definiu melancolia em contraposição ao luto, como sendo *um desânimo profundamente penoso e a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de auto-estima a ponto de encontrar expressão em auto-recriminação, culminando numa expectativa delirante de punição* (FREUD [1917], 1999: 89-90). Segundo Delouya (2001), Freud parte de uma intuição inicial que obteve em 1895 sobre a melancolia: a articulação da mesma, com o estado *esperado* e conseqüentemente normal de luto, ou em outras palavras, o elo da depressão melancólica com a

nostalgia de algo perdido (DELOUYA, 2001: 29–36). Assim, na linguagem psicanalítica a perda do objeto, a separação e o luto parecem constituir um eixo possível para o estudo da depressão.

Os estudos sobre a depressão desta forma sugerem várias abordagens. Continuando com a linha da psicanálise, tem-se em Winnicott (1999), uma afirmação significativa, quando ressalta que depressão traz consigo a hipocondria e a introspecção (WINNICOTT, 1999). Ainda de acordo com o autor para entender a depressão há que se considerar: primeiro a *depressão tem um valor*, embora não esquecendo que um indivíduo deprimido, em estado severo, pode colocar em risco sua vida; segundo a depressão pertence à esfera da psicopatologia, e mesmo que seja severa e incapacitante, demonstra que para os indivíduos saudáveis é passageira, não importa o quanto tempo dure uma crise; e por fim, é um fenômeno comum e quase universal, relacionado com o luto, com a capacidade de sentir culpa e com o processo de maturação, pois sempre indica a força do ego e permitirá ao indivíduo sair da crise, tornando-o mais capacitado para a vida.

Fédida afirma de forma enfática que se existe uma doença do *vivente humano, ela seria por definição, a depressão* (FÉDIDA, 2002: 12), sobretudo porque sua forma de expressão se dá por uma sensação de imobilização, um impedimento de se sentir os menores movimentos da vida, quer seja interna ou externa, na verdade uma total abolição de qualquer devaneio ou desejo, sobrepondo o que o autor descreve como se pensamentos, ações e linguagem fossem totalmente dominadas por uma *violência do vazio*.

No entanto, esses aspectos acabam por se constituir num paradoxo. Porque ao mesmo tempo em que se apresenta com significados importantes para evidenciar o sofrimento humano, também está sendo banalizada e generalizada, já que como afirma o autor, a psiquiatria não tem tempo e talvez interesse para *observar e escutar* o paciente, reduzindo a depressão a uma questão da realização de um preciso e competente diagnóstico e da prescrição de antidepressivos. O autor reconhece a importância desses procedimentos, mas chama a atenção no sentido de que essa exclusividade que pode acontecer no tratamento exclui a possibilidade de reconhecimento do *sujeito* que sofre e conseqüentemente de seu aniquilamento psíquico.

<sup>5</sup> Para maiores detalhes consultar Bastide, 1967.

Em outra obra, Fédida (1999), faz uma referência importante ao *vazio* que acompanha os estados depressivos. Esse *vazio*, diz respeito à impossibilidade de se fazer ouvir, primeiro por si próprio e depois pelo outro. Mas, também o *vazio* é uma metáfora, já que representa a hipótese do isolamento, da privação sensorial como medida de conservação de si, em estado de perigo. Na realidade, o autor supõe a partir da releitura de Freud, Lacan, Winnicott e Klein, aliadas a sua vasta experiência clínica, que o *vazio* presente de forma inexorável na depressão, precisa ser objeto de escuta do analista, já que assume valor de um conceito pela frequência com que está presente nas descrições dos pacientes deprimidos. Já que a psicanálise é o conhecimento da fala e de seus significantes, e não do corpo como aponta Fédida, poderá representar a necessidade de um tempo de espera que dê sentido a existência, portanto o *vazio* não é a morte, mas um ponto de apoio para cura.

O que pode apontar a leitura psicanalítica? Pode indicar um caminho para se refletir sobre o significado da depressão nos dias atuais. Na medida em que tanto a melancolia como diversas outras formas de sofrimentos psíquicos estão sendo diagnosticadas e *medicalizados* como depressão, permitindo que se possa afirmar que no século atual a depressão assumiu o caráter de pandemia, muito provavelmente em função da sofisticação das possibilidades diagnósticas, do desenvolvimento das concepções bioquímicas e da gama de medicamentos ao dispor da psiquiatria atual. Recentemente surgiram duas obras que dedicaram atenção especial a esse aspecto. Em Solomon (2002), pode se pinçar alguns trechos bastante elucidativos:

Há duas modalidades de tratamento para a depressão: terapias da fala, que lidam com palavras, e terapias de intervenção física, que incluem os cuidados farmacológicos e o eletrochoque (TEC). Reconciliar a compreensão psicossocial com a compreensão psicofarmacológica da depressão é difícil, mas necessário. É extremamente perigoso e comum considerar um tratamento em detrimento do outro. A medicação e a terapia não deveriam competir por uma população limitada de depressivos: deviam ser terapias complementares que podem ser usadas juntas ou separadamente, dependendo da situação do paciente. (...) É moda os psiquiatras darem primeiro a causa da depressão (baixo níveis de serotonina ou antigos traumas são os mais populares) e depois, como se houvesse um vínculo lógico, a cura (...) (SOLOMON, 2002: 96);

(...) É verdade que a medicação tem nos libertado, mas todos devemos nos importar com as origens da doença (...). O debate que coloca a medicação em oposição à terapia é ridículo (SOLOMON, 2002: 98).

Wolpert (2003) é ainda mais enfático ao afirmar que existe uma corrente poderosa que afirma que a depressão depende de sua capacidade de aumentar a quantidade de neurotransmissores no cérebro, em especial a serotonina e a noradrenalina. O autor analisa a fundo os diversos tipos de medicamentos colocados à disposição da população e seus efeitos, e as formas diferenciadas para tratar da depressão. E destaca ainda que o desenvolvimento de medicamentos para seu tratamento é caro e demorado, pois as conclusões sobre suas ações e efeitos colaterais serão permitidas quando efetivamente o medicamento estiver disponível no mercado e sendo consumido por um significativo número de pessoas. A observação empírica e as várias entrevistas com profissionais de saúde indicaram que é extremamente perigoso não medicar um paciente com depressão severa, mas também é um risco exclusivamente medicá-los sem ocorrer *escuta* ao sujeito deprimido.

Delouya (2001) foi brilhante ao trazer um questionamento que se aplica a esse debate ou *pseudodebate* como salientam alguns. Na realidade o psicanalista ancorado nas leituras dos pioneiros da psicanálise, e em sua experiência clínica, coloca a seguinte questão:

Podem os estudos da chamada pesquisa clínica, que estabelece correlações estatísticas entre as doenças afetivas – classificação de acordo com os respectivos diagnósticos – e o efeito da administração dos psicotrópicos, nos ensinar algo sobre o universo psíquico do doente? (DELOUYA, 2001: 27).

A crítica do autor recai na constatação de que essas pesquisas, não têm relevância alguma para a investigação biológica que procura evidenciar hipotéticos desvios dos mecanismos bioquímicos em ação, já que o tipo de abordagem não se vincula metodologicamente aos diagnósticos. E enfatiza que para a psiquiatria os procedimentos de acompanhamento dos pacientes estão em sua maioria calcada na objetividade de um protocolo onde o paciente é instigado a responder sobre suas

condições de sono, alimentação, convívio familiar, atividades sexuais, dentre outras. Ou seja, a frequência ou tipo de manifestação de cada uma dessas categorias. No entanto, a psicanálise procura averiguar o *sujeito* que é detentor de um saber próprio sobre cada uma dessas abordagens e, principalmente de sua capacidade de abertura para cada uma dessas situações, de seus *fantasmas* e do seu discurso sobre o que se passa nele.

Embora lembrando que a depressão tenha sido introduzida no século XVIII, não se pode negar que assumiu hoje uma característica importante em função de sua *íntima ligação com os pilares da vida social* (DIAS, 2003:84), muito em função de que o sistema econômico atual qualifica-se por uma economia livre, marcada por ritmos ciclotímicos. E essa oscilação vai marcar a posição dos sujeitos que estão na dependência das diferenças de oferta do mercado de trabalho. E, nesse sentido, a perda de lugar, é co-extensiva à estruturação da vida social, permitindo a afirmação, de que diante de tal conjuntura, a depressão é solidária do avanço da sociedade capitalista, com todas suas transformações e riscos impostos pela modernidade. Por fim, o sujeito na posição depressiva mobiliza a fuga que é promovida pela acumulação do capital, qual seja a experiência da queda como sinônimo da falência (DIAS, 2003).

Nessa perspectiva vale o resgate do que o pai fundador da psicanálise fazia no início do século XX. Na obra *o Mal-estar da civilização*, Freud já alertava que:

O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado a decadência e a dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez seja o mais penoso do que qualquer outro. Tendemos a encará-lo como uma espécie de acréscimo gratuito, embora ele não possa ser menos faticamente inevitável do que o sofrimento oriundo de outras fontes. (FREUD [1930], 1997: 25).

O importante a chamar atenção sobre essa afirmativa de Freud, é que, mesmo considerando a perspectiva da abordagem psicanalítica, o autor já apontava para pensar o sofrimento do ponto de vista coletivo, destacando os

fatores externos como causa, também, da constituição de sintomas do sofrimento humano. Assim, pensar as *dores da alma* sob essa dimensão requer considerar a questão da cultura, pois que a vida psíquica do homem moderno está situada entre duas possibilidades: de um lado, *os sintomas somáticos* e de outro, *as transformações dos desejos em imagens* (KRISTEVA, 2002). E dentro dessa perspectiva ela possui pouco espaço de expansão, podendo inibir-se e até fenecer, anulando por concreto a possibilidade de expansão através do discurso. A expansão do discurso é que constrói o sujeito, e é esse sujeito que define um projeto social.

Desta forma, a construção desse sujeito necessita considerar a cultura ao qual está inserido, e sobre esse aspecto, vários autores têm tratado essa categoria como fundamental quer seja através do seu caráter de proteção quanto ao sofrimento psíquico, quer seja em seu caráter de construtor de tal sofrimento (KLEINMAN, 1985).

Não só a consideração da cultura auxilia a evidenciar o sofrimento psíquico, mas os estudos interculturais podem contribuir sobremaneira para elucidá-los e, predominantemente, colaborar para distinguir o que é normal do que é anormal, ou seja, a forma como um transtorno é vivido, expressado e percebido por diferentes grupos sociais (KLEINMAN, 1985; WOLPERT, 2003). Sobretudo, porque podem evidenciar a que tipo de risco os diferentes grupos sociais estão submetidos, considerando os fatores sociais que submetem os indivíduos a um grau de sofrimento e como se expressam para lidar e superar suas dificuldades enquanto indivíduo e enquanto sujeito social.

É importante no trato teórico da depressão, enquanto categoria singular em sua construção na modernidade, destacar alguns pontos que permitam considerar seu caráter multireferencial, a partir das múltiplas possibilidades analíticas, evitando, desta forma um reducionismo conceitual. As experiências empíricas e teóricas, baseadas em pesquisas que foram realizadas pela autora (BARBOSA, 1990 e 1996), têm sido fundamentais, permitindo afirmar que o que se observava entre os pesquisados, é que embora apresentassem sintomas eminentemente corpóreos - *metáforas corpóreas* - eram impulsionados às unidades básicas de saúde em uma repetição cotidiana aos serviços, em suas diferentes especialidades, sendo por fim, exclusivamente, recebidos na área de saúde mental e diagnosticados como depressivos ou portadores de outros transtornos psíquicos.

No entanto, nas pesquisas mais recentes (BARBOSA, 2002, 2002a e 2003), essa cisão entre corpo e mente, sintomas corpóreos, queixas físicas diversas e sofrimento psíquico, que essa categoria analítica poderia supor, deixou de ter significado teórico-metodológico significativo, sobretudo porque a abordagem teórica atual tem permitido significativos avanços na incorporação dessa dinâmica, como se poderá observar a seguir.

Em Fédida (2002) é destacado o caráter hipocondríaco ou psicossomático, presente na depressão. E esse aspecto é bastante significativo e expressivo dos intensos sintomas que são apresentados por esses pacientes e conseqüentemente justificariam suas idas constantes aos serviços de saúde. Em importante exemplo clínico o autor chama atenção para o fato de que na fala de um paciente deprimido pode-se perceber sua preocupação com um único pensamento durante meses, de que *a doença mortal está incubando sob a depressão* (FEDIDA, 2002: 12). Na leitura do autor é apontado que *essa doença mortal, ao qual se refere o paciente poderia estar sendo imaginada como um câncer*, e surgiria de forma estrondosa, caso o estado depressivo desaparecesse de repente. Desta forma é permitido supor que os sujeitos deprimidos exprimem muitas vezes pensamentos hipocondríacos, e que tratam deliberadamente da morte, a morte por um órgão vital ter sido comprometido (FEDIDA, 2002: 12).

Assim, tanto quanto o aspecto exclusivamente mental, depressivo, de derrota, ou sob a problemática hipocondríaca ou de sintomas físicos podem estar às mesmas dificuldades e as agruras de lidar com a vida cotidiana, as transformações sociais e ambientais do mundo contemporâneo perpassados pela psique. O *viver social* e a dificuldade de contribuir para a construção de um projeto de sociedade podem ocasionar impasses para o indivíduo, que muitas vezes não sabe como responder a essa demanda. O ser humano cria mecanismos diferenciados para lidar e expressar sua angústia existencial e sua *dor*: seja ela uma sensação corpórea, um *travamento* da coluna cervical ou uma tristeza profunda que o deprimiu e o incapacitou para as atividades da vida cotidiana<sup>6</sup>.

Outro aspecto a ser mencionado, diz respeito à consideração que deve ser levada em conta, com relação ao avanço dos diagnósticos dos estados depressivos e do sofrimento psíquico em geral na sociedade. O que se

percebe hoje e cada vez mais é a presença e o temor que a incidência de depressão causa na sociedade contemporânea. Wolpert (2003:15) destaca que o efeito que a depressão exerce sobre os serviços de atendimento de saúde tem sido enorme. Cita para comprovar sua afirmação que recente relatório – *Global Burden of Disease* – da Organização Mundial de Saúde, aponta que a depressão foi o quarto problema de saúde mais importante no mundo em desenvolvimento em 1990, responsável por 3% da carga total de doença, e prevê que ela será o principal problema de saúde no mundo em desenvolvimento em 2020, com uma expectativa de ser responsável por 6% da carga total de doença.

Outra recente publicação sobre a depressão, adverte-se que 3% dos Norte-Americanos (algo em torno de 19 milhões de pessoas) sofrem de depressão crônica, sendo que dois milhões deles são crianças e, a doença maníaco-depressiva (também conhecida como transtorno bipolar), acomete 2,3 milhões de pessoas, sendo considerada a segunda causa que mais vitimiza mulheres jovens e a terceira que mais vitimiza homens jovens. Nos países em desenvolvimento, a depressão responde pela maior parte do volume de doenças, calculada pelas mortes prematuras e de anos-vida saudáveis perdidos pela incapacidade, do que qualquer outra, exceto doenças cardíacas (SOLOMON, 2002:24–25).

Com isso pode-se afirmar que o sujeito na modernidade é fruto de uma série de referências e passa a construir o seu discurso a partir das mesmas. Assim, o importante a acrescentar é que o mundo atual promove uma transformação sem precedentes na subjetividade e é nesse sentido que será possível entender melhor as sociedades contemporâneas se a complexidade social atual for levada em conta. Com isso os olhares devem ser múltiplos, mas sedimentados na contribuição da sociologia para a auto-reflexão da sociedade e auxiliando a entender outras formas possíveis de organização e relacionamentos sociais, que poderão ser viáveis para a coletividade e para a construção do sujeito contemporâneo (DOMINGUES, 2001).

Por isso, se faz presente à urgência de ampliar o *olhar* e de abordagens multireferenciais para se captar o conflito entre a complexidade social e a vivência individual e coletiva. É evidente que não será possível pensar em problemas socio-ambientais de sociedades complexas e

<sup>6</sup> Essa afirmação é baseada no conflito paradigmático que se nota, e que resulta nas abordagens diferenciadas entre psiquiatras e outras vertentes como a psicanálise, a homeopatia, a medicina chinesa, dentre algumas das mais significativas.

em suas soluções, caso não se reconheça à importância da articulação entre o indivíduo e a sociedade (BARBOSA, 1999). É esse o maior desafio que as pesquisas desenvolvidas se colocam. Desafio esse que aponta uma reflexão importante no sentido de captar a multireferencialidade que os dados empíricos indicam, bem como, as possibilidades teóricas para analisá-los.

Assim, o sujeito com bem destaca Giust-Desprairies (1998), é a fonte e o artesão da coerência subjetiva, que permite o encontro entre suas diferentes significações e um projeto social, que será estabelecida numa relação de tensão. Nessa concepção o sujeito é o indivíduo em sua relação com os outros *na invenção, na conflitualização e na alienação do laço social* (GIUST-DESPRAIRIES, 1998: 164), estando, desta forma, engajada ou buscando seu engajamento em uma dinâmica social codificada e estruturada, que permite sua compreensão, através de significantes bastante definidos, como a fala, suas expressões corporais e a expressão de seu sofrimento psíquico. O estudo da depressão, assim, será compreendido nesta articulação. E mais que tudo, a depressão como fruto de uma sociedade fragmentada e pouco articulada politicamente.

### 3. Algumas considerações Finais

Ao finalizar essas reflexões, vale ressaltar alguns pontos importantes, ressaltando-se que neste artigo trabalhou-se exclusivamente parte da reflexão teórica sobre o estudo da depressão e sua contribuição à pesquisa social. A pesquisa sobre a depressão e sua íntima relação com as transformações socio-ambientais, vem de encontro à compreensão da complexidade social nas sociedades contemporâneas, na medida em que possibilita uma contribuição mais ampla à pesquisa social em suas diferentes abordagens teórico-metodológicas. Reconhecendo-se, nesse sentido, a importância que o próprio objeto exige, da incorporação de uma abordagem interdisciplinar, pois que impossível para a pesquisadora, frente a essa temática, fechar-se num monólogo disciplinar.

No entanto, buscou-se ultrapassar uma referência conceitual inicial (interdisciplinaridade), através da incorporação de uma outra proposta conceitual (multireferencialidade), procurando reconhecer a significativa questão social que a depressão e as transformações socio-ambientais atuais, representam para

o entendimento da complexidade social. Nesse sentido não se pode desprezar o papel fundamental do sujeito para a questão social e em suas diferentes abordagens das Ciências Sociais, sem abrir mão, no entanto de incorporar a psique e a subjetividade, em tal análise.

Aliado a essa perspectiva o aprofundamento do diálogo com os *acometidos* (aqueles com diagnóstico de depressão ou somatização), os diferentes sujeitos sociais, porque é através do discurso desses sujeitos que se espera avançar no entendimento da abordagem teórica da complexidade social. Essa escuta deve perpassar a história de vida, mas considerar a identificação dos problemas socio-ambientais das comunidades, cenários de inserção da complexidade social atual, onde estão envolvidos. Permitindo, desta forma, reconhecer uma série de considerações a respeito da associação que o sujeito é capaz de reconhecer entre a depressão e seu mundo externo e as transformações socio-ambientais presentes em seu cotidiano.

E, para finalizar, não se pode esquecer que como foi bem lembrado por Hillman que *a melhora da qualidade de vida depende da reestruturação de uma linguagem que preste atenção às qualidades da vida* (HILLMAN, 1993: 12).

### Bibliografia de referência

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Industrialização, ambiente e condições de vida em Paulínia, SP. As representações de ambiente e saúde para médicos e pacientes. Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH/UNICAMP, 1990.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão socio-ambiental. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, 1996.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Dores sentidas, dores vividas*. Cadernos do ICH – PUC-Campinas, Campinas, n. 09, 1999.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Contribuições a um olhar diferenciado sobre sociedades complexas: a qualidade de vida e as transformações socio-ambientais nos pólos petroquímicos de Duque de Caxias, RJ e Paulínia, SP. Relatório técnico, FAEP (n.01081/2001), 2002.

- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Qualidade de vida em Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Relatório de atividades – In: BEGOSSI, Alpina. *Pesqueiros e territórios na pesca artesanal. Parte II: áreas costeiras do Rio de Janeiro e da Bahia*. Relatório parcial de pesquisa – FAPESP, n. 01/00718-1, 2002a
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Qualidade de vida em Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Relatório de atividades – In: BEGOSSI, Alpina. *Pesqueiros e territórios na pesca artesanal. Parte II: áreas costeiras do Rio de Janeiro e da Bahia*. Relatório final de pesquisa – FAPESP, n. 01/00718-1, 2003
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas e BEGOSSI, Alpina. *Fisheries, Gender and Local Changes in Itaipu Beach, Rio de Janeiro, Brazil: an individual approach*. Revista Multiciência, (revista eletrônica dos Centros e Núcleos da Unicamp, www.multiciencia.unicamp.br), maio de 2004.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Qualidade de vida em sociedades complexas: a depressão entre trabalhadores da indústria petroquímica e pescadores artesanais*. Relatório final FAPESP (processo, n. 03/00175-3), 2005.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Ambiente, subjetividade e complexidade. Um estudo sobre depressão no litoral norte paulista*. Relatório parcial FAPESP (processo, n. 04/10685-1), 2006.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Ambiente, subjetividade e complexidade. Um estudo sobre depressão no litoral norte paulista*. Projeto Individual FAPESP (processo, n. 04/10685-1), 2004 a, em andamento.
- BASTIDE, Roger. *A Sociologia das Doenças Mentais*. São Paulo, EDUSP/Cia. Editora Nacional, 1967.
- BEGOSSI, Alpina. *Pesqueiros e territórios na pesca artesanal. Parte II: áreas costeiras do Rio de Janeiro e da Bahia*. Relatório final de pesquisa – FAPESP, n. 01/00718-1, 2003.
- BEGOSSI, Alpina. *Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia* (org). São Paulo: HUCITEC/NEPAM-UNICAMP/NUPAUB-USP/FAPESP, 2004.
- BURTON, Robert. *Anatomy of melancholy*. New York, The New York Review of Books, 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto 3: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- DELOUYA, Daniel. *Depressão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- DIAS, Mauro Mendes. *A posição do sujeito na depressão: uma abordagem psicanalítica*. In: Caderno do Seminário: Neuroses e Depressão Lições I à IV. Campinas: Instituto de Psiquiatria de Campinas, 2003.
- DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e modernidade. Para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. In: FREUD, S. *Artigos sobre metapsicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- FÉDIDA, Pierre. *Depressão*. São Paulo: Escuta, 1999.
- FÉDIDA, Pierre. *Dos benefícios da depressão: elogio da psicoterapia*. São Paulo: Escuta, 2002.
- GUIST-DESPRAITTES, Florence. *Reflexão epistemológica sobre a multireferencialidade*. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (org). *Multireferencialidade nas Ciências e na Educação*. São Carlos: EDUFSCar, 1998.
- HILLMAN, James. *Cidade & Alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- KLEINMAN, Arthur (editor). *Culture and depression. Studies in the Anthropology and Cross-cultural Psychiatry of Affect and Disorder*. California: University of California Press, 1985
- KRISTEVA, Julia. *As novas doenças da alma*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SCLIAR, Moacir. *Saturno nos trópicos. A melancolia européia chega ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOLOMON, Andrew. *O Demônio do meio dia. Uma anatomia da depressão*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- WINNICOTT, Donald. *Tudo começa em casa*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WOLPERT, Lewis. *Tristeza maligna. A anatomia da depressão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



**O MILAGRE DO ESCRETE:  
FUTEBOL E IDENTIDADE NACIONAL NAS CRÔNICAS  
ESPORTIVAS DE NELSON RODRIGUES (1969 – 1970).**

*THE MIRACLE OF THE EXCRETE:  
SOCCER AND NATIONAL IDENTITY IN THE SPORT CHRONICLES  
OF NELSON RODRIGUES (1969 – 1970).*

**Alex DEGAN<sup>1</sup>**

*“O escrete é a pátria em calções e chuteiras. Ele representa os nossos defeitos e as nossas virtudes. Em suma: - o escrete chuta por 100 milhões de brasileiros. E cada gol do escrete é feito por todos nós” (1997: p.151).*

**RESUMO**

*Este artigo pretende analisar 21 crônicas de futebol escritas pelo dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues, entre os anos 1969 e 1970. Nosso objetivo é investigar de que forma o autor se utiliza do futebol brasileiro, mais propriamente da campanha da Seleção Nacional na Copa de 1970, como pano de fundo para discussões acerca da identidade e do sentido histórico do povo e da nação brasileira.*

*Palavras-Chave: Nelson Rodrigues, Brasil, identidade.*

**ABSTRACT**

*This article analyses 21 chronicles written by Nelson Rodrigues, journalist and dramaturge, about soccer between 1969 and 1970. Our objective is to investigate in which manner the author uses the narrative of the Brazilian soccer game, with focus on the performance of the National Team during the World Soccer Cup in 1970, as the background for discussions on identity and historical trends of the Brazilian people and their nation.*

*Key Words: Nelson Rodrigues, Brazil, identity.*

---

<sup>1</sup> Mestre em História, FFLCH/USP. Professor da Faculdade de História, CCH-PUC Campinas e das Faculdades Integradas Maria Imaculada. E-mail: alexdegan@yahoo.com.br

### **1) "Amigos, o futebol é a mais feia, a mais cruel das paixões" - Uma introdução ao tema**

É certo que, como acontece com a musicalidade, o carnaval e as manifestações religiosas, o futebol atingiu no Brasil o status de uma *paixão nacional*, de *unidade da Pátria* ou de *expressão do espírito do povo brasileiro* (MEIHY, 1982: 11). E este íntimo contato, longe de ser simples e recente, possui fundamentos históricos antigos e debates acalorados, seja nas ciências humanas (História, Antropologia, Sociologia, Crítica Literária, etc.), na Filosofia, na política e na Comunicação. Na verdade, *"a associação entre seleção brasileira de futebol e unidade nacional possui raízes antigas e profundas, que remetem a um discurso nacionalista e à idéia de brasilidade"* (ANTUNES, 1999: 227).

De fato, as discussões centradas na prática e no desenvolvimento do futebol no Brasil, sempre se fizeram acompanhadas de reflexões acerca de nossas características enquanto povo e nação, ou seja, estiveram relacionadas com formulações de nossa *identidade* e da *idéia de brasilidade*. O debate é complexo, pois se alimenta de diversas discussões que extravasam o futebol em si, principalmente quando partimos para a *brasilidade*, ideal perseguido por intelectuais desde nosso romantismo, mas com especial atenção dedicada pelos modernistas (MORAES, 1978: 16) e pelos intelectuais e artistas das décadas de 1960 e 1970.

Como maneira de participar e investigar este debate, propomos uma leitura de 21 crônicas esportivas escritas por Nelson Rodrigues, entre os anos 1969 e 1970, com o intuito de acompanhar a ligação íntima feita por ele entre o *escrete nacional* e a questão da *brasilidade*, ou do *ser brasileiro*. Para tanto, consideramos importante conceituar melhor nosso autor e o período investigado.

### **1969 – 1970**

Dentro da História brasileira, a passagem da década de 1960 para 1970 é marcada por fortes discussões, sejam elas pautadas no âmbito da cultura, da política ou da economia. O país passava pelo período mais terrível e violento da repressão política conduzida pelos militares, no poder desde 1964. Com o AI-5, em 1968, o Estado militar encontrou mecanismos "legais" para eliminar e combater a

oposição, que em 1970 chegou a seu nível mais baixo de expressão e representação política (FAUSTO, 1998: 484). Concomitante a este processo de perseguição física e intelectual, a máquina estatal tratou de cuidar da maioria da população brasileira, que vivia um cotidiano de esperança, embalada pelo chamado *"Milagre Econômico"* e pela propaganda, feita no rádio, imprensa e televisão. Segundo o historiador Boris Fausto, *"foi a época em que muitos brasileiros idosos de classe média lamentavam não ter condições biológicas para viver até o nosso milênio, quando o Brasil se equipararia ao Japão"* (FAUSTO, 1998: 485).

Animados pela ação da propaganda, os militares procuraram estimular e investir no avanço das telecomunicações, em especial no ano de 1970, quando temos a realização da primeira transmissão simultânea de uma Copa do Mundo via televisão para o Brasil. Pelo mesmo motivo temos a consolidação da primeira rede de transmissão brasileira, por satélites, entre o Norte e o Centro-Sul do país.

Neste processo, inúmeros intelectuais e artistas procuraram refletir sobre os novos rumos trilhados pelo Brasil, e toda aquela discussão sobre o *"ser brasileiro"* e a *brasilidade* é retomada, seja na vivência acadêmica ou na produção cultural (MORAES, 1978: 15). Em uma tentativa crítica de refletir o país, claramente em contraposição ao *"Brasil Grande"* arquitetado pelos militares, podemos colocar desde os concretistas de São Paulo até os baianos da Tropicália, fato que ressalta a qualidade e o grande número de idéias em debate. No entanto, como nos coloca a filósofa Marilena Chaui, *"nem os modernistas, nem o ISEB, nem os CPCs, nem o Cinema Novo, nem o Tropicalismo, nem a MPB de protesto conseguiram aniquilar a imagem verdeamarela, que se consolidou"* (CHAUÍ, 2000: 36). O motivo para tal fracasso pode ser interpretado dentro do enorme esforço que os militares dispensaram na construção desta nova *brasilidade*, ou *"verdeamearelismo"*, que ora era lida com manifestação espontânea, ora como alienação. E dentro desta contenda figura, com destaque, o dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues que, diariamente bombardeava jornais com suas opiniões, sempre polêmicas, sobre o Brasil.

### **Nelson Rodrigues**

Nascido no Recife, em 1912, Nelson Rodrigues Falcão começou cedo na carreira de jornalista. Logo aos

treze anos, já morando no Rio de Janeiro, circulava na redação do jornal de seu pai, Mário Rodrigues. Trabalhou como jornalista policial, autor de consultório sentimental, como crítico de ópera, polemista e cronista esportivo. Parcial e provocante, deixou, além de sua notável obra teatral, um volumoso número de artigos em que se destacam suas idéias nacionalistas e anticomunistas, o que acabou por eleger nosso autor como o intelectual favorável ao Golpe de 1964 mais popular e expressivo (CASTRO, 1992: 378).

Nelson cultivou a crônica esportiva durante bom tempo de sua vida, escrevendo até sua morte, em 1980. Publicou em vários jornais e revistas, entre os quais o *Jornal dos Sports* (de 1955 até 1966), a *Manchete Esportiva* (de 1955 até 1959), e *O Globo* (de 1962 até 1980). As 21 crônicas aqui analisadas foram tiradas de duas seleções, organizadas por Ruy Castro, e publicadas em 1993 e 1994. Além do valor literário das crônicas, repletas de metáforas e personagens, nos despertou atenção a estreita ligação construída por Nelson entre o escrete nacional, tricampeão em 1970, e a auto-imagem brasileira.

Pretendemos, para maior compreensão de nossa idéia, explorar agora o papel do futebol em nosso país, ressaltando o uso que em diversas épocas atribuímos a este esporte.

## 2) “*Quem ganha e perde as partidas é a alma*” – *Futebol, futebóis*

Tratar de um esporte, do futebol em especial, não é uma tarefa fácil. Se nos anos contemporâneos ao nosso autor a questão era desprezada por cientistas humanos em geral, nos últimos vinte anos o volume de estudos e de publicações cresceu de maneira notável. Hoje encontramos uma variedade de textos, que vão desde Educação Física e Esportes até reflexões dentro da Filosofia e da Antropologia, que procuram tratar do fenômeno esportivo com cuidado, atentos ao particular e específico de cada prática, linguagem e percepção social.

Como nos mostram os historiadores do futebol, a polêmica em torno do esporte bretão em nosso país é concomitante a sua chegada ao Brasil. Temos, desde o início do século XX, debates que procuravam revelar os traços unificadores e organizadores do futebol na nação brasileira mestiça, ressaltando certa positividade do esporte, em oposição à outros, que viam o *football* como um elemento importado, pouco ligado ao Brasil, carregado de

elementos do atraso e subdesenvolvimento (ANTUNES, 1999: 17). Intelectuais e escritores como Lima Barreto, José Lins do Rego, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Monteiro Lobato, Olavo Bilac e Graciliano Ramos vão contribuir na discussão, cada qual em sua época, destacando a complexidade do elemento esportivo no país.

Até hoje, nos estudos pesquisados, encontramos esta preocupação latente em situar o futebol no Brasil, principalmente enquanto prática lúdica. Nesta direção, é fundamental a compreensão do livro *Homo Ludens*, de Johan Huizinga. Neste texto, Huizinga defende a idéia de que o elemento lúdico, imprescindível para o desenvolvimento das civilizações humanas, estaria se acabando com o advento da industrialização, da crescente urbanização e da “capitalização” do mundo e das relações humanas (HUIZINGA, 1996: 213), gerando, o que ele chama, de *puerilismo*, ou seja, uma infantilização do que antes era típico do universo lúdico. Dentro desta interpretação, o ocidente estaria experimentando, desde o século XVIII, um “desencantamento do lúdico”, o que, no século XIX, se consagra com a invenção dos esportes modernos (MARQUES, 2000: 29-30).

Consideramos fundamentais as idéias defendidas por Huizinga, principalmente quando ele liga o processo de “desencantamento do universo lúdico” ao curso de desenvolvimento do Capitalismo. No entanto, devemos ressaltar, Huizinga produziu seu estudo na década de 1930, envolto de uma visão européia entre guerras que insistia em evidenciar dicotomias como universo lúdico – esporte. Concordamos com parte da bibliografia contemporânea que ainda admite sobrevivência de aspectos lúdicos no mundo atual, sendo um destes “nichos” a prática do futebol, particularmente no Brasil. Se para Huizinga o jogo (lúdico) estaria no lado oposto da seriedade (HUIZINGA, 1996: 51) e, em decorrência, do trabalho, e seu “desencantamento” geraria uma infantilização do que era antes domínio do lúdico, podemos considerar que, se assim fosse, o espaço ocupado pelo futebol no Brasil estaria claramente marcado por uma evasão da vida real, do cotidiano e do essencial em nossa sociedade. Neste espaço tudo seria infantil, oposto do puramente “lúdico”, em suma, seria um hiato tolo e ingênuo da vida humana.

O que verificamos, na verdade, nos coloca em outra direção: o lúdico, expresso no futebol, é tão forte no Brasil que ele não se coloca em oposição ao nosso cotidiano, mas o invade, extrapolando limites e contaminando com novas “regras” o ritmo do país. É interessante observar que, no Brasil, foi inventado o *ponto facultativo* para os

períodos de Copa do Mundo, especialmente durante os jogos do selecionado nacional. Segundo nota o antropólogo Luiz Henrique de Toledo, “*somente no Brasil, comparativamente à Inglaterra, Itália, Espanha, França e Argentina, que os bancos, o comércio, as escolas, as indústrias e os serviços públicos alteram seus serviços e suas rotinas de funcionamento e prestação de serviços. Todos estes serviços praticamente não são alterados em períodos de Copa nesses países citados, até mesmo quando estão sediando o megaevento*” (TOLEDO, 2000: 228). Temos a criação de um espaço importante, que rompe com o cotidiano, com a regra diária, mas que em momento algum é notado e percebido como infantil ou tolo.

Outra observação é que, dentro desta esfera ocupada pelo esporte e pelo lúdico no Brasil, o futebol conseguiu criar um espaço intermediário entre a festa popular e o espetáculo erudito (DAMATTA, 1994: 15), ou seja, um complexo que atrapalha qualquer tentativa de se produzir dicotomias. No campo temos a separação, como ocorre em óperas ou concertos clássicos, entre aqueles que assistem e aqueles que executam uma ação, mas que, como nos carnavais e festas primitivas (ROSENFELD, 1993: 101), colocam o espectador como *torcedor*, figura que “se torce” por seu time, participando ativamente da ação e, muitas vezes, com o poder de modificá-la.

## O Futebol no Brasil

O *football*, esporte inglês introduzido no Brasil no início do século XX, apresenta uma história intimamente ligada ao desenvolvimento dos centros urbanos brasileiros (SEVCENKO, 1994: 30-37). Com ele se tornando *futebol*, e deixando de ser esporte de elite para virar mania nacional, mais de cem anos se passam. De acordo com a historiografia especializada, podemos dividir estes anos em quatro períodos gerais: 1894 – 1904, quando foi introduzido no Brasil, ficando restrito aos clubes e associações de estrangeiros europeus; 1904 – 1933, na sua fase amadora, marcada pela crescente divulgação e pressão para o profissionalismo; 1933 – 1950, os anos iniciais do profissionalismo e dos grandes campeonatos (regionais, nacionais e mundiais); 1950 até hoje, com a consagração do futebol nacional, ganhador de inúmeros títulos, e da capitalização de clubes, da mídia e de jogadores.

Como nosso trabalho se preocupa em analisar crônicas esportivas, devemos registrar a ligação muito próxima entre futebol e imprensa. No início do século XX a

imprensa começava a ganhar novos leitores nas grandes cidades, despertando o interesse de muitos não com apenas com fatos políticos, mas com uma nova necessidade, a de acompanhar os resultados dos jogos (LEVINE, 1982: 27). Assim aparece uma “*múltipla simbiose: o jornal a criar a demanda para a produção do evento, e este a fornecer elementos para a atuação do homem de imprensa esportiva*” (MARQUES, 2000: 17). Temos aqui o nascimento de uma ação jornalística muito específica, que se aprofundou em transformar as partidas em notícia, mas extrapolando em sua interpretação e repercussão, o que, com o passar dos anos, agrada os crescentes torcedores que procuravam as páginas esportivas não mais para saber de escores, mas sim para se informar dos clubes, dos craques e das partidas (FRANZINI, 2000: 20). Desta maneira, com a ação cada vez mais essencial de uma mídia especializada, as partidas praticamente nunca se encerravam com os trilares dos apitos.

Caminhando juntamente com a ampliação das grandes cidades e com a expansão da imprensa diária (jornal e rádio), o futebol ganhou popularidade, se tornando o esporte nacional e para alguns, mais do que isto, um traço de união brasileira. Da mesma forma, logo no início de sua popularização, na primeira metade do século XX, encontramos nos discursos de anarquistas e comunistas uma formulação da febre que se tornara o futebol como um poderoso “*ópio do povo*”, capaz de afastar e dividir a classe operária em suas verdadeiras lutas (ANTUNES, 1999: 18). Assim, um dos debates cruciais deste esporte no Brasil estava posto, seria ou não o futebol um produto de alienação? Seria o futebol o *ópio do povo*?

Para uma significativa parcela dos pensadores da questão, o futebol é, ou foi, utilizado em nossa história como um instrumento das classes dominantes para sublimar a miséria e a falta de sucesso da grande maioria dos brasileiros (LEVINE, 1982: 21-22). Ainda, nos dias atuais este esporte estaria completamente esvaziado de sentidos, composto somente por interesses mercadológicos e comerciais. Nos anos 60 e 70, talvez como reação ao escandaloso uso que o regime ditatorial fazia de propagandas ufanistas, intelectuais de esquerda vão recuperar o uso do futebol enquanto “*ópio do povo*”, principalmente quando acusavam o silêncio da sociedade frente à suspensão das liberdades e atrocidades cometidas pela repressão.

Do outro lado da discussão, encontramos estudiosos que se esforçam em tornar e demonstrar o futebol como uma manifestação da cultura brasileira,

construção elaborada com o tempo e que acompanha a fase de democratização e popularização do esporte. Anatol Rosenfeld, por exemplo, produz uma leitura do futebol como uma das únicas portas abertas aos negros e mulatos para mobilidade social (ROSENFELD, 1993: 85). Outros intelectuais formulam caminhos que apontam ser da alçada deste esporte fatores como identidade e integração nacional, o que, segundo o antropólogo Roberto DaMatta, não seria uma ação essencialmente negativa e prejudicial; a força do futebol estaria ligada ao fato de, num país com violenta concentração de renda, proporcionar aos excluídos momentos de glórias e vitórias. Nesta vertente ainda, o futebol estaria ensinando aos brasileiros elementos de democracia que não são ensinados pelo Parlamento (DAMATTA, 1994: 12), pois com suas regras imutáveis, o futebol mostraria uma alternância na vitória, onde o vencedor não pode ser um ditador e o derrotado não deve ser eliminado. Os símbolos nacionais, antes exclusivos da elite e dos militares, são, com o escrete em época de Copa, propriedades de todos (MARQUES, 2000: 65). Além disto, o futebol com sua “experiência da vitória” mostraria aos brasileiros pobres que eles podem, e devem, buscar o êxito em outras áreas, como trabalho e cidadania (DAMATTA, 2002; MARQUES, 2000: 161-162).

### Futebol e identidade nacional

Conforme colocamos até aqui, a bibliografia e o debate sobre futebol no Brasil criam consenso num ponto: este esporte consegue produzir leituras de uma “identidade nacional”, ou pelo menos fazer parte de uma. Tantos os detratores, que enxergam esta identidade com esconderijo das injustiças e das diferenças de classe, quanto os admiradores, que pensam ver neste processo um dos únicos momentos que vivemos propriamente em uma nação, a relação de futebol e identidade se faz presente.

Segundo o antropólogo José Carlos Gomes da Silva, num processo de construção de identidades, “*é sempre o outro que, pelas diferenças que lhe reconheço, me permite construir uma imagem de mim próprio*” (GOMES DA SILVA, 1994: 55). Ou seja, a identidade necessita, ou melhor, só pode ser evocada como recurso para a criação de um *nós coletivo* quando um *outro*, em contraposição, aparece. Do mesmo modo, esta construção só consegue se sustentar quando a identidade (igualdade) consegue se basear em um sistema de representações, mesmo que este fique delegado no campo do discurso, sem verificação material.

Transpondo este debate para a idéia de “nacional”, observamos que as representações básicas da identidade são fundamentais, o que assegura uma coerência interna na nação, ligadas, muitas vezes na história e na cultura do país. Neste mesmo processo, o outro é necessário, pois a nação vive também de referências que lhe são externas, diversas, diferentes (CHAUI, 2000: 21). No caso brasileiro, este processo sempre transpareceu como um problema, pois como um povo mestiço, marcado pela regionalização, pela concentração de rendas e pela desigualdade social poderia, de uma maneira única, buscar representações básicas de si e eleger um outro como contraposição? Surgindo como um esporte de elite, que posteriormente se popularizou ao ponto de chegar a se confundir com o “ser brasileiro”, o futebol se prestou a este serviço, criando identidades e unificando uma nação, ao menos quando pensamos em um discurso.

Em uma partida de futebol, e isto fica claro (é a sua essência), temos a colocação, no nível dos torcedores, de um *nós* contra os *outros*. O *nós*, que originalmente esteve ligado aos fundamentos de classe e descendência social, se vale de uma identidade *comum* que não é mais a das fronteiras familiares e econômicas, transbordando para todo o espaço público, colocando elementos historicamente opostos dentro de um padrão de sociabilidade intenso, quase que em um novo sistema social. Desta forma, “*o futebol ajuda uma coletividade altamente dividida internamente a afirmar-se como uma coletividade capaz de atuar de modo coordenado, corporadamente e de eventualmente vencer*” (DAMATTA, 1994: 16). O *outro*, elemento de oposição, é igualmente fundamental, uma vez que nos encontros, nas partidas de futebol, os grupos são convidados a pensar-se e unir-se, apesar das diferenças, se fortalecendo enquanto identidade, enquanto *torcida*.

Se aceitarmos a capacidade e o uso do futebol como elemento construtor de identidades no Brasil, estaremos também habilitados para entender o uso peculiar que Nelson Rodrigues fez deste esporte para pensar o Brasil.

### 3) “O Brasil é muito impopular no Brasil” – Nelson Rodrigues e a identidade nacional

Vários estudos sobre Nelson Rodrigues o classificam como um dos fundadores da moderna crônica esportiva (DAMATTA, 1994: 12), autor de textos que embelezam o jogo e criador de personagens de força que

até hoje pontuam as análises sobre futebol. Na verdade, o que Nelson Rodrigues fez com primazia foi ler esta prática esportiva como um *ícone* de nossa cultura (MARQUES, 2000: 29), e levar esta leitura ao extremo, identificando no futebol as glórias e mazelas de toda uma nação.

Para Nelson o dilema está claro: a falta de auto-estima e o subdesenvolvimento só serão resolvidos e superados quando o Brasil e os brasileiros se assumirem, quando ambos despertarem, buscando raízes de sua identidade (mestiça) e de seu sentido histórico:

“Todavia, ninguém contava com o homem brasileiro. Cada um de nós é um pouco como o Zé do Patrocínio. O *Tigre da Abolição* era suscetível às mais cavas e feias depressões. Sua retórica sempre começava fria, gaguejante. Seus amigos, porém, iam para o meio da massa e começavam a berrar: - *Negro burro, negro analfabeto, negro ordinário!*. E então, Patrocínio pegava fogo. Dizia coisas assim: - ‘*Sou negro, sim. Deus deu-me sangue de Otelo para ter ciúmes de minha pátria*’. Para assumir a sua verdadeira dimensão, o escrete precisava ser mordido pelas vaias. Foi toda uma maravilhosa ressurreição” (1994: 159).

## O pensamento brasileiro e Nelson Rodrigues

Para prosseguir com nossa análise, acreditamos ser relevante buscar entender as relações intelectuais de Nelson Rodrigues com outros autores de seu tempo, visto que ele não fala somente de futebol em suas crônicas. Está preocupado em pensar o Brasil, e faz isto voltado para uma geração de pensadores com que teve contato, sendo um deles de especial destaque: Gilberto Freyre.

Precisamos nos atentar que questões relativas ao “típico” do Brasil, ou ao que podemos chamar de uma construção de identidade, já estavam colocadas desde o romantismo, mas que sofreram um aprofundamento com os modernistas. Para o filósofo Eduardo Jardim de Moraes, “*a problemática da renovação estética, presente nos anos anteriores, cedia lugar, a partir de 24, a uma preocupação que, acirrando-se até 1930, se dirigia no sentido de, em primeiro lugar, elaborar uma literatura de caráter nacional, e num segundo momento, de ampliação e radicalização do primeiro, de elaborar um projeto de*

*cultura nacional em sentido amplo*” (MORAES, 1978: 73). O que observamos é uma tentativa, que vai se refinando com o passar dos anos, de pensar o Brasil e de criar um espaço percebido e determinado para a cultura nacional.

Na década de 1930, com ação do Estado de Vargas, esta discussão se acelera, cabendo também aos governantes o desenho desta cultura nacional. As próprias transformações sócio-econômicas do período, com a crescente população brasileira concentrada nas cidades, levaram o meio intelectual a pensar e refletir sobre o Brasil urbano-industrial. É neste período que estudiosos apontam um “*redescobrimento*” do país por “*um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado*” (FRANZINI, 2000: 100). É exatamente nesta época que assistimos a publicação das grandes obras de pensadores como Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda que, voltando-se para nosso passado colonial, tentavam interpretar a história brasileira. É interessante também notar que, como nos mostra o antropólogo Hermano Vianna, as décadas de 1920 e 1930 assistiram uma real discussão sobre “as coisas brasileiras”, dentro da música, da literatura ou das ciências sociais. O episódio relatado por Vianna, e que se transforma no fio condutor de sua investigação, é revelador: em 1926 os jovens pensadores brasileiros Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda se encontram, para uma “noitada de violão”, com os “brasileiríssimos” Pixinguinha e Donga (VIANNA, 1995).

Um desses “pontos de encontro” dessa nova geração de intelectuais que procuravam refletir sobre o Brasil era a Livraria José Olympio, localizada na cidade do Rio de Janeiro. José Olympio, o editor e dono da livraria / editora, manifestava preocupação com projetos que investiam em análises sobre o Brasil, escolhendo um corpo de autores que trasbordavam esta questão. Entre seus romancistas, podemos destacar Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado. No entanto, sua editora entraria para a história intelectual do país com a publicação de uma série chamada *Documentos Brasileiros*, que continha Casa-grande & Senzala e Raízes do Brasil, duas obras fundamentais para se entender o pensamento brasileiro. Neste contexto, o jovem Nelson Rodrigues, talvez levado por seu irmão Mário Rodrigues Filho, se torna um frequentador da famosa livraria.

Podemos, aqui, entender um pouco da preocupação de Nelson com a identidade brasileira, já que para a intelligentsia de sua juventude, esta era uma preocupação

eminente e legítima. O contato de nosso autor com estes intelectuais fica mais claro quando destacamos a figura centralizadora e importante de Gilberto Freyre. Com a publicação, em 1933, de Casa-grande & Senzala, Freyre contribuía com largos passos para o debate acerca de uma verdadeira identidade coletiva brasileira, principalmente quando ele coloca a mestiçagem como fator positivo e integrador em sua interpretação do Brasil. Para o historiador Fábio Franzini, “*ao equilibrar os antagonismos sócio-raciais do passado sem anular a especificidade das diferenças, o escritor pernambucano ia ao encontro da demanda social (e também política) do presente, colocando a velha e problemática questão nacional em novos – e atuais – termos: nossa singularidade enquanto povo vem da mestiçagem e isso é motivo de orgulho, não de vergonha*” (FRANZINI, 2000: 101-102). O impacto deste estudo na intelectualidade e imprensa, principalmente a esportiva, foi forte, e é sentido até hoje. E Nelson Rodrigues, que olhava o futebol como “o grande evento” para os brasileiros, soube aproveitar desta valorização da mestiçagem.

Seu irmão, Mário Filho, contribui na consolidação deste pensamento “freyriano” no futebol brasileiro quando, em 1947, publica O Negro no futebol brasileiro, obra pioneira neste tipo de abordagem e que primava pela valorização do negro e, em consequência, do futebol. Quem assina o prefácio do livro é Gilberto Freyre, explicitando que o antropólogo entendia e concordava com essa ligação entre futebol, mestiçagem e identidade (FRANZINI, 2000: 105). Posteriormente, em 1977, Freyre assinaria agora a introdução de outro livro da família Rodrigues, só que agora de Nelson, revelando intimidade entre os dois escritores. Em O Reacionário, Nelson Rodrigues deixa claro que para qualquer um que tivesse interesse em conhecer o Brasil, uma leitura de Gilberto Freyre seria inevitável. (RODRIGUES, 1995:145)

O salutar é que este debate, este “redescobrimto” do Brasil, chegou à imprensa diária, que também procurou desenvolver e acrescentar argumentos ao debate de nossa história. O palco principal desta ação nos periódicos será a crônica, um gênero que na época estava intimamente ligada às redações (ANTUNES, 1999: 26-27). Assim, naturalmente, os cronistas e jornalistas tentavam entender as mudanças no país, atentos aos novos rumos trilhados tanto pelo política, quanto em outras esferas, “menos nobres”, como o futebol.

Ainda devemos nos atentar para o processo de modernização promovido por Juscelino Kubitschek nos

anos 1950, o que também atingiu aos intelectuais, com a ação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Para Marilena Chaui, “*os trabalhos do ISEB correspondem ao período em que a idéia de nação é construída como questão nacional vincula à consciência nacional das classes sociais. E se usarmos nossa periodização, estaremos no momento de passagem da ideologia do caráter nacional para a da identidade nacional*” (CHAUI, 2000: 35). Agora, para Nelson Rodrigues a questão está clara e posta: a identidade brasileira, tão perseguida e discutida, encontrou seu prumo na valorização da mestiçagem (Freyre) e nos espírito empreendedor de JK, fato que estaria expresso, principalmente, nas vitórias e glórias do escrete.

**O Milagre do escrete – “Graças à seleção, todo mundo virou brasileiro. Enquanto durar a euforia do escrete, seremos um país ocupado por brasileiros”**

Neste sentido, do imenso debate dentre concepções e interpretações do Brasil, é que Nelson Rodrigues vai contribuir com suas idéias sobre futebol e identidade. Para nosso autor, seria o escrete a “entidade” capaz de transformar os nascidos no país em brasileiros, e mais, em brasileiros nacionalistas, orgulhosos de seus feitos e caminhos seguidos, dotados de outra identidade – a de vencedor:

*“E, por isso, entendo que a cidade (do Rio de Janeiro) se levantasse em gigantesca apoteose. Aquele curso dos velhos carnavais voltou. As buzinas estavam de uma formidável histeria. Um turista que por aqui passasse e visse 5 milhões de sujeitos urrando havia de anotar no seu caderninho: - ‘Esta cidade enlouqueceu!’. E, realmente, ficamos loucos. As pessoas se olhavam na rua e diziam umas para as outras: - ‘Somos brasileiros!’ “. (1993: 170).*

*“Há um momento, todavia, em que todos se lembram do Brasil, em que 90 milhões de brasileiros descobrem o Brasil. Ai está o milagre do escrete. Fora as esquerdas, que acham o futebol o ópio do povo, fora as esquerdas, dizia eu, todos os outros brasileiros se juntam em torno da seleção. É, então, em pretexto, uma razão de auto-estima. E cada vitória compensa o povo de velhas frustrações, jamais cicatrizadas”. (1993: 181).*

Para Nelson a questão extrapola o simples jogo de futebol, pois no episódio da Copa do Mundo o brasileiro

teria a oportunidade de se mostrar, ao estrangeiro e a si mesmo, como um ser definido, contente consigo, com sua mestiçagem e vencedor. Assim, conquistando em assumindo uma identidade, o brasileiro ganharia uma espécie de “cidadania internacional”, entrando para o rol das grandes nações graças aos dribles e gols (ANTUNES, 1999: 188), sendo reconhecido como um povo dotado de características típicas:

*“Vocês sabem o que dizem os jornais ingleses do nosso futebol? Dizem apenas e textualmente o seguinte: - ‘Devia ser proibido jogar tão bonito’”*. (1993: p.184).

Temos nas Copas, para Nelson Rodrigues, um dos poucos momentos em que entidades abstratas (TOLEDO, 2000, 30), antes prioridades de uma elite ilustrada, do Estado e dos militares, se extravasam para toda a população. Para Nelson, são nesses raros momentos em que palavras como *país, povo, nação, bandeira, pátria e hino* deixam de ser meras palavras e ganham vida. Todo brasileiro as entende com tal:

*“Um escrete é feito pelo povo”*. (1993: 188).

*“Observem agora o que o escrete fez por nós. Há pouco tempo o brasileiro tinha uma certa vergonha de ser brasileiro. Conheço um patricio que andou ensaiando um sotaque para não traír sua nacionalidade. Agora não. Agora acontece esta coisa espantosa: - todo mundo quer ser brasileiro. O país foi invadido por brasileiros, ocupado por brasileiros. Dizia-me o Francisco Pedro do Couto: - ‘Nunca vi tantos brasileiros’. E outra coisa: - as mulheres estão mais lindas, e os homens mais fortes, e há uma bondade difusa, volatilizada, atmosférica. Jamais se cumprimentou tanto. E como sorrimos uns para os outros”*. (1993: 190).

*“(...) o escrete não é outra coisa senão a pátria. Se não é a pátria, que fazem as bandeiras, sim, as bandeiras, que pendem das janelas? (...) E o hino? Por que tocam o hino diante do escrete perfilado? E ainda mais: - por que o escrete está vestido de verde e amarelo?”*. (1994: 152).

Em suas crônicas também encontramos divagações acerca do subdesenvolvimento brasileiro, e de que maneira

agir frente aos países desenvolvidos. Ao contrário da “tristeza” de Paulo Prado, em *Retrato do Brasil*, e da cordialidade de Sérgio Buarque de Holanda, que via no personalismo atitudes que impediam o caminho da modernidade, Nelson Rodrigues enxerga o homem brasileiro da época como um moleque que, de uma vez por todas, não precisava imitar o estrangeiro, em especial o europeu, para conseguir uma vitória. A receita, mais uma vez, estaria na *aceitação do brasileiro pelo brasileiro*, ou seja, o Brasil deveria assumir suas características próprias, e não buscar exemplos em outros povos, objetivos que, em alguns aspectos, nos remetem à preocupação do ISEB:

*“Por aí se vê que admiramos mais os defeitos ingleses do que as virtudes brasileiras. Conversei com um dos jogadores do escrete e ele abriu-me a alma, de par em par. Contou-me que, jogando sob uma cúpula de vaías, não era um brasileiro a jogar para brasileiro. Não e nunca. Tinha a sensação de que era um brasileiro a jogar para javanês, tirolês, congolês, tibetano, caucasiano e birmânes”*. (1993: 165).

*“Amanhã jogaremos com a Inglaterra. Eu sei que a Inglaterra é grande. Mas nós somos maiores, porque somos Brasil, imensamente Brasil, eternamente Brasil”*. (1993: 172).

*“A Inglaterra é campeã do mundo e perdeu. Bastaram dois minutos do verdadeiro futebol brasileiro. Em 120 segundos, liquidamos o inimigo. Vejam vocês: - a Inglaterra fazia posse de melhor do mundo no futebol. Os nossos jornais ou afirmavam ou, na pior das hipóteses, imaginavam que o futebol inglês era, sim, o melhor do mundo. Por um funesto lapso, o brasileiro já não se lembrava de que somos os bicampeões”*. (1993: 158).

Dentro da imaginação e do nacionalismo afiado de Nelson Rodrigues, o escrete conseguia mostrar aos brasileiros uma imagem positiva deles próprios. Poderia existir “a seca no Nordeste”, ou a “mortalidade infantil”, mas para Nelson o acúmulo dos históricos problemas do Brasil subdesenvolvido não deveriam imobilizar os avanços do Brasil que obtinha êxitos:

*“Terminou o primeiro tempo com o marcador de 1x0 a favor da Inglaterra. O Brasil dera-se ao luxo*

*de perder um pênalti. Na fila do café, um sujeito me agarra e diz: - 'No segundo tempo a Inglaterra vai melhorar e o Brasil vai abrir o bico'. Entendi o raciocínio do fulano: como há por aqui o Nordeste, o Amazonas, a mortalidade infantil, teríamos mais dez minutos de fôlego, se tanto".* (1993: 149).

*"No subdesenvolvido, a imparcialidade não é uma posição crítica, mas uma sofisticação insuportável".* (1993: 150).

*"Com o cinismo de grande povo, o inglês inverte magicamente tudo em seu favor. Ao passo que o brasileiro, subdesenvolvido, inverte tudo em seu prejuízo".* (1993: 151).

Frente aos outros escretes, principalmente aos europeus, a seleção brasileira, para Nelson, *"põe-se a passear em campo, a deslizar como cisnes"* (RODRIGUES, 1993: 185). Se os times adversários abusavam do anti-jogo, da pressão e do cinismo, o escrete brasileiro mostrava o contrário, que sua certeza de superioridade também se valia de certa *cordialidade*, da molecagem em contraposição ao frio e esquemático europeu, de uma beleza ao jogar contra a feiúra da tática objetiva, que Nelson Rodrigues apontava como "pura" e "limpa":

*"Vocês devem ter visto, ontem, o tape de Inglaterra x Alemanha. O campo era varrido de correrias irracionais. Vale tudo, do gogó para cima. Vinte e dois homens, e mais o juiz e mais os bandeirinhas, e aquela fauna triste de patadas".*

*"Que falso futebol, que antifutebol. Amanhã, sim, amanhã o mais belo futebol do mundo jogará contra a Itália. E quando acabar o jogo vocês verão subir o nome do Brasil como um formidável berro em flor".* (1993: 190).

*"O melhor de todos, repito, o mais eficiente, o mais brilhante, o mais criativo, o mais plástico, o mais artístico – é o brasileiro. Não houve campanha mais bela".* (1994: 156).

Nelson Rodrigues, analisando e refletindo sobre a campanha brasileira na Copa de 1970, acaba entrando em muitas questões da já referida "brasilidade". Ele parece estar convencido do valor da mestiçagem e da capacidade

da nação obter êxitos, vitórias estas que só seriam possíveis se o Brasil se aceitasse como tal. Neste ponto encontramos uma das mais agudas preocupações de nosso cronista, que acredita ser a falta de auto-estima do brasileiro a maior razão de suas derrotas e subdesenvolvimento. O tema é tão rico que ele cria a expressão "complexo de vira-latas", o que, em grande medida, já ressalta a questão racial (o mestiço vira-latas) explícita na discussão.

### **Complexo de vira-latas, Narciso às avessas, a nostalgia eterna da rapadura e o desafio do "ser" brasileiro em Nelson Rodrigues**

A construção de poderosas metáforas, como a do "complexo de vira-latas", é comum e recorrente nas crônicas de Nelson. Elas aparecem praticamente em toda a sua produção como jornalista esportivo, seja como uma verdade universal ou como um obstáculo a ser superado. Bastava o escrete perder que, segundo o dramaturgo, todas as *"antigas frustrações, jamais cicatrizadas"* estariam vivas novamente, e no brasileiro se instalava novamente uma *tópica do fracasso* (MARQUES, 2000, 159-160), uma *nostalgia eterna da rapadura*, que acabaria rebaixando mais a estima nacional, destinada à derrota:

*"Perguntará o leitor, em sua espessa ingenuidade: - 'O brasileiro não gosta do brasileiro?'. Exatamente: - o brasileiro não gosta do brasileiro. Ou por outra: - o subdesenvolvido não gosta do subdesenvolvido".* (1993: 166).

*"Eis a opinião dos brasileiros sobre os outros brasileiros: - não temos caráter. Se ele fosse mais compassivo, diria: - 'O brasileiro é um mau-caráter'. Vocês entenderam? O mau-caráter tem caráter, mau embora, mas tem. Ao passo que, segundo meu colega, o brasileiro não tem nenhum".*

*"Mas o que ainda me espanta é a frase do companheiro: - 'O brasileiro não tem caráter'. Essa falta de auto-estima tem sido a vergonha, sim, tem sido a desventura de todo um povo".* (1993: 187).

Assim, para Nelson o brasileiro seria um "Narciso às avessas", um sujeito que cuspi na própria imagem, que desconfiava de suas qualidades, de sua mestiçagem, sempre tentado ao pessimismo e fatalismo. E este "trauma psicológico" estaria expresso, de maneira notável, nos jogos da seleção brasileira. Nelson Rodrigues enxergava nestes jogos o grande momento de reflexão nacional, onde os brasileiros pensavam em ser brasileiros.

Este embate fica evidente quando nosso cronista se dirige aos *entendidos*, jornalistas esportivos que criticavam os rumos do escrete. Nelson simplesmente não entende os lamentos e as queixas da crítica, não compreende como especialistas em futebol (que além de *entendidos*, ele também os chama de *hienas*, *chacais* e *abutres*) conseguiram ver falhas graves nos jogos do escrete brasileiro, o que seria, na verdade, mais uma ação do *complexo de vira-latas*:

*“Ora, o escrete é feito à nossa imagem. E os cronistas reunidos (em uma mesa redonda) não fizeram outra coisa senão cuspir, como Narciso às avessas, na própria imagem. Negaram a seleção, negaram o jogador, negaram o técnico, negaram o preparador, negaram o médico, negaram tudo. Justo seria que terminassem assim: - ‘E, agora, com licença, porque vamos urrar no bosque mais próximo!’ “. (1993: p.166).*

*“Era mais fácil encontrar uma girafa em nossas redações do que um otimista. O otimista era visto, e revisto, como um débil mental”. (1993: 191).*

*“Eis a verdade: - há muito tempo que as hienas estão fazendo a meticulosa montagem da catástrofe. Eu sempre disse que os piores inimigos da seleção estavam aqui e não lá fora”. (1994: 146).*

*“Quando escrevo sobre as hienas, sobre os abutres, sobre os chacais do futebol brasileiro – todo mundo acha que estou fazendo uma metáfora. E ninguém desconfia que são as hienas, os chacais, os abutres os autores da catástrofe”. (1993: 161).*

*“Como se não bastasse tudo o mais, ainda descobriu o ‘entendido’: - o futebol moderno não é bonito, não quer ser bonito e escorraçou o belo e artístico de suas cogitações. Bonito e artístico é o futebol subdesenvolvido de Brasil e outros”. (1993: 183).*

*“Vou concluir: - o ‘entendido’ só não se torna abominável porque o ridículo o salva”. (1993: 183).*

O problema está posto: o brasileiro sofre com uma estima baixa, ele não se identifica, não se configura em uma nação. Para Nelson, tal problema, gravíssimo, poderia ser superado com a experiência de vitória que o escrete proporcionava ao país. Mais do que isto, Nelson Rodrigues

parece mesmo estar convencido no poder de representação que o escrete tem do Brasil, ele acredita que a seleção é o povo, as cores nacionais, o hino, enfim, o momento onde tantos símbolos e componentes da nação se unem frente aos brasileiros. O exagero chega ao extremo do escrete, em suas crônicas, passar a significar, quase em sua totalidade, não escores e jogadores, mas sim pensado enquanto valor metafórico, não material, quase que como um semióforo, que nas palavras de Marilena Chauí, seriam *“coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível com o invisível”* (CHAUI, 2000: 12). Este valor, quase sobrenatural e fortemente simbólico do futebol, faria com que os brasileiros se esquecessem, por momentos, da imensa segregação social e econômica que marca o país. Assim, toda vez que Nelson quer tornar clara a união nacional causada pelo sucesso do futebol, utiliza como exemplo o comportamento das elites durante as partidas do escrete:

*“Não sei a se contei o caso de certo amigo meu. É o que se chama um boa-vida.. Sua mesa tem vinhos raros e translúcidos. Um dia, ocorreu-lhe um capricho voluptuoso e tomou um banho de leite de cabra. Perguntei-lhe: - ‘Que tal?’. Respondeu: - ‘Assim, assim’. Duas vezes por ano, dá uma volta pela Europa. Pois bem. É esse amigo que me confessa: - ‘Só me sinto brasileiro quando o escrete ganha’. Fora disso passa anos sem se lembrar do Pão de Açúcar ou sem pensar na Vista Chinesa, recanto ideal para matar turista argentino”. (1993: 181).*

*“Quem quiser entender as nossas elites e o seu fracasso encontrará nos 100 Mil (a passeata dos 100 Mil, realizada no Rio de Janeiro, em 1968) um dado essencial. Não havia, ali, um único e escasso preto. E nem operário, nem favelado, e nem torcedor do Flamengo, e nem barnabé, e nem pé-rapado, nem cabeça-de-bagre. Eram os filhos da grande burguesia, os pais da grande burguesia, as mães da grande burguesia. Portanto, as elites”.*

*“E sabem por que e para que se reuniu tanta gente? Para não falar no Brasil, em hipótese nenhuma. O Brasil foi o nome e foi o assunto riscado. Falou-se em China, falou-se em Rússia, ou em Cuba, ou no Vietnã. Mas não houve uma palavra, nem por acaso, nem por distração, sobre o Brasil”. (1993: 180).*

Em sua interpretação da realidade brasileira, de um país que vivia amordaçado pela repressão política pós AI-5 e embalado pelas mudanças do “Milagre Econômico”, Nelson notava, com ênfase, a radicalização de parte da elite intelectual brasileira para projetos relacionados com algum tipo de política de esquerda, ou como observa seu biógrafo Ruy Castro, “ninguém poderia ter opiniões politicamente mais antipáticas numa época em que toda a intelligentsia brasileira parecia ter se radicalizado à esquerda” (CASTRO, 1992: 372).. Seu próprio filho mais velho, Nelson Rodrigues Filho, se encontrava, nos anos aqui estudados, envolvido na clandestinidade e na luta armada. E Nelson Rodrigues, mais uma vez, faz do escrete um cavalo de batalha para mostrar o quanto seu nacionalismo poderia ser integrador, o que, nesses anos pesados da história brasileira, zoava como provocação para muitos envolvidos na luta pela redemocratização.

Uma personagem expressiva destes anos é a *grã-fina das narinas de cadáver*. Criação forte, pois só nas palavras ela já aproxima opostos (uma grã-fina, que nos remete à idéia de algo nobre e vivo; um cadáver, que nos leva ao frio, ao insensível, imóvel), esta “socialite” de nariz empinado mudaria sua conduta conforme caminhava as conquistas do escrete, como se em cada vitória do selecionado nacional a ilustre senhora perdia sua “nobreza sóbria” e virava mais “Brasil”:

*“Subimos no mesmo elevador. Os presentes, inclusive eu, não tiravam os olhos da grã-fina (...). Saltamos no sexto andar do estádio. Foi aí que, sempre ereta como as sonâmbulas, vira-se para o marido: - ‘Fulano’. Usou um diminutivo qualquer, que não me lembro, e fez a pergunta: - ‘Quem é a bola?’ “ (1993: 141).*

*“(Sobre o primeiro jogo da seleção em 1970, Brasil 4 x 1 Tcheco-Eslováquia). Eu vi a grã-fina das narinas de cadáver cair de joelhos, no meio da rua, e estrebuchar como uma víbora agonizante” (1993: 171).*

*“(Sobre o jogo Brasil 1 x 0 Inglaterra, 7/6/1970). Também a grã-fina das narinas de cadáver me ligou. Soluçava: - ‘Brasil! Brasil! Brasil!’. Mais tarde, eu a vi, patética, enrolada na bandeira brasileira. Parecia uma Joana d’Arc da seleção” (1993: 181).*

*“O que é que há com o Brasil? Não há nada, ou por outra: - há o escrete. A grã-fina das narinas de cadáver sente-se como se fosse co-autora do gol contra a Inglaterra” (1994: 153).*

O esforço de Nelson Rodrigues está fortemente expresso nesta evolução de uma grã-fina que não sabia o que era uma bola para uma outra, que com os jogos do escrete cai de joelhos no meio da rua, espaço público e popular por excelência, para “estrebuchar como uma víbora agonizante”. Para ele o mesmo processo se dá em todo país, mesmo com todos os regionalismos, segregações, injustiças e desafios. Com a vitória da seleção é atingida uma perseguida união.

#### **4) “Sempre fui um autor correndo atrás da metáfora, atrás das mais desvairadas metáforas. O adjetivo é a minha tara estilística” – O universo literário rodrigueano**

Ao escrever suas crônicas esportivas, Nelson Rodrigues cultivou um estilo muito particular, calcado em obsessões, repetições, na criação de personagens populares, de metáforas carregadas e de uma intimidade com o público.

Antes de mais nada, devemos nos atentar ao enorme campo de atuação literária em que Nelson se inscrevia, atuando como escritor de folhetins e novelas, de confissões e memórias, de consultórios sentimentais, jornalismo policial e – principalmente – como dramaturgo polêmico e revolucionário. Tal dimensão é importante se considerarmos que nosso cronista gostava de ver e ler a vida como um drama, uma tragédia digna dos tabladados de teatro, ou seja, Nelson escrevia sobre um suicídio com a mesma perspectiva dramática que redigia suas novelas – era fundamental o humano, o indivíduo e os sentimentos, em suma, o dramático.

Com o futebol não poderia ser diferente (COSTA, 1994: 89), pois é nesta esfera que ele vai utilizar todo o seu gênio criador na construção de belas crônicas de elevado valor literário. Para ele não importava o escore, o gol e os tempos, Nelson Rodrigues ressaltava nas partidas o caráter de humanidade, seja no físico (suores, lances, lágrimas, faltas, passes, cheiros) ou no abstrato (sensações, catarses, impulsos). O jogo em si, a partida e o escore, era um pretexto, um pontapé inicial para a construção de uma narrativa imagética, carregada de símbolos que deslocavam o acontecimento (o jogo) do cotidiano para inscrevê-lo no eterno:

*“(Sobre o gol Mil de Pelé). Ao que íamos assistir já era História e já era Lenda. Imaginem alguém que*

*fosse testemunha de Waterloo, ou da morte de César, ou sei lá*". (1993: 159).

Acreditamos que em nossa análise, para maior compreensão deste universo próprio de Nelson Rodrigues e de sua narrativa particular, uma investigação de suas criações literárias também seja relevante. A primeira questão a ser colocada é a do gênero literário escolhido por ele para pensar o futebol: a crônica esportiva.

Desde o início da imprensa no Brasil, a crônica esteve intimamente ligada aos jornais, mas foram nos anos 1950 que ela vira moda e se generaliza (ANTUNES, 1999: 29). Ao contrário do jornalismo puro, a crônica não tem como objetivo principal informar, e sim problematizar e refletir sobre o fato. Na verdade, a crônica toma o fato, a informação, como um pré-requisito para o leitor acompanhar o que será debatido, extravasando os limites da notícia pura e, também, não se inscrevendo na abordagem propriamente científica ou acadêmica das coisas. A crônica e toda sua argumentação própria parecem ficar no meio disto tudo. A socióloga Fátima Maria Rodrigues Ferreira Antunes argumenta que, "*apesar de associada ao jornal, a crônica diferencia-se do jornalismo na medida em que este tem por objetivo na notícia e a informação. Na crônica, a notícia é tomada como pretexto para um discurso que transcende a própria notícia e o objetivo de informar, onde o autor expõe seus argumentos, interpretando os acontecimentos*" (ANTUNES, 1999: 27).

Como a crônica está sendo vinculada e escrita para o jornal diário, cotidiano, ela perde, ou melhor, ela não deseja se expressar com jargões acadêmicos, mesmo sendo espaço específico de debates. Assim, ela ganha "ares do dia-a-dia", de trivial, corriqueiro, quase que "sem necessidade", o que a aproxima, e muito, do público leitor. Desta maneira, o cronista se dirige agressivamente ao leitor, quase que intimamente e pessoalmente, num bate-papo ou situação similar. Nelson, na grande maioria das crônicas analisadas, inicia o texto com "amigos" ou "meus amigos", deixando claro que é ele quem fala com o leitor, é dele as opiniões escritas, colocando em xeque a imparcialidade e neutralidade do jornalista. A idéia é produzir um caloroso e próximo diálogo:

*"Amigos, ainda estou escrevendo sob uma espantosa ressaca emocional"*. (1994: 155).

*"Amigos, nós, tricolores, ainda estamos debaixo da ressaca emocional de Domingo"*. (1994: 142).

Como a esfera da crônica se insere no coloquial e cotidiano, ela, naturalmente, trás consigo expressões e registros típicos do dia-a-dia como a gíria, a oralidade, a mobilidade e mutabilidade. Ainda mais se tratando da crônica esportiva, que chama para si a necessidade de tentar reproduzir, ou ao menos registrar, os dribles em campo e o espetáculo dirigido por torcidas nas arquibancadas. Em Nelson estes elementos são elevados ao grau máximo, alcançando um refinamento muito apreciável. Gírias típicas do Rio de Janeiro, por exemplo, são lançadas, em suas crônicas, como se fossem de domínio nacional (GUIDARINI, 1990: 34).

E deste cotidiano registrado, cabível na crônica, temos uma postura e produção que, mesmo sem ter objetivos complexos, acaba revelando muito da sociedade que a produziu. Exatamente por se manter despreocupada é que a crônica, muitas vezes, consegue atingir e focar problemas sérios de uma sociedade, chegando até à crítica social. Destarte, concordamos com o que nos coloca o historiador Nicolau Sevcenko quando diz que, "*é preciso ter em mente que, embora a literatura revele muito de seu tempo, ela oferece uma perspectiva do vir-a-ser, ao contrário das ciências humanas, que buscam o ser das estruturas sociais*" (SEVCENKO, 1989: 20).

E as crônicas de Nelson Rodrigues, tão pontuadas de influências e de símbolos, eram sempre escritas "no calor de acontecimentos", sejam eles resultados de jogos ou manifestações políticas das esquerdas amordaçadas, o que as torna um ambiente muito propício para o acompanhamento dos debates em que elas se inseriam.

## **Particularidades do universo literário rodrigueano**

Conforme já colocamos, Nelson Rodrigues conseguia transitar entre vários estilos literários e tipos de ações jornalísticas, passando pela notícia policial e pela crônica esportiva com suas características próprias e sua parcialidade sempre declarada.

Uma de suas particularidades que observamos na análise das crônicas é a capacidade de construção de inúmeros enredos paralelos na narração de uma história, e que, como ocorrem nos folhetins e novelas, acabam sempre se encontrando no final. É, em Nelson, absolutamente natural encontrar em suas reflexões sobre o futebol, divagações acerca da morte, do adultério, do comunismo e

do Fluminense, enfim, assuntos que, em uma primeira leitura não apresentam nada em comum, mas que nosso cronista consegue interligá-los de maneira espetacular. Os exemplos são muitos e divertidos, como o do registro que Nelson faz do gol mil de Pelé, ligando o atacante santista ao líder chinês Mao Tsé-tung:

“Não se iludam: - se o Chefe chinês tivesse tido a idéia, já teria completado os mil gols, e muito antes de Pelé. Vamos imaginar a cena: - o grande homem concorrendo com Pelé. Mao, com a barriga maior que a do Chacrinha, com os calções batendo nas canelas, chutando em todas as direções”.

*“Como se sabe, no Estado totalitário tudo é possível. E Mao Tsé-tung, num só jogo, faria o milheiro, com um pé nas costas. Toda a imprensa de lá, o rádio e a televisão aceitariam o deslavado milagre como tal. Graças a Deus, nenhum puxa se lembrou de sugerir-lhe o assombroso feito. Pelé ficará, para sempre, na História e na Lenda, como único autor de mil gols”.* (1993: 156).

Em outras situações, o cruzamento de enredos é tão evidente, que Nelson conversa com o leitor, quase fazendo uma confidência, o que aumenta o clima eminente de expectativa:

*“Mas o crime passionai já teve a sua voga. (Aí está: - voga. Boa palavra. Tem som. Pretendo usá-la mais vezes). Quando eu era garoto, na altura aí de 1920. (Já chego ao futebol. Vocês não perdem por esperar).”* (1993: 176).

Ainda, e esta é a particularidade fundamental do folhetim, Nelson Rodrigues cultivava o hábito de retornar aos vários assuntos já tratados em outras crônicas, como se a “história do dia” tivesse uma continuidade amanhã. Aqui a famosa obsessão de Nelson é latente, pois, como no caso de sua defesa do técnico João Saldanha, o assunto é tão retomado que se torna, por vezes, obsessivo.

Também notamos em nossa análise um excessivo personalismo nas crônicas, praticamente induzido e perseguido. Como já observamos, nosso dramaturgo tinha horror ao jornalismo imparcial, que achava impossível e típico da vigarice. Quando escrevia, deixava clara a sua

opinião, mesmo com a proposta fazer uma análise mais apurada ou almejando alcançar algum consenso. Nelson não vacilava em estampar suas idéias de maneira, muitas vezes, agressiva.

Da mesma forma em que ele se declarava e dialogava com seus leitores, muitas vezes Nelson Rodrigues expunha seu círculo de amizades ao seu público, o tornando íntimo e conhecido. Nas crônicas, inúmeras vezes ele se dirige aos leitores através de amigos seus, colocando suas virtudes e defeitos, construindo quase um charme de celebridades e um clima de intimidade:

*“Ia eu com o Marcello Soares de Moura. Nada como uma carona para aproximar os homens. E o Marcello sempre me leva para o futebol no seu Volks, cor de vinho tinto”.* (1993: 141).

Também são numerosos os diálogos que Nelson trava com outras obras literárias, uma contínua citação, ou intertextualidade, colocando outros autores em sua narrativa, muitas vezes como personagens determinantes. Ele não se importa se seu público conhece ou não Allan Poe, Dostoievski ou Machado de Assis; ele simplesmente os aproxima, mesclado enredos e construindo a sua narrativa, sem que, o possível estranhamento, cause uma falha na comunicação do sentido do que ele quer dizer:

*“Isso, que parece uma página de ‘Os Maias’, é muito pior que uma página de ‘Os Maias’. O leitor pode tremer, mas acredite: - para muitos colegas meus, a vitória foi uma punhalada total”.* (1994: 141).

*“E o que acontecia aqui, em nossos campos, lembra muito uma história de Kafka”* (1994: 153).

*“Em pé, Tostão já é pequeno, pequeno e cabeçudo como um anão de Velasquez”.* (1993: 150).

*“O nosso adversário era fabulosíssimo, ao passo que o nosso pobre jogo era antigo, obsoleto, como a primeira sombrinha de Sarah Bernhardt”.* (1993: 169).

Por fim, a sua característica mas acentuada que identificamos nas crônicas é, sem dúvida, a produção de valiosas metáforas. A intenção é Nelson Rodrigues é de

fácil percepção: como ele está tratando de futebol, um esporte marcado pelo acaso e por movimentos, Nelson que recuperar o episódio narrado em sua carga dramática, o que eleva o número de metáforas utilizadas. Assim ele pode potencializar os sentidos, mobilizá-los, colocando o leitor em prontidão, carregado com uma sensibilidade exagerada. Por vezes, suas metáforas são tão extravagantes e abusivas, que ele chega em hipérboles poderosas, que funcionam para quebrar ou alterar as expectativas do leitor (MARQUES, 2000: 147), reforçando o que ele quer dizer:

*“Aconteceu, então o seguinte: - vivos e mortos subiram as rampas. Os vivos saíram de suas casa e os mortos de suas tumbas. E, diante da platéia colossal, Fluminense e Flamengo fizeram uma dessas partidas imortais”.* (1993: 145).

*“E, em qualquer clássico ou pelada, Pelé pode fazer tudo, porque é Pelé. Se abrir a ‘Revista do Rádio’ no meio do campo, estará usando um dos privilégios do gênio”.* (1993: 173).

Os dois exemplos acima são elucidativos neste tipo de construção: não basta dizer que uma multidão foi assistir ao maior jogo do ano, a expectativa cresce quando lemos que “os mortos saíram de suas tumbas para assistirem o clássico imortal”. Pelé não joga apenas andando, como pode jogar lendo uma revista, e continuará sendo um gênio.

Suas metáforas carregadas também se valem de antagonismos e paradoxos para, num processo final, criarem neologismos cheios de novos sentidos. A própria personagem da *grã-fina das narinas de cadáver*, ao aproximar dois significados distantes (a grã-fina e o cadáver), acaba gerando uma outra personagem, um novo significado, um neologismo. O mesmo processo se dá quando Nelson fala da barriga de Mao Tsé-tung, destilando sua fina ironia:

*“Logo se viu que tudo podia acontecer a Mao Tsé-tung, menos morrer afogado. Graças a sua barriga insubmersível (e mais insubmersível que o Titanic e o Bismarck), ele poderia, se o quisesse, boiar eternamente”.* (1993: 155).

Ainda em sua construção de metáforas, observamos que elas são repetidas exaustivamente, o que, no caso do

famoso “*óbvio ululante*”, acabou se espalhando por outras produções do autor, como as peças de teatro ou outras crônicas. Tal característica, com diz o crítico literário Mário Guidarini, se torna “*marca indelével do estilo de Nelson Rodrigues*” (GUIDARINI, 1990: 34), expressado não só em metáforas, mas também nas frases “lapidares”, nos personagens fortes e nas situações dramáticas, e por isso mesmo universais.

E não seria o futebol, por meio de seu paradoxo (de regras imutáveis com seu espetáculo único e indeterminado), o espaço perfeito para a ação de um escritor obsessivo preocupado com a identidade nacional?

### 5) “O brasileiro é um feriado” – Uma conclusão

O que tentamos discutir neste trabalho foi a ligação e debate que Nelson Rodrigues faz entre futebol e identidade brasileira. Procuramos demonstrar que estas questões são antigas e polêmicas, discutidas em diversas épocas, por vários intelectuais e por diversas disciplinas com arcabouços teóricos distintos.

Nelson Rodrigues soube captar com notável sensibilidade toda uma discussão de uma época complexa da história brasileira. Nos anos estudados, mostramos que as reflexões acerca do Brasil, de sua cultura e política, não estavam presas aos privilégios de pensadores ou do Estado (embora ambos tivessem grande importância), mas de um grupo maior de brasileiros que, seja na mídia, na música, nas passeatas ou no futebol, procuravam dar a sua contribuição ao debate.

Nelson Rodrigues foi recuperado enquanto intelectual e produtor de uma obra relevante, o que nos levou a pensar em seus diálogos com pensadores brasileiros e nas particularidades de suas crônicas. Procuramos também mostrar que o debate em torno da identidade brasileira, ou de uma “brasilidade”, é anterior ao período estudado, envolvendo diversos interlocutores e momentos da história. Consideramos fundamental o processo de “redescobrimto” do Brasil apreendido na década de 1930, com o fortalecimento de um Estado autoritário e nacionalista, num período de expansão do urbano e do industrial, e de um aumento da ilustração, com a abertura de novos jornais, de universidades e de mercados culturais. O destaque deve ser feito para a obra *Casa-grande & Senzala*, do antropólogo Gilberto Freyre. Procuramos

mostrar como o discurso freyriano da valorização da mestiçagem repercutiu na imprensa, presente particularmente nas crônicas esportivas de Nelson Rodrigues.

Assim Nelson Rodrigues, e não só ele, participa da construção de idéias do Brasil, da brasilidade e da identidade nacional. Com suas crônicas esportivas, Nelson investe pesadamente no que ele julga ser falta de identidade, enxergando uma possível solução apontada pela união nacional que cresce nos jogos do escrete. Colabora, neste sentido, com a construção e divulgação de um poderoso símbolo, capaz de dar “um tom” ao país mas que, na mesma dinâmica, escondia ou maquiava muitos de nossos problemas (repressão política, problemas estruturais, abismo econômico, racismo, etc.).

Sem se traduzir em um estúpido instrumento de manipulação de massas e criador de ilusões, Nelson Rodrigues conseguiu apontar em suas crônicas outras esferas pouco exploradas da realidade brasileira. O combate à falta de auto-estima, as positivities das particularidades brasileiras, a complexidade do país e seu subdesenvolvimento são investigados e expostos ao seu público. E tais empreitadas ocorriam em um estilo literário muito particular, a crônica esportiva, que ressaltava o cotidiano, a oralidade e os aspectos sensoriais do dia-a-dia. Ainda, e aqui se revela o peculiar e genial do autor, estas questões foram tratadas em um universo muito rico e único, carregado de metáforas, exageros, repetições e referências. Neste sentido acreditamos que Nelson Rodrigues deve ser lido e pensado, não como mais um ideólogo conservador ou autor espetacular e preso a uma “a-temporalidade”, mas sim enquanto um dono de um estilo próprio e que, de sua maneira, procurou dialogar com os pensadores, intérpretes e políticos os problemas nacionais de sua época. E com sensibilidade forte, aponta questões e formula soluções ao “pensar o Brasil”, visto que muitas delas passam pelo “milagre do escrete”.

## BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, F. M. R. F., Com brasileiro, não há quem possa. Crônicas de futebol e identidade nacional. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da USP. Orientadora Profa. Dra. Maria Helena Oliva Augusto. São Paulo, FFLCH/USP, 1999.
- CALDAS, W., “Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro” In Revista USP – Dossiê Futebol. São Paulo, USP. Julho / agosto, no.22, p.40-49. 1994
- CASTRO, R., O Anjo Pornográfico. A vida de Nelson Rodrigues. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- CHAUI, M., Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COSTA, F., “O futebol na ponta da caneta” In Revista USP – Dossiê Futebol. São Paulo, USP. Julho / agosto, no.22, p.84-91, 1994
- DAMATTA, R., “O futebol e os papéis-modelo” In O Estado de São Paulo. São Paulo, 11 de julho de 2002.
- \_\_\_\_\_, “Antropologia do Óbvio. Notas em torno do significado social do futebol brasileiro” In Revista USP – Dossiê Futebol. São Paulo, USP. Julho / agosto, no.22, p.10-17, 1994
- \_\_\_\_\_, Explorações. Ensaios de Sociologia Interpretativa. Rio de Janeiro, Rocco, 1986.
- ELIAS, N. & DUNNING, E., Deporte y ocio en el proceso de la civilización. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- FAUSTO, B., História do Brasil. São Paulo, Edusp / Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.
- FRANZINI, F., As raízes do país do futebol. Estudo sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919 – 1950). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História Social da USP. Orientador Prof. Dr. Nicolau Sevcenko. São Paulo, FFLCH/USP, 2000.
- GOMES DA SILVA, J. C., 1994. A identidade roubada. Ensaios de Antropologia Social. Lisboa, Gradiva, 1994.
- GUIDARINI, M., Nelson Rodrigues: Flor de Obsessão. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.
- HUIZINGA, J., Homo Ludens. O jogo como elemento da cultura. São Paulo, Perspectiva, 1996.
- LEVINE, R. M., “Esporte e Sociedade: o caso do futebol brasileiro” In MEIHY, J.C.S.B. & WITTER, J.S. (orgs.). Futebol e Cultura. Coletânea de estudos. São Paulo, Imprensa Oficial / Arquivo do Estado, p.21-44, 1982.
- MARQUES, J. C., 2000. O futebol em Nelson Rodrigues. O óbvio ululante, o Sobrenatural de Almeida e outros temas. São Paulo, EDUC / FAPESP, 2000.
- MEIHY, J. C. S. B., “Para que serve o futebol?” In MEIHY, J.C.S.B. & WITTER, J.S. (orgs.). Futebol e Cultura. Coletânea de estudos. São Paulo, Imprensa Oficial / Arquivo do Estado, p.11-19, 1982.

MORAES, E. J., *A Brasilidade Modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

MORAES, J. G. V., *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo, Atual Editora, 1994.

RODRIGUES, N., *À Sombra das Chuteiras Imortais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993

\_\_\_\_\_, *A Pátria em Chuteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_, *O Reacionário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

ROSENFELD, A., *Negro, Macumba e Futebol*. São Paulo, Perspectiva / Edusp / Editora da Unicamp, 1993.

SEVCENKO, N., “Futebol, metrópoles e desatinos” In *Revista USP – Dossiê Futebol*. São Paulo, USP. Julho / agosto, no.22, p.30-37, 1994.

\_\_\_\_\_, *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

TOLEDO, L. H., *Lógicas no futebol. Dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia Social da USP. Orientador Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani. São Paulo, FFLCH/USP, 2000.

VIANNA, H., *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor / UFRJ, 1995.

# A CIDADE PARA O MOVIMENTO *HIP HOP*: JOVENS AFRO-DESCENDENTES COMO SUJEITOS POLÍTICOS

*THE CITY OF THE HIP HOP MOVEMENT:  
YOUTH AFRO – DESCENDENTS HOW POLITICS SUBJECTS*

Christian Carlos Rodrigues RIBEIRO\*

## RESUMO

*O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão acerca do movimento hip hop como representação política dos jovens afro-descendentes, habitantes das médias e grandes cidades brasileiras, que os inclua enquanto sujeitos políticos plenamente constituídos em direitos. Contrapondo-se assim ao papel político e social que historicamente estão relegados nestas cidades.*

*Palavras-chave: hip hop; jovens afro – descendentes; sujeitos políticos, cidade.*

## ABSTRACT

*The objective of this article is to analyze the hip hop movement, how the politics of representation of young afro–descendents, citizens of the middle-sized and large Brazilian cities, to include them as political subjects empowered and able to exercise their rights. This against the traditional place they occupy historically and socially in these cities.*

*Key words: hip hop; afro–descendents; politics, subjects; city*

## Introdução

O presente artigo pretende desenvolver uma discussão acerca de um processo de representação

política, movimento *hip hop*, que os jovens afro-descendentes vêm estabelecendo nas médias e grandes cidades brasileiras a partir das áreas urbanas periféricas destas onde historicamente encontram-se, como grupo étnico/social, localizados.

---

\* Cientista Social, mestre em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas. E-mail: khristiancarlos@hotmail.com

O *hip hop* têm sido um dos movimentos sociais, que ao menos nos últimos dez anos, vêm recebendo uma maior atenção das ciências humanas no Brasil. Pode ser definido como um fenômeno tipicamente urbano, que tem revelado uma particularidade de conflitos sociais em certas regiões urbanas periféricas na relação destas com as áreas centrais das cidades, em especial a partir dos anos de 1990, constituindo-se como um dos instrumentos para efetivação de uma “nova” urbanidade.

Acreditamos ser importante destacar que o conceito de “nova urbanidade” que apresentamos neste artigo deve ser entendido como a expressão de uma vontade, e principalmente, de um direito que qualquer cidadão e grupo social, de acordo com suas especificidades e características, têm de viver, sentir e usufruir a cidade, em toda sua plenitude. Participando ativamente dos processos, como elemento político decisório, de elaboração e aplicação da gestão urbana local, do município.

Como todo objeto de estudo “recém descoberto”, as informações e afirmações acerca do mesmo se demonstram contraditórias, quando não conflituosas, o que acaba em nosso entender por não possibilitar, em alguns momentos, um entendimento, uma compreensão do papel político e cultural desempenhado pelo *hip hop* no exercício de seu processo de transformação social.

Por este motivo acreditamos ser importante ressaltar para dilimir quaisquer dúvida, acerca do enfoque que procuramos aqui desenvolver, destacar ao longo deste artigo, que embora o *hip hop* seja um movimento originado nos guetos norte – americanos, ele é de fato resultado do processo de diáspora africana, deslocamento forçada de enorme contingente populacional africano, para ser utilizado como mão de obra escrava no continente americano, que há séculos da origem a processos (culturais e sociais) de resistência negra nas Américas, e visa não se impor como cultura estrangeira dominante, nos países onde se encontra inserido, mas sim como mais um elo, mais um exemplo deste processo histórico sócio de reconstrução de identidades coletivas, e individuais, destas populações negras transportadas para o “novo mundo”.

Neste aspecto, após desenvolvermos uma abordagem histórica e sociológica deste movimento, destacando sua atuação tanto nos E.U.A, quanto na forma de uma cultura mundial de contestação, demonstraremos a incorporação, a contextualização do *hip hop* aos processos – seculares - de resistência negra brasileiros, destacando que sua ação política transformadora, de ênfase racial/étnica e juvenil, a partir das periferias das cidades brasileiras, têm se constituindo em um dos processos sociais mais importantes em nossas cidades, gerando nova forma de exercício e participação política para sujeitos sociais historicamente marginalizados e segregados na sociedade brasileira, ocasionando um (re) trabalhar concomitante do sentido, e uso, da negritude como instrumento de democratização das formas de gestão das cidades brasileiras, participando ativamente dos processos, como elemento político decisório, de elaboração e aplicação da gestão urbana local, do município, de acordo com suas especificidades e características, vivendo, usufruindo e sentindo a cidade, em toda sua plenitude.

### O movimento *hip hop*: conceito e prática

O *hip hop* enquanto conceito surge em 1968, embora se aceite que enquanto movimento social e cultural se efetiva apenas em meados dos anos 1970<sup>1</sup>, quando Afrika Bambaataa, nome de um antigo líder Zulu adotado por Kevin Donovan, no bairro do *Bronx* (Nova York), cunha esta expressão *hip hop*, algo como “balançar o corpo” numa tradução mais literal, para designar uma nova forma de exercício reivindicatório e libertário, baseado na construção e na busca incessante por conhecimento<sup>2</sup>, para melhoria da população jovem afro-americana, aliado concomitantemente a procura em desenvolver uma nova forma de se fazer música.

Afrika Bambaataa em contato com outros jovens de Nova York percebe que os conflitos nos guetos estão fora de controle e propõem que os jovens envolvidos nestes embates passem a resolver suas disputas territoriais por meio de “batalhas dançantes”.

(1) Oficialmente se aceita a data de 12 de novembro de 1974 como a da “oficialização” da cultura hip hop, cultura esta que engloba: “...o break, que é sua dança oficial, o rap, que é o canto falado ao som de pick - ups ou mesmo de ritmos feitos com a boca e o corpo, e o grafite que é a arte nos muros, vagões de trens e espaços deteriorados, uma maneira de chamar a atenção para a necessidade de revitalização desses espaços. O DJ (disk jockey) atua nos pick – ups, acompanhando a fala/canto dos MCs (mestre de cerimônia). Os BBoys e as Bgirls dançam o break. (Benedito, 2004: 20)

(2) Como atesta o próprio Bambaataa em entrevista a Folha de São Paulo em 27 de agosto de 2002:

“É através do conhecimento que a pessoa envolvida com o hip hop vai começar a se preocupar com os problemas sociais do seu bairro, com o governo. As pessoas precisam reconhecer que a cultura hip hop salvou vidas, fez com que pessoas de etnias e nacionalidades diferentes se unissem. É preciso falar sobre a história do povo negro.”

Prosseguindo na mesma entrevista:

“... as pessoas precisam aprender a se respeitar e principalmente a conhecer. Você deve saber quem você é, de onde você veio, para que possa saber para onde vai no futuro.

Os jovens destas gangues passam a desenvolver passos de dança influenciados nos combatentes da guerra do Vietnã<sup>3</sup> que de lá voltavam mutilados, perambulando a esmo pelas ruas dos guetos com passos imprecisos, “quebrados”, e na repetição dos movimentos das articulações robóticas que começavam a substituir a mão de obra negra nas indústrias norte - americana, surgindo assim os primeiros elementos daquilo que vira a ser chamado cultura *hip hop*, a dança de rua, chamada no Brasil de “*break dance*”. (Rocha; Domenich, et al. 2001).

Em 1970, Bambaataa se alia aos “*Blacks Spades*”, divisão de uma gangue local e passa a divulgar os preceitos do então nascente *hip hop* através de festas de ruas (*Block Parties*) desenvolvidas para a comunidade do *South Bronx*. Em uma destas festas, Bambaataa conhece um novo tipo de trabalho musical desenvolvido pelo jamaicano DJ Kool Herc, que em meio às seleções musicais preparada para as festas, desenvolvia “colagens musicais” com os trechos instrumentais das canções escolhidas, ao mesmo tempo em que saudava de improviso as pessoas presentes nas festas.

Estas festas eram baseadas na amplificação das músicas por grandes caixas de som, ou equipamentos sonoros com alta potência (*Sound Systems*), num estilo de conagração, de comunhão característica das festas populares da Jamaica, não sendo por acaso que imigrantes jamaicanos, como o DJ Kool Herc, tenham adaptado esta manifestação cultural de seu país às ruas do gueto de *South Bronx* (Gilroy, 2001), manifestação esta que se tornaria uma das características marcantes da cultura *hip hop* com o passar dos anos.

Herc, além disso, riscava seus discos para criar novos efeitos (*scratch*) sonoros, novos sons utilizando dois toca discos ao mesmo tempo, repetindo assim a “batida” da música por tempo indeterminado inserindo neste processo de “colagem musical” um tipo de canto falado, ritmado característico da Jamaica, muito similar aos brasileiríssimos repente e embolada, denominado *toasting*.

Sem intenção, Herc havia criado as bases daquilo que viria ser chamado de *MC* (*Master Control* –

Controlador Mestre/Mestre de Cerimônia) no universo *hip hop*, a figura do cantador, elo de ligação entre a música e a platéia. Além disso, ao produzir um ritmo sonoro repetitivo e percussivo baseado em colagens musicais e aliado a um canto falado ritmado, havia tornado realidade a música imaginada por Afrika Bambaataa para ser a “porta voz” de um novo meio de representação política reivindicatória e libertaria da jovem população negra dos guetos norte-americanos. Ele havia dado origem ao segundo elemento do *hip hop*, a *rap music* (*rhythm and poetry* / “ritmo e poesia”).

Podemos definir o elemento musical da cultura *hip hop* - “*rap music*” - como uma manifestação híbrida que vai além das influências sonoras mais óbvias como a *soul music* ou a *funk music* pois ela também foi :

nutrida pelas relações sociais no *South Bronx*, onde a cultura jamaicana do sound-system foi transplantada durante os anos de 1970 e criou novas raízes. Em conjunto com inovações tecnológicas específicas, essa cultura caribenha expulsa e reenraizada acionou um processo que iria transformar a autopercepção da América negra e igualmente uma grande parcela da indústria da música popular. (GILROY, 2001: 89)

As técnicas de discotecagem iniciadas por Herc, são aprimoradas por outro dj, denominado DJ Grandmaster Flash, cujo nome verdadeiro é Joseph Saddler, que também cria a primeira bateria eletrônica do *hip hop*, a *beat box*, consolidando assim o papel do *dj* como membro fundamental para a produção da chamada música *rap*.

Estas três pessoas, Bambaataa, Herc e Grandmaster, são consideradas os “pais”<sup>4</sup> do movimento *hip hop*, sendo personagens fundamentais no nascimento e consolidação deste enquanto movimento social e cultural efetivo e não uma moda passageira, como costumeiramente costuma acontecer, motivada por interesses comerciais.

Os três tornaram-se os apresentadores das festas de ruas onde os jovens subiam ao palco para improvisar

(3) Devemos destacar que essa versão da origem do estilo break dance é controverso, pois vários praticantes da dança de rua do hip hop não aceitam essa filiação com a guerra do Vietnã.

(4) Esta terminologia utilizada pelo movimento, assim como outras tais quais mano(a), mestres, é usual no movimento hip hop, seus sujeitos sociais se identificam e se cumprimentam desta maneira, e esta relacionada ao sentimento de pertencimento, de grupo, de família, que desenvolvem em seu processo de atuação política e cultural. Em respeito aos hip hoppers, mantereí a utilização destes termos no decorrer do artigo.

letras sobre as colagens musicais desenvolvidas pelos *dj's*, nascendo assim os primeiros *rappers*, que passaram a exercer com o tempo, o papel de reger o ritmo das apresentações e a interação com as platéias, passando com isso a serem denominados como *MC's*, cantadores da realidade cotidiana dos guetos norte-americanos, que passam entre outras temáticas a propagarem em suas letras a auto-estima da juventude negra, combate ao racismo e a violência policial, condenação ao modelo cultural e econômico segregacionista dos E.U.A e a transformação de sua realidade no mundo através da conscientização coletiva.

Durante a década de 1970 o movimento *hip hop* foi consolidando por todo o país, e nos principais guetos norte-americanos surgiram cada vez mais adeptos desta nova cultura urbana, seja através do grafite, *break* ou *rap*. O *hip hop* foi ampliando sua importância para a juventude negra/afro-latina dos centros urbanos.

Novos artistas vão surgindo e assim consolidando, ao longo da década, o movimento *hip hop* como mais um elemento constituinte e característico do cotidiano, da vida urbana norte-americana, em especial das médias e grandes cidades.

Como consequência deste processo de consolidação do movimento *hip hop*, em outubro de 1979,

a *Sugar Hill Band*, grava a primeira música *rap*, "*Rapper's Delight*", por isto o ano de 1979 é apontado como o nascimento "oficial" do *hip hop* enquanto movimento social e cultural, embora desde 1974 o *hip hop* já desenvolvia atividades com seus três elementos de maneira sistemática nos guetos nova iorquinos, mas apesar do grande sucesso comercial desta canção, foi em 1982 com Grandmaster Flash, com seu grupo "*Furios Five*", que ao gravar a música "*The Message*", consolida o movimento começando a espalhar seus conceitos, seus preceitos não apenas pelos E.U.A, mas por todo o mundo.

O terceiro elemento da cultura *hip hop*, o grafite, linguagem artística cultural adaptado ao movimento, tem sua incorporação ao *hip hop* concomitantemente com a do *break* e a do *rap*, com o diferencial de que sua origem não tem "pai(s)" específico(s), e é resultado de ações de grupos jovens dos guetos urbanos de Nova York que passam através desta forma de arte a grafitar imagens de seu cotidiano pelos prédios, muros, estações de metrô e trens da cidade para que estes levassem sua arte, como um plano móvel<sup>5</sup> para todas as partes<sup>6</sup>.

Tal como a dança, o grafite também constrói uma ponte entre o individual e o coletivo, como projeto e realização. Concretiza uma proposta de intervenção sobre o espaço urbano por meio da arte, fora dos circuitos consagrados da sua produção e circulação.

(5) Outra forma de manifestação móvel de grafite é a pintura estilizada realizada em carros, geralmente antigos e de grande porte, com alterações em suas carenagens, suspensões e motores, denominado "*lowriders*", pelos jovens mexicanos no estado da Califórnia, em especial Los Angeles, que estilizam desde o sincretismo religioso de suas comunidades ao desenharem a volta de um messias libertador com traços físicos que fundem a concepção ocidental (branca) de Jesus Cristo com o imperador asteca Montezuma, passando por fenômenos da natureza como raios, trovões e labaredas, por mulheres de corpo esculturais ou personagens de *HQs* até símbolos (cores) de suas respectivas gangues. É importante destacar que esta manifestação artística transcendeu os limites dos guetos mexicanos do estado norte americano da Califórnia, tendo sido incorporado pela cultura *hip hop* do mundo inteiro, inclusive no Brasil onde o *rapper* Mano Brown dos Racionais MC's interpreta o uso dos "*lowriders*" como mais uma das formas existentes de auto valorização, de preservação/sobrevivência para os jovens habitantes nas periferias brasileiras, pois em suas palavras:

"Eu prefiro louvar a nossa cultura. Penso que a solução para a periferia é um carro velho, antigo. Restaurar carros velhos, antigos, móveis velhos, casas velhas e deixar de sonhar com o que ainda não está ao nosso alcance. Deixar de perder a vida por um carro novo, importado, do ano, que está longe da nossa realidade, é uma arapuca, uma armadilha. Se você pegar um Chevette, Uno ou Fusca, pode deixar estilo louco, basta sua criatividade, seu talento, aprender a mexer com carro, funilaria, pintura e tapeçaria. Nossos pais faziam isso e nós não queremos. Antes de conhecer a cultura eu já tinha meu carro velho, meu Galaxie. A cultura dos gringos não me interessa tanto, acho que a mudança que será feita no Brasil é o que me interessa." (Brown, 2004a: 19)

(6) Segundo Duarte (1999):

"... o grafite consegue criar uma intervenção que se contrapõe à pobreza das passagens. Não reproduz o físico, mas trabalha com a força do imaginário – inventa, projeta, avança. Afinal, o mundo não é constituído só de coisas tangíveis, de elementos físicos, mas também de símbolos. A arte não é o espelho do real, mas uma das suas múltiplas dimensões, pela qual a ação humana pode se expressar com toda a sua força." (Duarte, 1999:21)

A utilização do grafite como manifestação de protesto remonta a Roma antiga, não foi inventada mas sim incorporada de maneira magistral pela cultura *hip hop*. Ou em outras palavras:

"Graffiti é um termo tão antigo quanto a velha Roma. Os antigos romanos, em sua sociedade, tinham o costume de escrever com carvão nas paredes de suas construções. Eram manifestações de protesto, palavras proféticas, ordens comuns e outras formas de divulgação de leis e acontecimentos públicos, como se fossem mensagens em cartazes. No final da década de 60 e início de 70 no nosso século, jovens do bairro do Bronx reestabeleceram esta forma de arte, mas desta vez não com carvão e sim com tintas spray, criando um novo diálogo de grafite, colorido e muito mais rico, tanto visualmente quanto no conteúdo de mensagens que eram passadas." (Governo Democrático e Popular de Campinas, 2004).

Num certo sentido, aproximam-se os grafiteiros dos ideais dos muralistas mexicanos, que queriam a arte fora das galerias, expressando-se para o povo comum. Ao mesmo tempo, diferenciam-se destes por exercerem a pintura num espaço não-convencional, que deve ser ‘conquistado’ – e, conseqüentemente, exercem uma intervenção cuja característica principal é a provisoriedade, a descontinuidade. (DUARTE, 1999:20)

Um dos principais representantes desta arte foi o artista plástico Jean Michel Basquiat<sup>7</sup> que produzia muitas de suas obras aleatoriamente pela cidade de Nova York e tinha o grafite como uma das suas manifestações artísticas mais freqüentes.

O grafite, ao ser incorporado pela cultura hip hop, graças ao entusiasmo de europeus como os expositores italianos Cláudio Bruni e Lee Quinones, ou de artistas plásticos renomados como Andy Warhol, passa ser encarado como uma nova forma de arte urbana, de pertencimento público.

Esta forma de expressão artística foi o primeiro elemento do *hip hop* a ter reconhecimento da cultura “*mainstream*”. Este reconhecimento pode ser interpretado como resultado de todo um contexto cultural local (nova yorquino) daquela época - final dos anos 1960, início dos 1970 - que visava uma interação, uma “ponte” entre a “arte dos ateliês e galerias” com a “arte das ruas”. Os artistas vanguardistas de Nova York estavam com isso:

... se afastando não apenas da linguagem do expressionismo abstrato tão difundida na década de 50 como também da planura e confinamento da pintura enquanto tal.

Eles fizeram experiências com uma variedade fascinante de formas artísticas: formas que incorporaram e transformaram materiais não-artísticos – sucata, entulhos e objetos colhidos na rua; ambientes tridimensionais que combinavam a pintura, a arquitetura e a escultura – quando não o teatro e a dança – e que criaram evocações distorcidas (em geral, numa forma expressionista)

mas vivamente reconhecíveis da vida real; happenings que saíam dos ateliês e das galerias diretamente para as ruas, a fim de afirmar sua presença e praticar ações que a um só tempo incorporariam e enriqueceriam a própria vida espontânea e aberta das ruas. (BERMAN, 1990: 302)

É neste contexto de dinamização cultural que o grafiteiro Phase2, embora como já destacado o grafite não tenha um “pai” definido, passa juntamente com Basquiat, a ser apontado por muitos como um de seus principais expoentes devido aos vários painéis por ele realizados no início dos anos 1970 com mensagens de paz e amor pela cidade de Nova York.

A arte do grafite é dentro da cultura *hip hop* o elemento constituinte, juntamente com a música *rap*, que mais evidencia a influência afro-latina e caribenha na gênese do movimento *hip hop*, pelo grande número de sujeitos sociais destas comunidades que passaram a exercer este tipo de manifestação artística (Flores & Román 2000; Stavans, 2001), movimento este que possibilita a visualização nas Américas de todo um novo processo de (re)construção cultural, da denominada diáspora negra, como forma de resistência e sobrevivência no chamado novo mundo, que através de práticas culturais desenvolvem novos códigos de convivência/relações sociais.

Como bem destaca Bambaataa na música, “*Renegades of Funk*” lançada originariamente no ano de 1982, álbum “*Planet Rock*”:

Agora renegadas são as pessoas com as suas  
próprias filosofias

Elas mudam o curso da história  
Todos os dias pessoas como você e eu  
Nós somos os renegados, nós somos as pessoas  
Com nossas próprias filosofias  
Nós mudamos o curso da história  
Todos os dias pessoas como você e eu  
Ora vamos  
Nós somos os renegados do funk

Portanto, após uma breve apresentação histórica sobre as origens do *hip hop* e dos elementos/

(7) Jean - Michel Basquiat, filho de pai haitiano e mãe de descendência porto - riquenha, inicia em final anos de 1976 sua atuação artística como grafiteiro, em parceria com Al Diaz com quem forma a dupla “SAMO” (abreviação de *Same Old Shit* - Monte de Merda Velha), em 1979 termina a dupla e passa a produzir seus grafites sempre polêmicos, tendo como temáticas a valorização da negritude em uma cidade cosmopolita como Nova York e a cultura pop da época. Morreu em 12 de agosto de 1988 aos 28 anos de overdose de heroína. Para maiores informações acerca da vida e obra do artista recomendamos os sites: [www.basquiat.net](http://www.basquiat.net), [www1.uol.com.br/bienal/23/especial/peba.htm](http://www1.uol.com.br/bienal/23/especial/peba.htm), [www.theart.com.br/filmes/basquiat.htm](http://www.theart.com.br/filmes/basquiat.htm), [br.geocities.com/m8o811/basquiat.htm](http://br.geocities.com/m8o811/basquiat.htm)

manifestações culturais que o caracterizam, pode-se dizer que o *hip hop*, seria essencialmente:

... um movimento integrado por práticas juvenis construídas no espaço das ruas. E aos olhos dos jovens, não se resume a uma proposta exclusivamente estética envolvendo a dança break, o grafite e o rap, mas, sobretudo, a fusão desses elementos como arte engajada. (SILVA: 1999:23)

### O movimento *hip hop* enquanto cultura mundial de contestação

O *hip hop*, a partir dos anos 1980, torna-se presença ativa em várias partes do mundo, tornando-se uma manifestação cultural adotada pela população jovem de vários países, independente de sua origem racial/étnica, religiosa, política, etc, como maneira de se fazerem ouvir e notar enquanto sujeitos sociais ativos e constituintes das sociedades que habitam. Como bem destaca David Toop (2000) em seu livro “Rap Attack # 3. African rap to global hip hop.”<sup>8</sup>

Versões de hip hop surgem e tornam-se parte das culturas da França, Brasil, Espanha, Alemanha e Japão, numa liberação de linguagens locais, uma voz universal que evidencia seu descontentamento com as políticas domésticas locais. Hip – hop é um estilo despojado, gerado das ruas para as ruas. O estranho sonho vivido fora dos ginásios escolares, nas festas de quarteirão, registrado em pequenos estúdios de gravação, anunciava que da 6. Avenida se expandiria por todo o mundo.

Círculo completo: a história começa agora. (TOOP, 2000: XXXII)

Esta característica do movimento, de reconstruir processos de identidades urbanas (GILROY, 2001; TOOP,

2000), explica o porquê deste ser utilizado tanto pelas populações jovens das comunidades africanas, caribenhas e asiáticas no Reino Unido quanto pelos jovens turcos na Alemanha (WELLER,2000), enquanto elemento de reconstrução de suas identidades sócio-culturais.

Outro exemplo desta particularidade que podemos destacar seria a utilização do *hip hop* como elemento de identificação religiosa, política e social pelas comunidades islâmicas e africanas na França, país que só perde em número de grupos de *rap* e em vendas de discos do gênero para os E.U.A – apenas um *rapper* como MC Solar já vendeu naquele país mais de 4 milhões de cópias (ASSEF, 2001).

Os jovens se auto representando através do *hip hop* aproveitam para, ao mesmo tempo, defenderem suas crenças religiosas, atacar fortemente o racismo e a violência perpetrada tanto pelo Estado quanto pelos movimentos xenófobos locais às comunidades, e se fazerem notar na vida da sociedade francesa sendo mais um de seus vários elementos constituintes, concomitantemente a exigência por melhores condições de vida para estes grupos sociais<sup>9</sup>.

O caráter universalizante do *hip hop*, de se fazer “porta-voz” dos marginalizados das sociedades onde se encontra inserido, evidencia a sua constituição enquanto uma cultura mundial de contraposição aos processos de desigualdades gerados ou perpetrados nas sociedades (pós) industriais.

Importante destacar que até nos E.U.A, local de origem do *hip hop*, está em curso um processo muito ativo de reconstrução de identidades, neste caso latina, em especial no estado da Califórnia aonde os jovens da comunidade mexicana através da cultura *hip hop* vêm se fazendo notar e respeitar como parte importante dos processos sociais e culturais daquele estado, contrapondo-se a décadas de discriminações sofridas por esta comunidade. (DAVIS, 1993)

Importante também destacar neste processo de “expansionismo” do *hip hop*, cujo alcance já o levou até a China e o Japão, a atuação política e cultural exercida por ele no continente africano, aonde em países como a África do Sul, se tornou um dos principais “canais” de

(8) Tradução realizada, pelo autor deste artigo, para melhor entendimento da citação da obra utilizada:

Versions of hip hop were now an established element in the cultures of France, Brazil, Spain, Germany an Japan, a liberation of local languages, a universal voice with to air dissatisfactions with domestic politics. Hip - hop style was plundered by fashion designers and fed back to the streets. The strange dreams lived out in school gyms, block parties and a tiny record store annex below 6 th Avenue now spread all over the world. Full circle: the story begins here. (Toop, 2000: XXXII)

(9) A característica de forçar o reconhecimento e a existência de outras formas de se viver e habitar a cidade, respeitando as particularidades de cada grupo social neste processo, e a busca por uma melhora do nível de vida de seus sujeitos sociais seriam as particularidades do movimento que mais são utilizadas pela juventude mundial.

manifestação da juventude local em expor a necessidade da constituição de um novo modelo de sociedade, opondo-se as mazelas sociais que historicamente caracterizam aquele continente. (ROCHA, 1994).

A cultura *hip hop* rompeu seus limites geográficos/espaciais iniciais, deixou de ser “apenas” uma cultura desenvolvida por afro-americanos e latinos nos guetos urbanos norte-americanos para se tornar uma cultura de contestação mundial (TOOP, 2000).

O *hip hop*, com sua forma de exercício político reivindicatório e prático de reconstrução de identidades dos marginalizados sociais, acaba por resgatar um processo de atuação civil, baseado em manifestações culturais, que desde os anos 1960 com a denominada contra-cultura não se via.

Mas, embora isso seja notável deve-se destacar que apesar do *hip hop* ser um movimento juvenil de contestação mundial (GILROY, 2001) ele não tem um projeto global de transformação social, preferindo basear suas ações de acordo com a realidade local (micro cosmo social) onde está inserido. Portanto, o *hip hop* é um movimento contestador de alcance mundial, mas de prática política localizada, focada como todos os denominados “novos movimentos sociais”<sup>10</sup>.

O processo de reconstrução de identidades, desenvolvido pelo movimento *hip hop* nas sociedades onde ele se insere, dá origem a constituição de um novo patamar urbano de organização social que leva em consideração as pluralidades, as diferenças, as dicotomias que formam e caracterizam os processos de construção de uma verdadeira sociedade democrática e igualitária. (HALL, 2003; LINDOLFO FILHO, 2002).

## O *hip hop* no Brasil

No Brasil, o *hip hop* se torna gradativamente a mais recente etapa de um processo de resistência que há mais de séculos vem sendo desenvolvida por sua população afro-descendente, num processo contínuo de constituição de uma identidade negra neste país, como que enfatizando as palavras de Abdias do Nascimento:

Somos a Negritude. E Negritude é a própria onipresença para aqueles que a assumem e a amam. Sobre as diferenças de idiomas, acima das distâncias territoriais e das nacionalidades, os veios da diáspora, em movimentos concêntricos, se reintegram no grande mar escuro dessa mágica Negritude que nos manteve no espaço e no tempo unidos e irmãos. (NASCIMENTO, 1981a: 106)

A gênese daquilo que viria a ser chamado movimento *hip hop* no Brasil surge no final dos anos 1970, início dos anos 1980, no exato momento da eclosão dos denominados “novos movimentos sociais”<sup>11</sup>, que passam a incorporar questões como a de gênero e raça no processo de constituição de um novo modelo de sociedade, mais pluralista, democrática, participativa e cidadã (Lemos, 2004; Mourad, 2000; Sader 1995), criando novas formas, novas práticas de exercício político reivindicatório.

Esse processo embrionário daquilo que viria a se tornar o *hip hop* brasileiro se caracteriza como o momento final do período de apogeu dos denominados “bailes

(10) Como bem destaca José Carlos Bruni:

“a prática dos novos movimentos sociais vai-se dar num novo tempo e num novo espaço, o tempo e o espaço da vida cotidiana, vistos não mais como o lugar da rotina e do hábito, mas como a dimensão real e concreta da dominação e da opressão.” (Bruni, 1988: 27)

(11) Evers (1984) define alguma das características, alguns dos traços comuns da maioria dos denominado “novos” movimentos sociais como formados por:

“... um número relativamente baixo de participantes; estruturas não burocratas e até informais; formas coletivas de tomada de decisões; distanciamento social relativamente pequeno entre a liderança e demais participantes; modos pouco teóricos e imediatos de perceber e colocar os objetivos do movimento; etc. Muitos destes grupos estão diretamente envolvidos em atividades culturais (no sentido mais amplo); outros lançam mão da música, teatro, dança, poesia e outras manifestações culturais para divulgar seus objetivos.” (Evers, 1984: 14).

Novos movimentos sociais que através de suas práticas acabam por se:

“... dar num novo tempo e num novo espaço, o tempo e o espaço da vida cotidiana, vistos não mais como o lugar da rotina e do hábito, mas como a dimensão real e concreta onde efetivamente os sujeitos são sujeitados e onde se dá a experiência concreta da dominação e da opressão. ‘Aquele que fala da revolução sem mudar a vida cotidiana tem na boca um cadáver’ já dizia um grafite de 68. Assim, os novos movimentos sociais vão trazer um novo tipo de sujeitos e agentes, novos tipos de conflitos, novos tipos de espaços políticos em que estes se desenvolveram.” (Bruni, 1988: 27)

Ou como bem exemplifica Paoli (1991) ao diferenciar estes novos sujeitos políticos contemporâneos de seus “antecessores”:

“... o(s) sujeito(s) que a cultura contemporânea encena é outro: é um que reivindica o sentido de suas experiências tal como as vivencia em práticas específicas de atribuição de significado; está disposto a assumir o seu próprio descentramento, o localismo do espaço onde atua, o caráter imediato de sua ação; em uma palavra, como já foi apontado, sujeitos auto-referenciados e auto-instituintes de seu mundo, de suas diferenças e similitudes, de suas identidades e alteridades.” (Paoli, 1991: 110)

*blacks*” das décadas de 1960 e 1970, onde a consciência racial e orgulho negro divulgados via *soul music* conjuntamente com artistas nacionais como Jorge Ben(jor), Tim Maia, Cassiano, Gerson King Combo entre outros, começavam a gerar uma nova ação comportamental, em especial na camada mais jovem da população afro-descendente.

As equipes de dança surgidas nestes bailes, com o declínio dos “bailes *blacks*” no final dos anos 1970, passam a dançarem um ritmo diferente, com seqüências, com passos “quebrados” e compassados, que viam em reportagens televisivas ou através de fotografias em matérias de revistas importadas.

Este tipo de dança de rua, denominada genericamente como *break*, é a primeira manifestação do *hip hop* no Brasil, e passa a ser executada na Praça Ramos, na Estação de Metrô da São Bento e na Galeria 24 de Março, destacando-se neste período as equipes de dança *Funk & Cia*, onde se destaca o “pai” do *break* nacional Nelson Triunfo, e a equipe de *break dance* Jabaquaras *Breakers*.

O movimento *hip hop* começou sua história no Brasil de maneira discreta e quase imperceptível para muitos, e era encarado muito mais como uma moda passageira do que com seriedade.

Com o decorrer do tempo, começam a surgir pela cidade de São Paulo, os primeiros grafites ligados efetivamente a uma temática *hip hop*, e principalmente começa a se ouvir pelos “cantos” da cidade um jeito diferente de se cantar. Surge no país a música *rap* e o movimento *hip hop* se torna realidade no país, mesmo que de maneira totalmente “*underground*”, marginal.

Os primeiros anos do movimento são difíceis, pois seus adeptos são perseguidos pela polícia, ou são desacreditados e ridicularizados nos próprios “bailes *blacks*”. Esta situação começa a melhorar quando em 1983, Michael Jackson através de seus clipes, em especial das músicas “*Thriller*”, “*Billie Jean*” e “*Beat It*” e da abertura da novela das 20:00h da rede Globo de Televisão “Partido Alto” composta por dançarinos de *break*, acabam por revelar a “*break dance*” como uma forma de dança moderna, uma forma de arte “respeitável”.

A juventude das periferias, em especial a negra paulistana, passam a se identificar com o ritmo daquela música diferente, falada de forma muito rápida, e até por este motivo que os primeiros *rappers* são chamados de “tagarelas” (ANDRADE, 1999; MEDEIROS, 1988), descontraída, sem conteúdo crítico ou de protesto a época, executada apenas para embalar as denominadas rodas de *break*.

O movimento *hip hop* somente em 1988/1989 com os lançamentos dos primeiros discos de *rap* no país “Kaskatas – A ousadia do rap made in Brazil”, em 1988, e a coletânea “HIP – HOP. Cultura de rua. O som das ruas” em 1989, que lançou os expoentes do *rap* nacional, a dupla Thaíde & DJ Hum, com as músicas “Corpo Fechado” e “Homens da Lei” consideradas as pioneiras do chamado *rap* “consciente” e de “atitude” (ZENI, 2004) no país, começa a conquistar o seu espaço no Brasil.

Os versos da dupla Thaíde e DJ Hum, na música “Corpo Fechado” embora sejam autobiográficos, retratando a vida do *rapper* Thaíde, não deixa de ser uma apresentação do próprio *hip hop* a sociedade como um todo:

Me atire uma pedra  
Que eu te atiro uma granada  
Se tocar em minha face sua vida está selada  
Portanto meu amigo, pense bem no que fará  
Porque eu não sei, se outra chance você terá...  
Você não sabe de onde eu vim  
E não sabe para onde eu vou  
Mais para sua informação vou te falar quem eu sou  
Meu nome é Thaíde  
E não tenho R. G.

Este segmento social de jovens urbanos periféricos passa a constituir o movimento *hip hop* como o seu meio de expressar suas agruras, suas reivindicações, suas denúncias, geradas em seu universo social cotidiano onde a qualidade de vida, onde os aparelhos de serviços básicos do Estado não existem ou são extremamente precários.

O *hip hop* passa a atuar nas áreas centrais como forma de demonstrar que também fazem parte da cidade, também a formam e a caracterizam, se negando a aceitarem a “não cidade” (ROLNIK, 1997; ROLNIK, 1996), o “não lugar” que historicamente ocupam na espacialidade urbana dos municípios, territórios estes que se originam de “um modelo de urbanização sem urbanidade que destinou para os pobres uma não-cidade, longínqua, desequipada como espaço e como lugar.” (ROLNIK, 1996: 32)

Estes jovens passam a se fazerem ouvir, a se fazerem notar quando passam a divulgar através do *hip hop* esta precariedade social a que estavam relegados e ao denunciarem os processos de discriminação racial e violência policial a que cotidianamente eram submetidos.

Esse fenômeno inicialmente restrito, se espalha pelo Brasil de forma rápida e consistente por Santo André, São Bernardo do Campo, Campinas, Brasília, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte que se destacam neste processo de expansão do movimento *hip hop* pelo país.

O *hip hop* se torna um dos principais porta voz das periferias brasileiras (ANDRADE, 1999), se tornando um novo exercício de prática política, de formação cidadã (FARIA, 2003; LINDOLFO FILHO, 2002), surgindo nas periferias, locais de reunião dos integrantes do movimento que passam cotidianamente a exercer funções de integração social, de novos laços de sociabilidade nas áreas periféricas das cidades.

É importante ressaltar que esta atuação política do movimento *hip hop* ocorre num período histórico caracterizado pelo refluxo dos movimentos sociais urbanos<sup>12</sup>. Enquanto os demais tipos de movimentos sociais urbanos, tanto reivindicatórios quanto pluriclassistas, se encontravam inseridos em um refluxo histórico, procurando novas formas de exercerem sua ação política, o movimento *hip hop* aumenta sua visibilidade e conseqüentemente sua ação política-reivindicatória nas áreas urbanas das médias e grandes cidades.

Em meados dos anos 1990, apesar do *hip hop* já haver se consolidado, em especial na cidade de São Paulo, enquanto movimento social e cultural juvenil com o lançamento do 4º álbum do grupo de *rap* paulistano Racionais MC's, o *cd* "Sobrevivendo no Inferno", que o *hip hop* consegue seu "status" de maioria e passa a ser interpretado pelos setores formais da sociedade como um movimento social e cultural que embora de origem norte americana, foi com o decorrer dos anos adaptada, sendo transformada de acordo com as necessidades, das demandas das populações periféricas brasileiras (Faria, 2003), em especial das populações afro-descendentes destas comunidades.

Infelizmente, existe uma tendência, sobretudo no meio da juventude, a uma globalização amorfa,

'geleificada', um liquidificador cultural com uma predominância dos temperos norte-americanos. É verdade também que a cultura brasileira tem uma riqueza muito grande. É uma gente que sabe apanhar uma tradição que vem da Jamaica ou dos EUA, e, de repente, jogá-la na periferia de São Paulo. Eu, por exemplo, nunca dei muito valor ao *hip hop*, até ouvir a Marília Spozito, que hoje em dia tem trabalhado com culturas da periferia por meio da (ONG) Ação Educativa.

Não é uma espécie de cópia boba de algo que já vem pronto dos EUA. É um retrabalho fantástico, é uma cultura da periferia. (BRANDÃO, 2004: 5)

O impacto causado pelo *cd* dos Racionais MC's, mais de um milhão de cópias vendidas (Folha de São Paulo, 2001; Rocha et al, 2001), é enorme no cotidiano das periferias brasileiras, estimulando um processo de auto estima, de auto valorização racial/social/cultural que se consolida (KEHL, 2000).

Uma nova etapa começa a se consolidar para o movimento *hip hop*, o de agente político transformador da realidade urbana das periferias e das relações históricas de poder das cidades. Este fato passa a ocorrer, pois o próprio processo de segregação a que foram historicamente submetidos às camadas mais populares de nossas cidades, acaba por produzir novos espaços públicos de exercício de cidadania (PAOLI, 1989), de exercício político, fora dos padrões formais usualmente aceitos (ROLNIK, 1989), neste caso novos territórios urbanos de caracterização negra e juvenil.

Com a obtenção de reconhecimento de público e crítica pelo sucesso dos Racionais MC's, toda uma geração do *hip hop* nacional, com destaque para Gog e Câmbio Negro (Distrito Federal); R Z O e Consciência Humana (São Paulo capital); Sistema Negro e Visão de Rua (Campinas); Faces do Subúrbio (Recife) entre tantos, passa a evidenciar uma postura mais agressiva do movimento,

(12) Período em final dos anos de 1980 em que os movimentos sociais se viram em crise, em meio a mudança de paradigmas ocorridas pelo esfacelamento do referencial soviético de "socialismo real", a crise do Estado brasileiro e a implementação do modelo neoliberal na sociedade brasileira, estes movimentos sociais tiveram que manter seu processo de intervenção na arena política ao mesmo tempo em que buscavam construir novos parâmetros para essa atuação reivindicatória. Para uma análise mais pormenorizada desta época indicamos a leitura das seguintes bibliografias, "Crise de identidades sociais no fim de século." (1997) de autoria de Emir Sader; "HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS. A Construção da Cidadania dos Brasileiros." (1995) de autoria de Maria da Glória Gohn e "O presente como cotidiano" (1988) de autoria de José Carlos Bruni.

em especial da música *rap* que se torna cada vez mais “pesada”, cada vez mais soturna, com uma linguagem de gírias típica da população jovem das periferias, quase em forma de código (TORO, 1991/1992; HALL, 2003).

A gíria utilizada pelos integrantes do movimento tem a função de agir como elemento de identificação e de congregação social em meio aos demais grupos (sujeitos) sociais constituintes da(s) *Pólis*, cada qual com sua linguagem específica, possibilitando um processo de relações e de reconhecimento (identificação) social dos seus sujeitos constituintes.

Este período do movimento é caracterizado pela consolidação deste como uma nova forma de movimento negro juvenil (ANDRADE, 1999), com larga inserção nas periferias brasileiras, onde os movimentos negros tradicionais, apesar de seu valor histórico e político, nunca conseguiram uma grande inserção (ARANTES, 2000; BOJUNGA, 1978). É através do *hip hop* que um vasto contingente populacional, jovens da periferia, em especial os afros-descendentes, passam a exercer a busca por seus direitos cidadãos.

Um exemplo dessa atuação reivindicatória dos adeptos do movimento *hip hop* ocorre na cidade de Campinas (SP), quando estes se inserem enquanto grupo político formalmente representado, atuando politicamente nos processos de atendimento as demandas, as reivindicações, das populações mais carentes da cidade por canais de participação política direta, auto representativa como o Orçamento Participativo (OP), desenvolvida a partir da administração petista “Gestão Democrática e Popular” (2001/2004).

Esta inserção do *hip hop* no processo político e gestor local significou uma nova etapa do movimento, pois este momento representa o período no qual parte de suas reivindicações começam a serem atendidas e reconhecidas pelo poder público local<sup>13</sup>, passando o movimento a utilizar

os canais de participação política locais como o OP e o Congresso da Cidade, para exporem suas reivindicações de maneira pública para toda cidade e utilizar os espaços institucionais, como a Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial de Campinas, Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Campinas, a Coordenadoria Municipal de Juventude e a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo para uma atuação política conjunta.

Os mais importantes resultados destas ações políticas do movimento até agora ante ao poder público, foram as constituições de espaços públicos institucionais próprios para o *hip hop*, como a “Casa do Hip Hop” e o Conselho Municipal do Hip Hop (LEI N. 12.031), para que nestes locais o movimento possa dar continuidade as suas políticas reivindicatórias auto-afirmativas que acabam por redefinir mesmo que de maneira imperceptível os processos de gestão urbana local. (RIBEIRO, 2006: 104)

O discurso e a prática do movimento é desenvolvido de forma que acaba por evidenciar a sua busca em inserir nos processos políticos locais, a discussão de temáticas que sejam de seus interesses, e que incorpore às políticas públicas, desenvolvidas a partir destas, as suas especificidades (étnicas/raciais e juvenis) como elemento constituinte da cidade em que se encontram inseridos. Portanto o *hip hop*, em especial o *rap*, ao assumir essa postura política acaba por se inserir, por se efetivar como um:

veículo de construção de identidades, trazendo a formação da consciência da violência praticada contra a população negra em toda a história do Brasil – consciência da discriminação racial e social. O *rap* tem a função de estimular o rompimento com os padrões – embranquecimento, conformismo, cordialidade – que habitam o imaginário de nossa realidade. (TELLA, 1999: 61)

(13) Exemplos de políticas públicas que tiveram a participação direta, ou indireta, do movimento *hip hop* em sua elaboração e implementação que podemos destacar nesse sentido; a promulgação da Lei 11.128 de 14 de janeiro de 2002, que institui o dia 20 de novembro - Dia da Consciência Negra – como feriado municipal em Campinas, o projeto dessa lei, protocolado com o número 75.797-01, de autoria do atual deputado estadual, a época vereador, Sebastião Arcanjo, foi resultado da reivindicação de vários movimentos negros locais, dentre os quais o *hip hop* se fez presente através pelo ‘Movimento Hip Hop de Campinas – Rima & Cia’ e a ‘União dos Grafiteiros de Campinas’. A lei foi sancionada pela prefeita Izalene Tiene (PT), que assumiu o cargo de prefeita após o assassinato em 10 de setembro de 2001 de Antonio da Costa Santos (Toninho do PT); o reconhecimento, em 2001, pela Coordenadoria de políticas para a juventude da importância do *hip hop* como fator de inclusão social e cidadã nas periferias locais; a demanda aprovada no Orçamento participativo “Capoeira na Escola” e o “Projeto para igualdade racial” ambos parte do processo de implementação da lei federal n. 10.639 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em escolas públicas e particulares; o “Programa Políticas da Cor” cursinho pré-vestibular voltado a afro-descendentes; a implementação do “Programa de Aconselhamento Genético da Doença Falciforme”, lançado em 2001 visando capacitação de 250 profissionais para atuação ao combate e prevenção de uma das doenças de maior incidência na população afro-descendente no Brasil.

## Considerações Finais:

Através do *hip hop* todo um processo de recuperação de símbolos positivos de negritude passa a ocorrer, ocasionando uma auto-estima dos jovens afro-descendentes, (re)estruturando e modificando os elementos e estigmas das culturas negras (TELLA, 1999; WELLER, 2000; MAGRO, 2002).

O *hip hop* passa, nesse sentido, a enfatizar a partir dos anos 1990 uma defesa mais específica da jovem população afro-descendente brasileira.

Essa postura do movimento *hip hop* nacional, de maior destaque a seu segmento afro-descendente juvenil, pode ser representado na música “Capítulo 4 Versículo 3”, do álbum “Sobrevivendo no Inferno” quando os Racionais MC’s cantam sua:

Minha intenção é ruim, esvazia o lugar!  
 Eu to em cima, eu to a fim, um dois para atirar!  
 Eu sou bem pior do que você ta vendo  
 O preto aqui não tem dó, é cem por cento veneno!  
 A primeira faz “bum!”, a segunda faz “ta!”  
 Eu tenho uma missão e não vou parar!  
 Meu estilo é pesado e faz tremer o chão!  
 Minha palavra vale um tiro, eu tenho muita munição!  
 Pra detonar minha ascensão, minha atitude vai além!  
 E tem disposição pro mal e pro bem!  
 Talvez eu seja um sádico ou um anjo  
 Um mágico ou juiz, ou réu  
 Um bandido do céu!  
 Malandro ou otário, padre sanguinário!  
 Franco atirador se for necessário!  
 Revolucionário ou insano. Ou marginal!  
 Antigo e moderno, imortal!  
 Fronteira do céu com o inferno!  
 Astral imprevisível, como um ataque cardíaco do verso!  
 Violentamente pacífico!  
 Verídico!  
 Vim pra sabotar seu raciocínio!  
 Vim pra abalar o seu sistema nervoso e sanguíneo!  
 (Racionais, 1997)

Com o processo de auto-estima da jovem população afro-descendente bem delineado num patamar simbólico, o *hip hop* passa a buscar e a constituir na prática as

melhorias físicas para seu universo social (jovens afro – descendentes), sem no entanto deixar de também representar todos aqueles que habitam estes espaços periféricos, independente de sua raça/etnia, credo, sexo ou religião.

O *hip hop* passa a cobrar dos municípios melhorias concretas para suas comunidades, passam a fazer parte dos processos de discussão de gestão urbana de algumas cidades (Campinas, Diadema, Porto Alegre, São Paulo) agindo como parceiros dos municípios em processos de requalificação urbana, de atividades culturais através das Casas do *Hip Hop*, além de passarem a apoiar candidatos em eleições para cargos no legislativo, e executivo, comprometidos com os ideais do movimento.

Com esta nova prática em seu processo de atuação política, o movimento *hip hop* apenas enfatiza os preceitos que Bambaataa no final dos anos 1960 já promulgava, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, exercendo uma contraposição a questões como o racismo e a violência policial; ao modelo de gestão urbana excludente das *Pólis*, para que haja uma revalorização do espaço social e assim surja um novo conceito de urbanidade, de cidade, de todos para todos, verdadeiramente democrática e incluyente (Lefebvre, 1991; Faria, 2003), mas principalmente, no contexto brasileiro, constitui uma forma de exercício político para um conjunto de sujeitos sociais historicamente marginalizados dos processos políticos formais, institucionais e gestores de suas cidades.

O que por si só já garante a sua importância, e a sua especificidade em meio aos vários tipos de movimentos reivindicatórios, e étnicos raciais, existentes no país, inserindo a seu modo, de exercício de uma maneira não tradicional de prática política, seus sujeitos sociais constituintes como elementos participativos, e cidadãos plenos, nas esferas públicas (políticas) das cidades em que se encontra inserido.

## Referências bibliográficas

### Livros:

ANDRADE, Elaine Nunes de. Rap e Educação. Rap é Educação. 1. edição. São Paulo: Selo Negro Edições, 1999. Prefácio. p. 9-12.

- ANDRADE, Elaine Nunes de. Rap e Educação. Rap é Educação. 1. edição. São Paulo: Selo Negro Edições, 1999. Capítulo 6: Hip Hop: movimento negro juvenil. p. 83-91.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. Tradução por Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. 8. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BRUNI, José Carlos. Há uma crise nas Ciências Sociais? In: NETO, José Castilho Marques; LAHUERTA, Milton (orgs.) O pensamento em crise e as artimanhas do poder. São Paulo: Editora UNESP, 1988. p. 23-24.
- DAVID, Mike. Cidade de Quartzos. Escavando o futuro em Los Angeles. Tradução por Renato Aguiar. 1. edição. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1993.
- DUARTE, Geni Rosa. A arte na (da) periferia: sobre...vivências. In: ANDRADE, Elaine Nunes de. Rap e Educação. Rap é Educação. 1. edição. São Paulo: selo Negro Edições. 1999. Capítulo 1: p. 13-22.
- FARIA, Hamilton. Agenda Cultural para o Brasil do presente. São Paulo: Instituto Polis, 2003. (Cadernos Polis, n. 6)
- FLORES, Juan; Román, Miriam Jiménez. A Nova Nueva York. In: ARANTES, A. Antonio (org.) Espaço da diferença. Campinas: Papirus Editora, 2000. Cap. 06, p. 116-131.
- GILROY, Paul. O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência. Tradução por Cid Knipel Moreira. 1. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes/Centro de Estudos Afro – Asiáticos, 2001.
- GHON, Maria da Glória. HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS. A Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995. 212p.
- HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. Tradução por Andréa B. M. Jacinto ; Simone M. Frangella. 3 edição revista e ampliada. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2003. (Textos didáticos, n. 18)
- KEHL, Maria Rita. Função Fraterna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. Parte 02, Capítulo : 04: A fratria orfã. p. 209- 244.
- LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. Tradução por Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991.
- LINDOLFO FILHO, João. O hip hop e a radiografia das metrópoles na ótica dos excluídos. In: PORTO, Maria do Rosário S., et al (orgs.). Negro, educação e multiculturalismo. 1. ed. São Paulo: Editora Panorama, 2002. Segunda parte, cap. 05, p. 125-135.
- NASCIMENTO, Abdias do. Sitiados em Lagos. Autodefesa de um negro açoitado pelo racismo. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.
- PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera Silva. Conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina & ARTURO, Escobar. Cultura e política nos movimentos latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2000. Capítulo 03. p. 103-148.
- ROCHA, Janaina; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. HIP HOP a periferia grita. 1. edição. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.
- ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP. 1997.
- ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Editora Brasiliense. 1988. (Coleção Primeiros Passos, n. 203)
- SADER, Éder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. 3. reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A. 1995.
- SILVA, José Carlos Gomes da. Arte e Educação: a experiência do movimento Hip Hop paulistano. In Andrade, Elaine Nunes de. Rap e Educação. Rap é Educação. 1 ed. São Paulo. Selo Negro Edições, 1999, 23 -38.
- TOOP, David. Rap Attack # 3. African rap to global hip hop. Expanded third edition. London: Serpent's Tail. 2000.

### **Dissertações/Teses:**

- MOURAD, Laila Nazem. Democratização do Acesso à Terra Urbana em Diadema. Campinas, 2000. 137 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

RIBEIRO, Christian Carlos Rodrigues. “O movimento Hip – Hop como gerador de urbanidade: um estudo de caso sobre gestão urbana em Campinas.” Campinas, 2006. 235p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

### Periódicos:

ASSEF, Claudia. Rap francês quer provar que é “três cool”. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 8, 22 de janeiro de 2001. Folhateen.

A virada do rap. São Paulo. Folha de São Paulo, p. 7, 22 de janeiro de 2001. Folhateen.

BAMBAATAA, Afrika. Papa Afrika. Folha de São Paulo, São Paulo, p. ?, 27 de agosto de 2002. Entrevista.

BOJUNGA, Cláudio. O brasileiro negro 90 anos depois. Encontros com a civilização brasileira, Rio de Janeiro, n. 1, p. 175-204, jul. de 1978.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Raízes do Brasil. Educação. Edição Especial – CEU, São Paulo, ano 8, p. 3-5, junho de 2004. Entrevista

BROWN, Mano. Rap Brasil, São Paulo, ano V, n. 26, p. 12-27, 2004a

### Documentos não oficiais (Periódicos):

EVERS, Tilman. Identidade a face oculta dos novos movimentos sociais. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, vol. 2, n. 4, Abril de 1984, p. 11-23.

MAGRO, Viviane Melo de Mendonça. Adolescentes como autores de si próprios: Cotidiano. Educação e o Hip Hop. Caderno Cedex, Campinas, v. 22, n. 47, agosto de 2002, p. 63-75.

MEDEIROS, Jotabê. A vibração dos tagarelas do rap. O Estado de São Paulo, São Paulo, 28 de junho de 1988.

PAOLI, Maria Celia. “As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero.” Novos Estudos CEBRAP, n. 31, outubro de 1991, p. 107-120.

ROCHA, Daniela. Sul-afriicanos indicam novo rumo do rap. Folha de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 26 de agosto de 1994.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (Etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 17, 1989, p. 29-41.

SADER, Emir. Crise de identidades sociais no fim de século. Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, p. 425-429, janeiro/dezembro de 1997.

STAVANS, Ilan. As vozes do spanglish. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 de maio de 2001. Mais! N. 484. Entrevista.

TORO, Antonio Gracia Del. La jerga teatral puertorriquenã. HOMINES. Revista de Ciencias Sociales, Puerto Rico, vol. 15/ vol. 16, n. 2/ n. 1, outubro/diciembre, 1991/1992. p. 298-308.

WELLER, Wivian. A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ATRAVÉS DO HIP HOP: uma análise comparativa entre rappers negros em São Paulo e rappers turcos-alemães em Berlim. Caderno CRH, Salvador, n. 32, p. 213-232, janeiro/junho de 2000.

### Documentos Oficiais (Decretos/Leis):

LEI N. 11.128 de 14 de Janeiro de 2002. (Instituído o dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra – como Feriado Municipal, no Município de Campinas.) Publicado no Diário Oficial do Município de Campinas em 14 de Janeiro de 2002.

LEI N. 12.031 (Conselho Municipal do hip hop), de 16 de Julho de 2004. Publicado no Diário Oficial do Município de Campinas em 17 de Julho de 2004.

LEI FEDERAL N. 10.639 (Ensino obrigatório sobre História e Cultura Afro-Brasileira em escolas públicas e particulares.)

### Publicações Oficiais:

BENEDITO, Mouzar. HIP-HOP. O interior segue a rima. Diário Oficial de Campinas. Campinas, p. 20, 29 de outubro de 2004.

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR DE CAMPINAS. “A História do Graffiti.” Campinas, Julho de 2004. (Paper)

LEMONS, Pedro Rocha. Além do voto... Como participar. Jornal Ordem do Dia. Publicação da Câmara Municipal

de Campinas. Campinas, ano 01, n. 10, p.2, novembro/dezembro de 2004.

PAOLI, Maria Célia. Conflitos sociais e ordem institucional: cidadania e espaço público no Brasil do século XX. In: Revista da Ordem dos Advogados do Brasil. São Paulo, n. 53, p. 80 – 92, primavera de 1989.

ROLNIK, Raquel. O Brasil e o Habitat II. Teoria e Debate. Revista Trimestral do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, n. 32, ano 9, p. 21 – 26, julho/agosto/setembro, 1996.

### **Webgrafia:**

ZENI, Bruno. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva. Estudos Avançados. Vol. 18, n. 50, São

Paulo, 2004. (versão impressa) In: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s0103-40142004000100020&Ing=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-40142004000100020&Ing=pt&nrm=iso), acessado em 05/06/06 as 15:47h

### **Discografia:**

BAMBAATAA, Afrika. Afrika Bambaataa Looking for the Pefect Beat 1980-1985. Nova York: Tommy Boy Records, 2001.

RACIONAIS MC'S. Sobrevivendo no Inferno. Brasil: Sony, 1999.

THAÍDE & DJ HUM. HIP – HOP. Cultura de rua. (Coletânea). Gravadora Eldorado, 1988/1989.

## Anexo

### Glossário:

Bailes **Blacks**: Ponto de encontro predominante da juventude negra, com execução de estilos musicais como *soul music*, *funk*, além de artistas nacionais como Tim Maia e Jorge Bem (Jor).

**Beat Box**: Técnica de improviso vocal que se baseia na construção de efeitos sonoros para a execução de um *rap*.

**Block parties**: Literalmente festas de quarteirão, onde os jovens dos guetos de Nova York se encontravam para se divertirem.

**Break**: Referência a um dos estilos de dança de rua que veio a se caracterizar como um dos elementos constituintes do *hip hop*.

**Break dance**: Literalmente dançar o (estilo) *break*, passos e gestuais quebrados, embora comumente se classifique o *break* como a dança da cultura *hip hop*, o mais correto seria destacar que a dança de rua possui três vertentes, o *breaking* (*break dance*), o *poping* e o *locking*.

Diáspora africana: Processo de adaptação e de (re)significação cultural e social da população africana transportada como escrava para as Américas.

**DJ/Dj/d/ Disk jockey**: Elemento que junto com o *MC* forma a *rap music*, têm a função de comandar as *pick ups* e fornecer o ritmo da música.

**Funk**: Gênero musical oriundo da *soul music*, com forte influência da improvisação jazzística. Estilo de música característico dos anos 1970 que influenciou estilos musicais como a discoteca e o *rap*.

**Mainstream**: Expressão utilizada para representar algo já estabelecida, firmado, dominador.

**Master Control**: Mestre de Cerimônia, ou traduzido literalmente mestre controlador, denominação dada as pessoas que executam a função de animar as festas/atividades do movimento *hip hop*. É também expressão utilizada para designar aquele(a) que canta a música *rap*.

**Micro systems**: Equipamentos portáteis de alta potência, característicos da fase inicial do movimento *hip hop*.

**Pick ups**: Aparelhos de toca discos de onde o *dj* produz a música para a atuação do *rapper*.

**Pólis**: Termo grego para significação da cidade, lar de todos os cidadãos, plenos em direitos e com iguais deveres, que habitam e caracterizam um lugar.

**Rap (music)**: Estilo musical formado pela atuação do *dj* e do *rapper*, influenciado musicalmente pela *soul music* e o *funk*, representa a união do “*rhythim and poetry*” (ritmo e poesia) daí a expressão formada com inicial das três palavras em inglês (*rap*).

**Rapper**: Aquele(a) que tem o dom da fala, que interpreta ou é ligada a música *rap*.

**Rappers**: Conjunto de pessoas que interpretam ou são ligadas à música *rap*.

**Scratch(s)**: Uma das técnicas do *dj*. consiste em tirar sons dos vinis utilizando a agulha das *pick ups* para esse fim, literalmente raspasse o vinil sem alterar, riscar, os códigos musicais nele contido.

**Street dance**: Dança de rua dividida em três estilos, *breaking*, *poping* e *locking*, comumente denominado de *break dance*.

**Soul music**: Gênero musical de final dos anos de 1950, resultado de um amálgama de estilos como o *blues*, o *jazz* e o *rock and roll*, que representou a expressão da radicalização política da população negra norte americana nos anos de 1960. Foi influência seminal para a formação do *reagge*, do *funk* e do *rap*.

**Sound Systems**: Grandes equipamentos de som utilizados para realização das *block parties*.

**South Bronx**: Parte sul do tradicionalíssimo bairro nova yorquino do Bronx.

**Toasting**: Técnica vocal melódica e cadenciada e ritmada, de origem jamaicana, que influenciou o modo de cantar *rap*, sua origem remonta a uma série de práticas relativas à oralidade das culturas africanas, desde os griots –castas de músicos de origem ganesa e malinesa- responsáveis em transmitir a história de suas sociedades apoiados musicalmente em um instrumento musical denominado *kora*; até aos contadores de história que têm como função manter os laços comunitários das sociedades africanas, repassando os hábitos, costumes, os padrões sociais das comunidades para as suas gerações futuras. Essa figura do contador de história como elemento unificador de uma comunidade foi transportado durante o período de escravidão para o novo mundo, na figura do preto velho, figura impar no processo de adaptação e (re)significação das culturas africanas durante o período da diáspora africana.



**CONDIÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E DE SAÚDE:  
UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO  
DO AMBIENTE AMAZÔNICO<sup>a</sup>**

*SOCIAL, AMBIENT CONDITIONS AND OF HEALTH:  
A CONTRIBUTION TO THE STUDY OF THE  
AMAZONIAN ENVIRONMENT*

**Elen Jane de Abreu FERREIRA<sup>b</sup>  
Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA<sup>c</sup>**

**RESUMO**

*O presente artigo oferece uma contribuição ao estudo de morbidades típicas do meio ambiente amazônico, estas referidas pela comunidade isolada de Arixi, no Estado do Amazonas. O objetivo é demonstrar que essa localidade, apesar de estar isolada e ter um número populacional reduzido, pode representar um exemplo de complexidade social, na medida que também demonstra problemas típicos de regiões de significativo desenvolvimento urbano e social. Para tanto, o presente trabalho foi baseado em projeto de dissertação de mestrado em andamento e em pesquisa de campo na própria comunidade. Assim, apesar de fazer parte de um trabalho mais amplo, a análise socio-ambiental da comunidade nos permite questionar quais são suas reais necessidades, e também rever idéias pré-concebidas de complexidade social.*

*Palavras-chaves: Amazônia, comunidades isoladas, morbidades referidas.*

---

<sup>a</sup> O presente artigo é parte da dissertação de Mestrado O Suprimento Energético no Sistema Isolado do Estado do Amazonas: Estudo de Caso da Comunidade de Arixi. Apresentado no III Encontro da Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, Brasília/DF 23 a 26 de Maio de 2006.

<sup>b</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos, FEM-UNICAMP, bolsista do Projeto CELCOMB: ARIXI – UFAM-Laboratório de Hidrogênio – IF-UNICAMP-NEPAM-UNICAMP. (elenjf@fem.unicam.br)

<sup>c</sup> Doutora em Ciências Sociais, Unicamp. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) – UNICAMP. Professora participante no Programa de Pós-graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos (FEM) Unicamp, Professora do Doutorado Ambiente & Sociedade, NEPAM-IFCH-UNICAMP. Orientadora da dissertação. (srca@uol.com.br).

## ABSTRACT

*This article contributes with the study about common sicknesses in Amazon region. Those sicknesses were referred by the people who lives in the Arixí village, in the Amazonas State. The purpose is to demonstrate that this village, despite of being isolated and having a very small number of population, it still can represent a sample of social complexity, and yet at Arixí demonstrates typical issues mostly found in places where both urban and social development are high. In order to accomplish such purpose, this article is based on a dissertation, which still on going process, and also in field research. This way, despite of being part of a wider project, both social and environmental analyses of that specific community in this article allows us to think about the real needs of isolated communities, and also review preconceived ideas of social complexity.*

*Key words: Amazon region, isolated communities, referred sicknesses.*

## 1. Introdução

A sociedade moderna, desde seus primórdios é fruto de profundas transformações sociais, que apesar de terem iniciado na Europa, foram se expandindo com o correr dos anos, até tomar proporções mundiais. É nesse contexto histórico que surge a importância de analisar a complexidade de tais sociedades e de que forma as transformações ocorridas afetam o homem enquanto indivíduo.

Algo complexo pode ser tido como algo confuso, que tem suas partes intrincadas uma à outra. As transformações ocorridas e outrora citadas, também eram interligadas entre si por fazerem parte de um contexto maior, que é o social. Mudanças e avanços no pensamento, principalmente o científico, permitiram ao homem questionamentos maiores e respostas empíricas. Sendo assim, o homem científico é aquele que imagina ter todas as respostas já que se passou a crer no poder ilimitado da ciência. Dá-se início, então, a tranquilidade, a certeza da ciência e a unificação entre sujeito e a estrutura social, formando um todo, tornando estáveis dois mundos: o sujeito e os diferentes mundos culturais que ele vive.

Tais certezas sedimentadas, em um dado momento da história humana, têm suas estruturas abaladas de forma permanente. Isto se dá com a percepção de que a ciência, grande trunfo de outrora, já não é mais capaz de responder, de solucionar todas as inquietações dos indivíduos decorrentes do nível de complexidade social alcançado. Um marco histórico foi a descoberta da AIDS e, juntamente com ela, a certeza de que a ciência não teria uma resposta imediata para o enfrentamento de tal patologia, até porque a AIDS evidencia uma outra questão da complexidade social: não é um problema exclusivo da medicina. Este foi

um dos principais indícios de que a crença inabalável na estruturas social estava rompida, dando ao homem a possibilidade de questionamento que culminaria no que se chama de “crise de identidade”.

Mas o que se pode afirmar é que a época que vivemos é caracterizada pela ausência de unificação e marcada pela fragmentação da identidade do sujeito. A globalização traz o desaparecimento das tradições, dos costumes, deixando ao sujeito a difícil tarefa de escolher entre o global e o local em diversos aspectos de sua vida, seja ele religioso, familiar, comportamental, ou seja, as transformações no cenário mundial colocaram em xeque as instituições sedimentadas possibilitando uma nova forma de pensar, tornando a complexidade social motivo de busca de uma nova identidade.

Assim, a complexidade social seria o resultado de anos de mudanças oriundas da modernidade, mudanças tais como a globalização, o desemprego em larga escala, as novas formas de organização social, as doenças perceptíveis e as não perceptíveis. A identidade social é a forma de como o ser humano lida e absorve todos esses fatores individualmente.

Desta forma, apresenta-se neste artigo uma análise sobre morbidades referidas pela comunidade de Arixí, no município de Anamá, no Estado do Amazonas, procurando evidenciar alguns aspectos importantes para sua caracterização sócio-ambiental.

## 2. Metodologia

Pretende-se demonstrar a hipótese de que a comunidade de Arixí, que pode ser considerada uma comunidade isolada no contexto nacional e possui uma

população reduzida, pode representar um exemplo de complexidade social na medida que sua comunidade identifica problemas típicos de pobreza e condições precárias de existência, associados a morbidades relacionadas a regiões de significativo desenvolvimento urbano e social. Aspecto esse que evidencia de forma objetiva um exemplo de complexidade social (Barbosa 1990, 1996; Possas, 1989).

A metodologia utilizada considerou<sup>1</sup>: a) Dados do censo de 2000 do IBGE e suas estimativas para o ano de

2004; b) questionários abertos e fechados aplicados à comunidade; c) entrevistas semi-estruturadas e fechadas aplicadas em Arixi; d) observação direta de situações da vida comunitária, registradas em diário de campo.

### 3. Resultados

#### 3.1. A Comunidade de Arixi – Município de Anamã (AM)

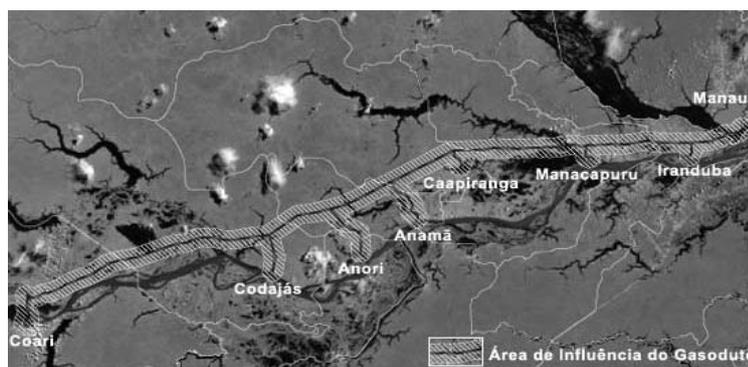


Figura 1: Localização do Município de Anamã.

Fonte: Portal Oficial do governo do Estado do Amazonas.

Disponível em: [http://www.gasodutocoarimanaus.am.gov.br/programas\\_02.php?cod=975](http://www.gasodutocoarimanaus.am.gov.br/programas_02.php?cod=975)

O município de Anamã, que possui uma área territorial de 2.464,80 Km<sup>2</sup> e dista da Capital do Estado do Amazonas 168 km em linha reta e 188 km via fluvial. A sede do município está localizada à margem direita do paraná do Anamã, afluente do rio Solimões e limita-se com os municípios de Manacapuru, Anori, Beruri, Caapiranga e Codajás (como mostrada na figura 1). Segundo o IBGE sua população estimada em 2004 foi de 6.818 pessoas. O município de Anamã é composto por nove comunidades, as quais são: Barroso, Alexandre, Igarapé Grande, Nova Brasil, Vila São José, Mato Grosso, Primavera, Socó e a comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, também conhecida como comunidade de Arixi (objeto da pesquisa), sendo essa a maior e mais organizada.

Em entrevista gravada no dia 18 de Julho de 2005 e concedida à equipe de campo, o morador Sr. Manoel Mota informou que em 1959 foi construída a primeira igreja onde

mais tarde seria desenvolvida a comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Quatro anos mais tarde a comunidade foi beneficiada pela aquisição de um motor a diesel para a geração de energia elétrica. Em 1974 foi construída a primeira escola da comunidade. Demoraria ainda 18 anos para que a comunidade recebesse outros benefícios por parte do Governo. Em 1994 houve a construção de uma outra escola, um pequeno posto de saúde, um poço artesiano e a instalação de um telefone público.

#### 3.2. Dados Sócio-Ambientais

Durante a pesquisa de campo realizada entre 15 e 30 de Julho de 2005, foram informadas aproximadamente 85 famílias residentes na comunidade, formando um total

<sup>1</sup>As estratégias metodológicas realizadas nesta pesquisa (itens b, c e d) foram possibilitadas pelo trabalho de campo realizado na comunidade de Arixi com os recursos do projeto ARIXI, mencionado na nota 2, e sob a coordenação em campo de Lúcia da Costa Ferreira (NEPAM), da qual a autora principal deste artigo fez parte em julho de 2005.

aproximado de 600 habitantes. A comunidade é formada, basicamente, por pessoas que lá nasceram e/ou moradores que migraram de outras comunidades próximas, ainda dentro dos limites do município de Anamá. Na pesquisa de campo foram entrevistadas 49 famílias, representando uma amostra de 275 pessoas, sendo que destas 127 eram do sexo feminino e 148 do sexo masculino. Sob essa população, foi registrado que 114 pessoas ainda estudam, sendo 93 pessoas no Ensino Fundamental, 16 no Ensino Médio, 2 no Ensino Superior, 1 em Telecurso e 2 fazem cursos profissionalizantes por correspondência.

No setor econômico, a comunidade de Arixi pratica a agricultura essencialmente de subsistência. Alguns poucos plantam com a finalidade de comercializar, como é o caso da cultura da pimenta-de-cheiro, da macaxeira, da mandioca, da melancia, porém, sempre em pequena escala. A demanda por carne animal é parcialmente suprida pela pesca, também de subsistência. Não é permitida a pesca no Lago de Arixi para fins comerciais, pois a própria comunidade fiscaliza a área devido ao número reduzido das populações de peixes. O comércio local também supre, em parte, a demanda por carne bovina e/ou por aves, no entanto, tal prática é dificultada pela falta de energia elétrica ininterrupta na comunidade, algo indispensável para a conservação de tais carnes.

A arquitetura das casas de Arixi é quase totalmente constituída por construções de madeira. As únicas construções de alvenaria são o posto de saúde, as escolas de ensino fundamental e médio e a igreja católica. A estrutura da comunidade conta ainda com um engenho de cana manual, onde são produzidos “aguardente”, melado e rapadura; uma casa de farinha comunitária; duas igrejas, sendo uma católica e a outra evangélica, poço artesiano, um centro paroquial, um telefone público, três escolas e um posto de saúde. Uma das escolas é de Ensino Fundamental e a outra de Ensino Médio. A Escola D. Isabel Batista é de gestão municipal e a Escola D. Maria Nogueira Marques é de gestão governamental. A terceira é uma escola maternal e de coordenação da própria comunidade. Registrou-se ainda que uma quarta escola, de responsabilidade do Governo do Estado, estava com seu processo de construção em andamento, sendo que esta irá dispor de seis salas de aulas mais dependências.

Como o objetivo deste artigo é priorizar as morbidades referidas relacionadas a complexidade social

da comunidade, destaca-se para auxiliar a análise alguns aspectos de saneamento ambiental da Comunidade de Arixi, tais como lixo, consumo e qualidade da água e da sua distribuição, de acordo com a percepção da comunidade. Destaca-se, no entanto, que a comunidade não possui sistema de coleta e tratamento de esgoto, sendo que na maioria dos domicílios as águas servidas escoam a céu aberto<sup>2</sup>, e quando há banheiro ele é servido por fossa negra.

### 3.2.1) Lixo

Foi percebida entre a maior parte dos moradores a preocupação em dar uma disposição adequada aos resíduos conforme tabela 01, sejam eles plástico ou orgânico.

**Tabela 01** - Destinação final do lixo pela Comunidade de Arixi.

Disposição do lixo	N.	%
Queima o lixo	47	54,65
Joga na mata distante	26	30,23
Joga no quintal	8	9,3
Enterra o Lixo	4	4,65
Joga no igarapé	1	1,16
<b>TOTAL</b>	<b>86</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, Arixi-AM, julho de 2005

De acordo com a tabela 01, pode-se perceber que a maior parte da comunidade queima o lixo gerado, seguido de disposição a céu aberto distante da residência (joga na mata distante), respectivamente 54,65% e 30,23%. O lixo jogado no quintal e enterrado é utilizado por 9,30% e 4,65% respectivamente; apenas 1,16% joga no igarapé. Vale ressaltar que o mesmo domicílio pode utilizar vários tipos de destinação final para os resíduos domésticos em função do tipo de resíduo.

O lixo queimado constitui-se de qualquer resíduo passível de queima. Aquele resistente a esse processo é jogado no igarapé ou na mata distante do lugar de morada. Já os resíduos enterrados e/ou jogados no quintal são de qualquer constituição. Quanto à destinação dos resíduos, foi demonstrada uma constante preocupação com o cuidar local de morada, principalmente o interno, porém, o cuidado com o ambiente externo e/ou próximo da residência, este foi referido apenas por uma pequena parte da comunidade. Alguns se reúnem esporadicamente tanto para capinar quanto para recolher o excesso de lixo nos terrenos de domínio público. Demonstrou-se preocupação com a destinação do resíduo plástico, uma vez que este não é passível de queima. Um dos líderes comunitários fez

<sup>2</sup> Observação direta durante pesquisa de campo, julho de 2005.

referência a um projeto de construção de um aterro, não sabendo, porém, indicar a data início de tal projeto.

### 3.2.2) Consumo e qualidade da água

A água consumida pela comunidade, de acordo com a tabela 02, é predominantemente oriunda de poço artesiano comunitário (17,53%). Algumas famílias tratam a água que é consumida (15,30%), seja através de coagem (15,70%), fervura (1,50%), com hipoclorito (10,43%) ou por decantação (1,11%). Ainda há um número reduzido de famílias que preferem consumir água da chuva em detrimento à água do poço, por diferentes razões como o gosto, qualidade e cor da água.

**Tabela 02** - Forma de consumo e tratamento da água pela Comunidade de Arixí

Forma de consumo e tratamento da água	N.	%
Água de poço	47	17,53
Côa	42	15,7
Trata a água consumida	41	15,3
Toma banho no igarapé	36	13,43
Hipoclorito	28	10,43
A. água de beber em pote de barro	26	9,7
Toma banho em casa	25	9,32
A. água de beber em tanque	8	2,98
A. água de beber em bacia	8	2,98
Ferve	4	1,5
Decanta	3	1,11
<b>TOTAL</b>	<b>268</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, Arixí-AM, julho de 2005

De acordo com os dados coletados na comunidade e apresentados na tabela 03, 69,40% dos domicílios entrevistados contam com água encanada e 30,60% das famílias não a possuem, apenas por falta de infra-estrutura comunitária. Os moradores dos domicílios que não são abastecidos com água encanada retiraram água do igarapé, obtêm com os vizinhos que têm abastecimento regular de água ou ainda armazenam água da chuva.

**Tabela 03** - Distribuição da água na Comunidade de Arixí.

Distribuição da água por domicílio	N.	%
Tem de água no domicílio	34	69,4
Não tem água no domicílio	15	30,6
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, Arixí-AM, julho de 2005

Quanto a qualidade da água oriunda do poço comunitário, de acordo com a tabela 04, do total das famílias que são beneficiadas com o abastecimento de água, 27,92% acha a qualidade da água ruim, 13,64% relatam mau cheiro e 22,72% gosto de ferrugem.

**Tabela 04** - Percepção da qualidade da água pela Comunidade de Arixí.

Percepção da qualidade da água	N	%
Qualidade da água ruim	43	27,92
A água cheira mal	21	13,64
A água tem gosto de ferrugem	35	22,72
Qualidade da água boa	6	3,9
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, Arixí-AM, julho de 2005.

### 3.3. As Morbidades Referidas na Comunidade

Uma parte das doenças referidas durante a pesquisa de campo a comunidade acredita ser proveniente da água que é consumida. De uma maneira geral pode-se dividir as doenças vinculadas à degradação ambiental da água em dois grupos: doenças de transmissão hídrica e doenças de origem hídrica. No primeiro caso, a água aparece como um importante meio de transmissão de doenças, notadamente do aparelho intestinal (bactérias, protozoárias e vírus). Já no segundo, as doenças são causadas por substâncias químicas, inorgânicas e orgânicas, de toxicidade adversa à saúde dos seres humanos em proporção superior ao especificado nos padrões de água para o consumo humano, podendo estar presente naturalmente ao manancial ou ser proveniente de poluição (RIBEIRO & MARIN, apud COUTO, 2002).

Em Arixí, identificou-se a presença de algumas morbidades típicas do meio ambiente amazônico e de saneamento ambiental deficiente, tais como viroses (23,74%), verminoses (23,02%), malária (11,51%), ao mesmo tempo identificou-se à presença de moradores com hipertensão arterial (17,27%), sendo tais dados representados na tabela 05.

**Tabela 05** - Principais morbidades por ordem de citação na comunidade

Doenças	Arixí	%
Viroses	33	23,74
Verminose	32	23,02
Pressão alta (hipertensão arterial)	24	17,27
Febre	18	12,95
Malária	16	11,51
Gripe	16	11,51
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, Arixí-AM, julho de 2005.

O dado de hipertensão arterial chama atenção na medida em que a presença dessa morbidade está associada a regiões industrializadas e urbanizadas, sendo

historicamente relacionada à modernidade (BARBOSA 1990, 1996 e POSSAS, 1989).

Vale ressaltar que na oportunidade do trabalho de campo, foi constatado um caso de mortalidade tendo como causa *suicídio*. A comunidade estava bastante entristecida, já que o rapaz era um trabalhador de 33 anos, líder de uma das igrejas locais, e pai de família. Parentes e amigos mais próximos não foram capazes de apontar um motivo em específico para o suicídio. Esse dado exige uma reflexão mais ampla, pois mesmo que seja um fato isolado, não deixa de ser inesperado encontrar situações estressantes em uma comunidade bem organizada no interior da Amazônia.

No pequeno e único posto de saúde que atende a comunidade existe apenas uma funcionária, estando ela treinada para atender apenas primeiros socorros. Casos mais graves são encaminhados para a sede do próprio município em Anamã.

*“Uma gripe né, uma febre, uma tosse, um golpe... os primeiros socorros só. Quando não dá pra nós fazer, aí leva pra Anamã. Tô com quinze anos de trabalho.... eu só faço muito treinamento em Anamã. Mas, formada mesmo eu não sou.”*  
(entrevista a equipe de campo, Arixi, julho de 2005)

Além de não contar com um profissional formado na área de saúde, o posto ainda tem outro fator que impossibilita um atendimento adequado da população que é a falta de abastecimento ininterrupto de energia elétrica, o que impede a utilização de certos equipamentos e medicamentos.

Arixí conta ainda com um agente de saúde que reside na própria comunidade e ele está encarregado de visitar em domicílio mensalmente as famílias. Em caso de suspeita de malária faz coleta de sangue para análise em Anamã, sendo que, os casos constatados e de maior gravidade são transportados pelo próprio agente de saúde para a sede do município. Os gastos com a locomoção de passageiros e com o de material coletado deveriam correr por conta do governo municipal, porém, nem sempre acontece dessa maneira, sendo que os próprios moradores, às vezes, precisam contribuir financeiramente para a compra do combustível para a embarcação a fim de que o transporte seja realizado. Segundo a funcionária que atende no posto de saúde:

*“O agente de saúde trabalha na casa dele mesmo, se tem uma pessoa com febre, que a gente já suspeita*

*de malária, a gente chama ele, ele colhe a lâmina e leva pra Anamã. Quem fica com o transporte pra fazer isso é o rapaz agente de saúde”*. (entrevista a equipe de campo, Arixi, julho de 2005).

Outra morbidade citada pela comunidade e que causa preocupação entre os moradores é a malária. Principalmente na época de seca dos rios tende haver um crescimento nos casos de tal morbidade na comunidade. O principal transmissor da malária na Amazônia é o *anophelles darlingi*, que apresenta ampla dispersão na região. Seus criadouros preferências são coleções líquidas, como lagos artificiais de represas, pequenos lagos naturais e remansos de rios (COUTO apud COUTO, 2002). A funcionária do posto de saúde cita a falta de energia elétrica como um dos fatores que prejudicam a rápida ação contra a malária, uma vez que as amostras de sangue do possível infectado precisam ser levadas para a sede do município para serem analisadas.

*“Ninguém não tem o material pra trabalhar, só colhe a lâmina e leva pra Anamã, aí lá que eles lêem a lâmina. Aqui ninguém não pode fazer isso porque não tem energia, né... não tem material”*. (entrevista a equipe de campo, Arixi, julho de 2005).

### 3.3.1. Medicamentos utilizados em Arixi

Os moradores entrevistados da comunidade reportaram utilizar grandemente ervas medicinais, juntamente com os medicamentos transcritos pelos médicos. A história do uso das plantas medicinais na Amazônia é concomitante com a da ocupação da região pelos primeiros moradores da selva. A ocupação, registrada desde a mais remota antiguidade (cerca de 10.000 anos), estimulou o uso dessas plantas para satisfazer as necessidades das populações, desenvolvendo-se esquemas de exploração e manejo desses recursos, permitindo uma adequada conservação do meio (TEIXEIRA, apud COUTO, 2002). Os entrevistados apontaram o uso de plantas medicinais como tratamento alternativo para doenças como verminoses, viroses, entre outras. As ervas mais utilizadas pela comunidade e suas correspondentes indicações foram: malva e hortelã, utilizadas em caso de gripe e inflamações na garganta; mastruz, utilizada para controle de verminose; unha-de-gato e macela para problemas com o intestino; erva cidreira como calmante.

#### 4. Algumas considerações

As morbidades referidas pela comunidade de Arixi são aquelas comumente associadas ao meio ambiente amazônico. A estrutura precária de saneamento ambiental e a baixa qualidade da água consumida foram apontadas pelos próprios moradores como possível causa de certas morbidades, e o tratamento dessas ou de outras enfermidades na comunidade ainda é feito de modo precário. A presença de apenas um funcionário, sendo este capacitado apenas para atender primeiros socorros, e a existência de apenas um agente de saúde demonstra a inadequabilidade do sistema de saúde vigente na vila. Outro destaque deve ser dado ao não fornecimento de energia elétrica de modo ininterrupto para a comunidade. Tal fator impossibilita, dentre outras coisas, a conservação adequada de medicamentos e vacinas no posto de saúde local. Soma-se a isso a baixa quantidade de medicamento fornecido à população, o que contribui, em parte, para o uso contínuo de ervas medicinais como alternativa ao tratamento de certas enfermidades por quase todos os moradores da comunidade.

Essas reflexões fazem parte de uma referência mais ampla e que não se esgota neste artigo, pois pertence ao universo de pesquisa mais intenso das autoras. No entanto, o que se buscou evidenciar é que através das morbidades referidas encontradas na comunidade de Arixi – AM, relacionadas ao cenário socio-ambiental, típico de comunidades isoladas da Amazônia, foi possível perceber a complexidade social ao qual a comunidade está imersa.

O que ficou evidente e que nos permite uma reflexão mais ampla é o questionamento que se pode fazer sobre as reais carências das chamadas comunidades isoladas e, desta forma rever idéias pré-concebidas sobre complexidade social. Acreditamos que será possível rever conceitos e contribuir de forma mais ampla para a temática de saúde e ambiente.

#### 5. Referências Bibliográficas

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Industrialização, ambiente e condições de vida em Paulina, SP: As representações de qualidade ambiental e saúde para médicos e pacientes. Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP. São Paulo/1990.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Qualidade de vida e suas metáforas: uma reflexão sócio-ambiental. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP. São Paulo/1996.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999: 17 – 92

COUTO, Rosa Carmina de Sena. “Malária: o custo social da Hidrelétrica de Tucuruí-PA, Brasil”. In: COUTO, Rosa Carmina. CASTRO, Edna Ramos de. MARIN, Rosa Acevedo (org.). Saúde, Trabalho e Meio Ambiente: Políticas Públicas na Amazônia. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002: 107-121

DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000: 13 – 61.

FREUD, Sigmund (1930[1929]). O mal-estar da civilização. OB, vol XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996: 65 – 148.

HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos paradigmas e novos desafios para a teoria social. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002: 161 – 196.

POSSAS, Cristina. Epidemiologia e Sociedade. Heterogeneidade Estrutural e Saúde no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1989

Projeto CELCOMB – Arixi MME/CT-Energ/CNPq 03/2003 - Processo Nº 504597/2003-5. *Diagnóstico Sócio-Ambiental 1º Relatório de Atividades*. BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas, FERREIRA, Elen Jane de Abreu, FERREIRA, Lúcia da Costa, VITAL, Sheila Casonato. Campinas, Setembro/ 2005.

RIBEIRO, Karla Tereza Silva. MARIN, Rosa Elisabeth. “A Questão Ambiental da Água e a Interface na Saúde Humana”. In: COUTO, Rosa Carmina. CASTRO, Edna Ramos de. MARIN, Rosa Acevedo (org.). Saúde, Trabalho e Meio Ambiente: Políticas Públicas na Amazônia. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002: 147-177.

TEIXEIRA, Elizabeth. “Travessias, Redes e Nós: complexidade do cuidar do cotidiano”. In: COUTO, Rosa Carmina. CASTRO, Edna Ramos de. MARIN, Rosa Acevedo (org.). Saúde, Trabalho e Meio Ambiente: Políticas Públicas na Amazônia. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002: 179-218.



# INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A revista *Humanitas* publica artigos inéditos relacionados com as diversas áreas das Ciências Humanas, principalmente Ciências Sociais, Geografia e História, buscando incentivar a produção de trabalhos interdisciplinares, nas seguintes categorias: **Artigo Original** e **Resenhas**.

**Submissão de trabalhos.** Os artigos serão submetidos à avaliação por pelo menos dois revisores, em procedimento sigiloso quanto a identidade tanto do(s) autor(es) quanto aos revisores. Caso haja utilização de **figuras** ou **tabelas** publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso. O Conselho Editorial devolverá os trabalhos que não se seguirem os padrões destas "Instruções".

**Apresentação das colaborações.** Enviar os textos e/ou resenhas para Editoração das Revistas do Centro de Ciências Humanas - PUC-Campinas, em uma cópia, preparado em espaço 1,5, com tamanho 11 e limite máximo de 30 laudas para **Artigos Originais** e 5 laudas para **Resenha**. Para esclarecimentos de eventuais dúvidas quanto à forma e outros aspectos, sugere-se consulta a este fascículo. Aceitam-se trabalhos escritos somente em português e espanhol, com título, resumo e palavras chave no idioma original e em inglês. Após aprovação final encaminhar em disquete 3,5", empregando editor de texto MS Word versão 6.0 ou superior. Endereço para envio: Conselho Editorial Humanitas - CCH-PUC-Campinas, Campus I, Bloco H 11, Rodovia D. Pedro I, km 136 - Campinas, SP - Caixa Postal 317 - CEP: 13086-900.

Endereço eletrônico: edicch@puc-campinas.br

**Página de título.** A primeira lauda do original deve conter a) título do artigo (português e inglês), b) nome completo de todos os autores, c) indicação da Instituição onde cada um dos autores é afiliado, acompanhada do respectivo endereço para correspondência e/ou endereço eletrônico; d) se foi subvencionado, indicar nome da agência de fomento que concedeu o auxílio; e) se for extraído de dissertação ou tese, indicar título, ano e instituição onde foi apresentada; f) se foi apresentado em reunião científica, indicar nome do evento, local e data de realização.

**Resumo/abstract:** Com exceção dos textos apresentados como Resenha, os trabalhos submetidos deverão ter resumo com no mínimo 50 e no máximo 100 palavras no idioma original e em inglês. Não deve conter citações e abreviaturas. E deve estar na primeira página.

**Palavras-chave/key words:** seguido do resumo/abstract, em mínimo de 3 e um máximo de 5.

**Texto.** Com exceção dos manuscritos apresentados como Resenha, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal dos trabalhos científicos e de acordo com as normas aqui apresentadas.

**Referências bibliográficas de acordo com a NBR-6023/2002.**

**No texto** citar o sobrenome do autor, seguido do ano de publicação, como ABRANCHES (1987); se forem dois autores, o último sobrenome de ambos separados por &, como em CAREY

& SHUGART (1998) e se forem três ou mais autores, o sobrenome do primeiro autor seguido *de et al.* e do ano da publicação, como em STARK *et al.* (1998). As referências citadas deverão estar no final do trabalho relacionadas em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor devendo constar os nomes de todos os autores.

Os títulos de periódicos constantes das referências deverão ser apresentados por extenso, seguidos do local de publicação. Se um artigo estiver em via de publicação, indique: título do periódico, ano e outros dados disponíveis, seguidos da expressão, entre parênteses, **no prelo**. As publicações não convencionais, de difícil acesso, podem ser citadas desde que contenham o máximo de informações e a sua localização. As referências devem ser apresentadas corretamente, de acordo com os exemplos a seguir. **A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.**

## Exemplos:

### Livros

SACHS, I., **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir.** Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2. ed. São Paulo : Vértice, 1986.

### Artigos

REIS, E., "Elites agrárias, state-building e autoritarismo". In **Dados**, v. 25, n.3, p.275-269, 1982.

### Coletânea

ABRANCHES, S.H., Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975. In: O.B. Lima, e S.H. Abranches, (org.). **As origens da crise.** São Paulo: IUPERJ/ Vértice, 1987.

### Teses acadêmicas

DARNELL, Regna. The Development of American Anthropology 1879 - 1920. From the Bureau of American Ethnology to Franz Boas. Tese de Doutorado (inédita). Universidade da Pensilvânia - EUA - 1969.

**Citações bibliográficas no texto.** Deverão ser colocadas em ordem numérica, em algarismos arábicos, meia linha acima e após a citação, figurando como nota de rodapé, devendo constar da lista de referências bibliográficas ao final do texto. Pode-se citar como no exemplo: Barbosa, 1996:247, o que diminui o excesso de notas de rodapé.

**As nomenclaturas** deverão ser utilizadas de forma padronizada, observando rigorosamente as regras de nomenclatura das Ciências Humanas, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas. Devem ser precedidas do nome completo quando citadas pela primeira vez. Não devem ser usadas no título e no resumo.

# HUMANITAS

**Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais  
e Faculdade de História no Centro de Ciências Humanas (CCH)  
PUC-Campinas**

Campus I - Rodovia Dom Pedro I, km 136  
Prédio Administrativo I, Campus I, Sala 22  
Caixa Postal 317 - Parque das Universidades  
Telefone/Fax: (0xx19) 3756-7298  
CEP 13086-900 - Campinas - SP - Brasil  
*E-mail:* edicch@puc-campinas.br

## Ficha de Assinatura

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

### Endereço para envio da Revista:

Rua \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_ Ap. \_\_\_\_\_ /Bloco complemento: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

*E-mail:* \_\_\_\_\_

**Assinatura anual da Revista: R\$20,00. Remeter ficha e cheque nominal à Sociedade Campineira de Educação e Instrução - (SCEI), para o endereço acima.**

# PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

## **Grão-Chanceler**

Dom Bruno Gamberini

## **Reitor**

Prof. Pe. Wilson Denadai

## **Vice-Reitora**

Prof<sup>a</sup> Ângela de Mendonça Engelbrecht

## **Pró-Reitor de Graduação**

Prof. Germano Rigacci Júnior

## **Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Prof<sup>a</sup> Vera Engler Cury

## **Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

## **Pró-Reitor de Administração**

Prof. Marco Antonio Carnio

## **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

### **Diretor do Centro**

Prof. Pe. Paulo Sergio Lopes Gonçalves

### **Diretor-Adjunto**

Prof. André Nicolau Heinemann Filho

## **FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

### **Diretor**

Prof. Pedro Rocha Lima

## **FACULDADE DE HISTÓRIA**

### **Diretor**

Prof. João Miguel Teixeira de Godoy

3 Apresentação

**ARTIGOS**

- 5 Trajetórias do Jaguarý – Períodos Históricos e Educação Ambiental. Alterações Ambientais na Região Bragantina– São Paulo  
*Trajectories of the Jaguarý – Historical Cycles and Environmental Education. Environmental Changes in the Bragantina Region, São Paulo, Brazil*  
João Luiz Hoeffel; Almerinda A. B. Fadini; Fábio Bueno de Lima e Micheli Kowalczuk Machado.
- 15 O Império Marítimo Lusitano e o Movimento de Embarcações na Rota do Brasil no Século XVI e XVII  
*The Maritime Portuguese Empire and the Movement of Boats in the Brazil Route in the XVI and XVII Centuries*  
Fábio Pestana Ramos
- 31 Subjetividade e Complexidade social: contribuições à pesquisa social  
*Subjectivity and social Complexity: contributions to social research*  
Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa
- 41 O Milagre do Escrete: futebol e identidade nacional nas crônicas esportivas de Nelson Rodrigues (1969 – 1970).  
*The Miracle of the Excrete: soccer and national identity in the sport chronicles of Nelson Rodrigues (1969- 1970)*  
Alex Degan
- 57 A cidade para o movimento *hip hop*: Jovens afro-descendentes como sujeitos políticos  
*The city and the hip hop movement: Afro–descendent youth as political subjects*  
Christian Carlos Rodrigues Ribeiro
- 73 Condições sociais, ambientais e de saúde: uma contribuição ao estudo do ambiente amazônico.  
*Social, environmental and health conditions: a contribution to the study of the Amazonian environment*  
Elen Jane de Abreu Ferreira e Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa